

UNIVERSIDAD DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

FACULDADE DE CIENCIAS DE EDUCACIÓN

DEPARTAMENTO DE TEORIA E HISTORIA DA EDUCACIÓN

UNIVERSIDADE JEAN PIAGET DE CABO VERDE

DEPARTAMENTO DE ALTOS ESTUDOS E FORMAÇÃO AVANÇADA

TRABAJO DE INVESTIGACIÓN TUTELADO

**EDUCAÇÃO E CAPITAL SOCIAL PARA O DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DA COMUNIDADE PISCATÓRIA EM CABO VERDE**

SIMÃO PAULO RODRIGUES VARELA

DIRECTOR: PROF. DR. MIGUEL ANXO SANTOS REGO

Co -DIRECTOR: PROF. DR. ANTÓNIO JOSÉ MEDINA DOS SANTOS BAPTISTA

PRAIA, ILHA DE SANTIAGO (CABO VERDE) 2007

UNIVERSIDAD DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

FACULDADE DE CIENCIAS DE EDUCACIÓN

DEPARTAMENTO DE TEORIA E HISTORIA DA EDUCACIÓN

UNIVERSIDADE JEAN PIAGET DE CABO VERDE

DEPARTAMENTO DE ALTOS ESTUDOS E FORMAÇÃO AVANÇADA

TRABAJO DE INVESTIGACIÓN TUTELADO

**EDUCAÇÃO E CAPITAL SOCIAL PARA O DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DA COMUNIDADE PISCATÓRIA EM CABO VERDE**

SIMÃO PAULO RODRIGUES VARELA

DIRECTOR: PROF. DR. MIGUEL ANXO SANTOS REGO

Co - DIRECTOR: PROF. DR. ANTÓNIO JOSÉ MEDINA DOS SANTOS BAPTISTA

PRAIA, ILHA DE SANTIAGO (CABO VERDE) 2007

Miguel Anxo Santos Rego, Profesor Catedrático de Departamento de Teoría e Historia da Educación, con destino na Universidade de Santiago de Compostela e **António José Medina dos Santos Baptista**, Profesor Auxiliar da Universidad Jean Piaget de Cabo Verde, como Director e Co – Director, respectivamente, do TRABAJO DE INVESTIGACIÓN TUTELADO realizado por

Simão Paulo Rodrigues Varela

titulado:

**EDUCAÇÃO E CAPITAL SOCIAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA COMUNIDADE
PISCATÓRIA EM CABO VERDE**

FAZEM CONSTAR

Que o devandito Trabajo de Investigación tutelado reúne os requisitos académicos e científicos necesarios para proceder a súa lectura e defensa pública.

Santiago de Compostela, a 29 de Junio de 2007

Visto e Prace

O Director

O Co – Director

O aluno

Simão Paulo Rodrigues Varela, autor do Trabalho de Investigação Tutelado “Educação e Capital Social para o Desenvolvimento Sustentável da Comunidade Piscatória em Cabo Verde”, declara que, salvo fontes devidamente citadas e referidas, o presente documento é fruto do seu trabalho pessoal, individual e original.

Cidade da Praia, 29 de Junho de 2007.

Simão Paulo Rodrigues Varela

Trabalho de Investigação Tutelado apresentado à Universidade de Santiago de Compostela como parte de requisitos para a obtenção de Diploma de Estudos Avançados.

AGRADECIMENTO

A elaboração de qualquer trabalho, por muito individual que seja, requer a ajuda, a colaboração e o apoio de outras pessoas e instituições. Sendo assim, é com um sentimento de imensa satisfação que escrevo estas palavras de agradecimento para todos os que, directa ou indirectamente, contribuíram para a realização deste trabalho.

Em primeiro lugar, cabe-me manifestar o meu agradecimento ao Director do meu Trabalho de Investigação Tutelado, Prof. Doutor Miguel Anxo Santos Rego, pela sábia orientação, pelos ensinamentos transmitidos e toda a disponibilidade evidenciada ao longo da realização da parte curricular do doutoramento e da realização do presente trabalho.

Ao Co-Director, Prof. Doutor António José Medina dos Santos Baptista, pela incansável e pronta disponibilidade, pelos pertinentes comentários e sugestões valiosas, e pelo providencial apoio no tratamento estatístico dos dados e na análise dos resultados.

À Universidade Jean Piaget de Cabo Verde, pela realização da 2ª Edição do Curso de Doutoramento em EDH e pelo apoio que me concedeu.

Um agradecimento especial, aos responsáveis dos serviços, das organizações e das associações que aberta e prontamente participaram na realização das entrevistas, sem as quais este trabalho não seria possível.

Às pessoas da comunidade piscatória de Cutelinho que responderam os questionários e serviram como sujeitos de observação, permitindo assim, a obtenção de informações pertinentes para o enriquecimento do presente trabalho.

Aos meus colegas do curso, pela pronta disponibilidade quando solicitei ajuda.

A Professora Doutora Estela Pinto Ribeiro Lamas, pelo incondicional apoio que me concedeu e que muito contribui para que este trabalho seja feito.

Ao Prof. Doutor Wlodzimiers Szymaniak, pelo fraternal acompanhamento e apoio concedido na organização do trabalho.

A todos os meus amigos, que de uma forma ou outra, com as suas palavras de encorajamento, ajudaram para a concretização deste trabalho.

À minha família que me incentivou a prosseguir com este trabalho de investigação, um muito obrigado!

ÍNDICE DE MATÉRIAS

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I	3
HISTÓRIA DE CABO VERDE E O SEU DESENVOLVIMENTO	3
1.1. História de Cabo Verde	3
1.2. Panorama de Cabo Verde	6
1.3. Visão de desenvolvimento de Cabo Verde	13
1.4. Desafios de desenvolvimento de Cabo Verde	16
1.5. Objectivos gerais e sectoriais de desenvolvimento de Cabo Verde	25
CAPÍTULO II	28
DESENVOLVIMENTO LOCAL EM CABO VERDE	28
2.0. Breves considerações	28
2.1. Nova concepção de desenvolvimento local	29
2.2. Políticas de desenvolvimento local em Cabo Verde	31
2.3. Considerações finais	34
CAPÍTULO III	35
HISTÓRIA DO CONCELHO DE SANTA CRUZ E O SEU DESENVOLVIMENTO	35
3.1. Enquadramento geral e divisão administrativa	35
3.2. História do Concelho de Santa Cruz	35
3.3. Panorama do Concelho de Santa Cruz e da comunidade piscatória de Cutelinho	37
3.3.1. Dinâmica demográfica	37
3.3.2. Situação sócio – económica	38
3.4. Ambiente e saneamento	43
3.5. Nível de participação e tecido associativo	43
3.6. Potencialidades e constrangimentos ao desenvolvimento do sector da pescas no Concelho de Santa Cruz	45
3.7. Considerações finais	45
CAPÍTULO IV	46
ASPECTOS GERAIS DA PESQUISA	46

4.0. Breves considerações.....	46
4.1.Contextualização da pesquisa.....	46
4.2.Justificativa e relevância da pesquisa.....	47
4.3.Objectivos da pesquisa.....	48
4.3.1.Objectivo geral.....	49
4.3.2.Objectivos específicos.....	49
4.4.Explicitação da hipótese.....	49
4.5. Marco teórico e empírico.....	49
4.5.1. Definição de conceitos.....	49
4.5.2. Antecedentes históricos.....	57
4.5.3. Modelos teóricos de desenvolvimento comunitário.....	65
4.6. Espaço amostral e sujeitos de pesquisa.....	67
4.7. Metodologia.....	68
4.7.1. Instrumentos de recolha de informação.....	69
4. 7.1.1.Estudo documental.....	69
4. 7.1.2. Observação participante.....	69
4.7.1.3. Questionário/Inquérito.....	69
4.7.1.4. Entrevista.....	70
CAPÍTULO V.....	71
RESULTADOS DO TRABALHO EMPÍRICO.....	71
5.1.Síntese e comentários das avaliações das observações participantes feitas aos sujeitos da pesquisa.....	71
5.2.Síntese e comentários dos questionários dirigidos aos sujeitos da pesquisa.....	73
5.3.Síntese e comentário das entrevistas dirigidas aos sujeitos da pesquisa.....	79
CONCLUSÃO.....	89
BIBLIOGRAFIA	94
APÊNDICES.....	100
Apêndice nº1 – Grelha de observação participante.....	101

Apêndice nº2 – Guião do questionário integrado sobre o capital social.....	105
Apêndice nº3 – Guião de entrevistas.....	112
 ANEXOS.....	 114
 ANEXO Nº1-FOTOGRAFIAS DA COMUNIDADE PISCATÓRIA DE CUTELINHO, DO CAIS DE PESCA DE PEDRA BADEJO E DAS EMBARCAÇÕES DE PESCA.....	 115
 Foto nº 1 – Comunidade piscatória de Cutelinho, Vila de Pedra Badejo, Concelho de Santa Cruz.....	 116
Foto nº 2 – Cais de Pedra Badejo e as embarcações de pesca.....	117
 ANEXO Nº2- MAPAS DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA, INCIDÊNCIA E PRONFUNDIDADE DA POBREZA NO CONCELHO DE SANTA CRUZ.....	 118
 Mapa nº1 – Divisão administrativa do Concelho de Santa Cruz.....	 119
Mapa nº 2 – Incidência da pobreza no Concelho de Santa Cruz.....	120
Mapa nº 3 – Profundidade da pobreza no Concelho de Santa cruz.....	121

LISTA DOS GRÁFICOS

Gráfico nº 1 – Repartição da população desempregada segundo o nível de instrução

Gráfico nº2 – Prevalência do HIV em cabo Verde e na Ilha de Santiago e Praia

Gráfico nº 3 – Oportunidades de acesso ao saber no Concelho de Santa Cruz em 2000

Gráfico nº4 – Relação educação – desenvolvimento

Gráfico nº 5 – Tarefas para um bom desenvolvimento comunitário – local

LISTA DAS TABELLAS

Tabela nº1 – Frota pesqueiro, nº de pescadores afectos a pesca artesanal e taxa de motorização
as embarcações de pesca no Concelho de Santa Cruz

Tabela nº 2 – Nível de capital social na comunidade piscatória de Cutelinho

Tabela nº3 – Influência de habilitação literária no índice de Capital social

Tabela nº4 – Participação relativa de cada variável na composição do índice de capital social

SIGLAS E ABREVIATURAS

CMSC	: Câmara Municipal de Santa Cruz
DECRP	: Documento Estratégico de Crescimento e Redução da Pobreza
EBI	: Ensino Básico Integrado
ECRP	: Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza
GOPs	: Grandes Opções do Plano
ICAO	: Organização Internacional da Aeronáutica Civil
IDRF	: Inquérito das Despesas e Rendimentos Familiares
IDSR	: Inquérito Demográfico sobre a Saúde Reprodutiva
INDP	: Instituto Nacional de Estatística
MFP	: Ministério das Finanças e do Plano
MORABI	: Associação de Apoio à Auto-Promoção da Mulher no Desenvolvimento
NOSI	: Núcleo Operacional da Sociedade de Informação
OMCV	: Organização das Mulheres de Cabo Verde
OMD	: Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento
ONU	: Organização das Nações Unidas
PND	: Plano Nacional do Desenvolvimento
SAASA-SC	: Serviço Autónomo de Água e Saneamento -Santa Cruz
UNESCO	: Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e Cultura

SUMÁRIO

A educação, a formação e o desenvolvimento do capital social é uma das questões prioritárias e que deve ser tido em consideração, sobretudo no que diz respeito ao desenvolvimento das comunidades piscatórias em Cabo Verde. Precisa-se de focar essa problemática e, sugerir as medidas e as estratégias que devem estar no centro das atenções dos dirigentes e dos sistemas educativos, reflectindo sobre elas nas comunidades e em termos académicos, tendo presente a importância da educação para o exercício da cidadania.

O presente trabalho de investigação tem por objectivo evidenciar a influência da educação na formação do capital social e analisar em que medida é que este pode contribuir para o desenvolvimento sustentável da comunidade piscatória de Cutelinho, situada na Vila de Pedra Badejo, Concelho de Santa Cruz.

Em sociedades relativamente homogêneas, como é o caso de Cabo Verde, o capital social pode ser um recurso importante para a promoção do desenvolvimento humano e social, garantindo assim, a qualidade ambiental.

A pesquisa é de natureza quantitativa e qualitativa, acreditando-se na complementaridade dos dois métodos de investigação.

A triangulação de dados foi feita por meio de questionário/inquérito, entrevista e observação participante, recurso mais básico e fundamental desta investigação.

Das análises das avaliações das observações participantes, das informações dos questionários e das entrevistas feitos aos sujeitos da pesquisa, chegou-se a conclusão de que o nível de educação e de capital social na referida comunidade é baixo pelo que a mesma apresenta-se problemas em termos de desenvolvimento.

Palavras-chave: educação; capital social; comunidade piscatória; desenvolvimento comunitário.

INTRODUÇÃO

Situado no meio do oceano Atlântico, Cabo Verde é, potencialmente, dotado de uma Zona Económica Exclusiva¹ considerável, que atinge 734.265 km², de uma plataforma continental de 5.394 km², com 2.000 km de costa e de um potencial de recursos marinhos estimado em 45.000 toneladas/ano, o que faz que o mar seja o maior recurso natural do país (Food And Agriculture Organization – FAO, 1997a; Instituto Nacional das Pescas - INDP, 1999).

A problemática da educação, da formação e do desenvolvimento do capital social é, efectivamente, uma das questões prioritárias e que deve ser tido em consideração, sobretudo no que diz respeito ao desenvolvimento das comunidades piscatórias em Cabo Verde. É necessário focar essa problemática e, sugerir as possíveis medidas de políticas e estratégias que devem estar no centro das atenções dos dirigentes e dos sistemas educativos, reflectindo sobre elas nas comunidades e em termos académicos, tendo presente que a educação para o século XXI deve projectar, no futuro, a imagem dessa sociedade e antever as qualidades que os cidadãos terão de ajudar a construir para a melhoria das suas condições de vida.

Deve-se ter em consideração que os factores básicos que amoldavam o crescimento económico eram, entre os economistas clássicos, a terra, o tempo de trabalho e o capital físico. Nos anos 60 e 70, adicionou-se o capital humano e, mais recentemente, tornaram-se uma combinação de habilidades e recursos intangíveis, como normas e sistemas de reciprocidade - confiança, cooperação, conhecimentos e compromissos tácitos.

Constata-se, entretanto, que esses factores tornam-se cada vez mais transcendentais, gerando maior complexidade no modo de ser das sociedades humanas e exigindo novas formas de organização social para lidar com a materialidade e imaterialidade das relações sócio-económicas, seus impactos e consequências.

Em sociedades relativamente homogêneas, como é o caso de Cabo Verde, o capital social pode ser um recurso importante para a promoção do desenvolvimento humano e social, garantindo assim, a qualidade ambiental. Pois, a sociedade civil tem potencialidades de auto-organização e pode complementar as acções governamentais, nesse domínio.

¹ Zona Económica Exclusiva (ZEE) corresponde a 200 milhas náuticas, ou seja, 370 km da costa, abrangendo a pesca e todos os recursos minerais e submarinos.

Diversas pesquisas realizadas por organismos internacionais promotores do desenvolvimento humano têm evidenciado o papel que o capital social tem tido neste domínio. O Banco Mundial tem vindo a dedicar um espaço no seu site oficial ao Capital Social para o Desenvolvimento, onde se pode conhecer melhor o conceito e ter acesso a diversas pesquisas sobre o tema, realizadas em vários países em desenvolvimento.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano, no seu relatório dedicado especialmente a luta contra a pobreza (1997), pôs ênfase num maior espaço e oportunidade à participação dos cidadãos na tomada de decisões que afectam as suas vidas – processo, chamado de empowerment dos cidadãos –, em complementaridade às acções desenvolvidas pelos serviços públicos e governos.

Deve-se ter presente que, com a Independência de Cabo Verde em 1975, a educação da população cabo-verdiana tem vindo a ser considerada uma meta das autoridades nacionais. Tal objectivo tornou-se presente nos discursos e nas acções das autoridades, de um modo geral.

É de realçar que no começo dos anos 90, persistia uma certa assimetria no acesso ao ensino entre os vários municípios do país. A partir da segunda metade dos anos 90, constata-se uma tendência para a homogeneização das taxas de escolarização devido ao grande aumento de rede de escolas, mas, ainda, verifica-se, em Cabo Verde, um baixo nível de capital social, o que pode condicionar, grandemente, o seu desenvolvimento.

A ideia, de desenvolvimento comunitário sustentável, procura colocar a ênfase em mecanismos específicos capazes de mobilizar energias produtivas que o funcionamento dos mercados acaba por inibir e que a simples presença de certas infra - estruturas mostra-se incapaz de despertar. Da mesma forma, mostrar que o capital social e o desenvolvimento comunitário tão pouco resultam da operação espontânea dos contactos sociais, mas sim de uma intervenção consciente e deliberada de instituições públicas e privadas, e das organizações da sociedade civil.

Tendo em consideração a problemática identificada e com o intuito de dotar de sentido lógico a temática abordada, organizou -se o trabalho em cinco capítulos:

No primeiro capítulo, intitulado **história de Cabo Verde e o seu desenvolvimento**, fez-se um breve historial sobre Cabo Verde, o seu panorama, a visão, os desafios e os objectivos gerais e sectoriais do seu desenvolvimento.

No Segundo capítulo, **desenvolvimento local em Cabo Verde**, apresentou-se breves considerações, a nova concepção, as políticas de desenvolvimento local em Cabo Verde e as considerações finais.

No terceiro capítulo, **história do Concelho de Santa Cruz e o seu desenvolvimento**, fez-se o enquadramento, apresentando a sua divisão administrativa e um breve historial, o panorama do seu desenvolvimento e da comunidade piscatória de Cutelinho, as potencialidades e os constrangimentos do sector da pesca no Concelho de Santa Cruz, bem como as considerações finais.

No quarto capítulo, **aspectos gerais da pesquisa**, começou-se com as breves considerações, para, depois, falar-se sobre a contextualização, a justificativa, a relevância, os objectivos e os sujeitos da pesquisa, a explicitação da hipótese, o marco teórico e empírico, o espaço amostral e a metodologia.

No quinto capítulo, os **resultados do trabalho empírico**, sistematizados em sínteses e comentários das avaliações das observações participantes, dos questionários e das entrevistas feitos aos sujeitos da pesquisa.

Finalmente, apresentou-se, as conclusões e as recomendações, as limitações do estudo, as sugestões para futuros trabalhos de investigação e o plano de acção.

CAPÍTULO I: HISTÓRIA SOBRE CABO VERDE E O SEU DESENVOLVIMENTO

1.1. História de Cabo Verde

De acordo com a História Geral de Cabo Verde (1991), situa-se a data de descoberta das ilhas do arquipélago de Cabo Verde entre 1460 e 1462, na sequência de viagens de exploração da Costa Ocidental Africana, efectuadas por navegadores portugueses, sob a orientação de D. Henrique. No regresso de uma dessas viagens, António da Noli e Diogo Gomes encontram, em 1 de Maio de 1460, a primeira ilha do arquipélago, a que chamaram de São Tiago, em homenagem ao santo que a Igreja Católica festeja nesse dia. Na mesma viagem, foram encontradas as ilhas do Maio, Fogo, Sal e Boa Vista, sendo as restantes e os dois ilhéus Branco e Raso sido achados por Diogo Afonso, escudeiro do Infante D. Fernando entre 1461 e 1462.

Apesar da proximidade da costa, as ilhas não eram habitadas aquando da chegada dos portugueses. No entanto, devido à sua posição geográfica, no meio do Atlântico, desde logo se tornaram ponto de paragem das armadas para abastecimento de água e alimentos. Serviam de entreposto comercial e estação de aprovisionamento das rotas de África, América e Índia. Das primeiras actividades, destacava-se o tráfico de escravos.

Estas circunstâncias fizeram com que o povoamento do arquipélago se processasse, praticamente, logo a seguir ao seu achamento.

Alguns dos portugueses ficaram para trabalhar as terras e, juntamente com os pequenos camponeses, os rendeiros e os morgados acabaram por formar a estrutura social do arquipélago.

Nas ilhas com um povoamento mais antigo (Santiago e Fogo), tomaram parte apenas brancos europeus e escravos negros, enquanto que nas restantes, nomeadamente São Nicolau, Santo Antão e São Vicente, foram utilizados mestiços já nascidos no arquipélago e libertos das outras ilhas.

Com o incremento da escravatura, o arquipélago transformou-se num dos vértices do triângulo em que se processava o tráfico escravagista - Guiné, Cabo Verde, Américas -, na medida em que os negreiros necessitavam de escalar Santiago, não só para obterem os conhecidos “panos” que utilizavam como moeda de troca na aquisição de escravos, como

também por ser neste entreposto que aquela “mercadoria humana” era baptizada, ladinizada e loteada antes de ser reexportada para destinos vários.

Segundo Correia e Silva (1991), a história de Cabo Verde, pelos séculos XVI, XVII e XVIII, confunde-se com a luta pelo domínio dos mares e com as orientações do comércio internacional.

Ao longo do século XVI, o declínio económico da Ribeira Grande, a primeira Capital do País, provocou a partida de comerciantes e de capitais, obrigando a população a refugiar-se no interior para viver da agricultura e da criação de animais, os únicos recursos de que dispunha.

O país sobreviveu a períodos de secas devastadoras até ao reinício da navegação no século XVIII, sobretudo para o comércio do sal.

No século XIX, a actividade comercial desenvolveu-se em torno do Porto de Mindelo – Porto Grande – na Ilha de São Vicente que constitui, na altura, uma escala importante entre a Europa e a América do Sul. Esta foi a altura em que se criou o Banco Nacional Ultramarino e durante a qual se desenvolveu o ensino nas colónias portuguesas. Cabo Verde era então considerado como parte integrante da nação portuguesa.

Após uma fase de descentralização, com o advento da República Portuguesa em 1910/1911, o regime de Salazar inverte essa política com a instituição da Acta Colonial, reforçando assim, os poderes coloniais.

A perda de importância do comércio e do tráfico por Cabo Verde provoca o abandono de muitos europeus e a recessão económica das ilhas que mergulharam numa economia pobre, baseada na agricultura sob um clima desfavorável.

Com a abolição do comércio de escravos e a constante deterioração das condições climáticas, Cabo Verde entrou em decadência e passou a viver com base numa economia pobre, de subsistência.

Europeus livres e escravos da costa africana fundiram-se num só povo, o cabo-verdiano, com uma forma de estar e viver muito própria e o crioulo emergiu como idioma da comunidade maioritariamente mestiça.

Em 1956, Amílcar Cabral criou o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), lutando contra o colonialismo e iniciando uma marcha para a independência.

A 19 de Dezembro de 1974 foi assinado um acordo entre o PAIGC e Portugal, instaurando-se um governo de transição em Cabo Verde. Este mesmo Governo preparou as eleições para uma Assembleia Nacional Popular que em 5 de Julho de 1975 proclamou a independência.

Em 1991, na sequência das primeiras eleições pluripartidárias realizadas no país, foi instituída uma democracia parlamentar com todas as instituições de uma democracia moderna.

A cultura do povo cabo-verdiano reflecte a simbiose de 5 séculos de convivência de influências europeias e africanas, estando a interligação destas presente nas diversas manifestações de cultura popular.

Os trabalhos de cestaria em caniço são muito diversificados. O artesanato em casca de coco tem objectos decorativos e utilitários de grande interesse e os trabalhos de tapeçarias muito apreciados.

A gastronomia cabo-verdiana está enraizada na tradição deste povo, sendo o prato de referência a cachupa. A base culinária é o milho combinado com o feijão, a batata-doce, a mandioca, peixes e carnes. A doçaria é rica e variada. As bebidas cabo-verdianas são representadas pelos grogues, licores e refrescos.

A música é uma manifestação cultural por excelência. Os instrumentos mais utilizados são os de corda, como o violão, a viola, o cavaquinho e o violino, os trombones e outros instrumentos de percussão.

A literatura cabo-verdiana é das mais ricas da África lusófona. Tem um marco decisivo no Movimento Claridade, que surgiu em 1936 e cujos fundadores são Baltazar Lopes, Manuel Lopes e Jorge Barbosa.

Daí que, para compreender a sociedade cabo-verdiana é preciso, em primeiro lugar, considerar que ela não é produto de uma civilização local milenária. Historicamente, a presença humana em Cabo Verde tem pouco mais de quinhentos anos de existência, visto que

se iniciou nos meados do século XV e tem enfrentado sucessivas vicissitudes de diversa ordem, nomeadamente as secas.

1.2. Panorama de Cabo Verde

De acordo com os resultados do recenseamento de 1990, a população residente era de 341 607 habitantes, 45% dos quais com menos de 15 anos e 55% com menos de 20 anos. A taxa média de natalidade foi de 37 ‰ no período de 1980/1990.

De acordo com o 2º IDSR realizado pelo Instituto Nacional de Estatística, o nível sintético de fecundidade é de 2,9, ou seja, em Cabo Verde cada mulher tem em média 2,9 filhos, 0,4 pontos acima do desejado, pois o número ideal médio é de 2,5 filhos. A fecundidade é mais elevada no meio rural onde cada mulher tem em média 3,1 sendo 2,7 o número médio de filhos das mulheres no meio urbano

Em finais da década de 70 cada mulher tinha em média 7,1 filhos, eram apenas 4 em finais da década de noventa, sendo agora de 2,9.

Cerca de 84% das mulheres que já tem filhos esperaram pelo menos 24 meses para ter o próximo, o que significa que a grande maioria observa o espaçamento mínimo recomendado (24 meses)

É de realçar a situação da fecundidade na adolescência. Pois, de cada 100 meninas dos 15-19 anos, 19 já engravidaram pelo menos uma vez, sendo que 15 já são mães e 4 estão grávidas do primeiro filho.

No final da década de 80, a taxa de mortalidade infantil era de 44,3 ‰, sendo a esperança média de vida de 62,4 anos para os homens e de 64,7 para as mulheres.

Os elementos da sua história fazem que hoje os cabo-verdianos e os descendentes de cabo-verdianos são mais numerosos no exterior do que no país.

A emigração marcou desde sempre a vida do cabo-verdiano. O número de emigrantes é muito superior ao número de habitantes do país. As estimativas apontam para entre 400 000 e 700 000 cabo-verdianos emigrados, sendo os principais destinos os Estados Unidos da América, Portugal, Itália, França e Holanda.

Há uma contribuição significativa da diáspora cabo-verdiana no desenvolvimento socio-económico do país.

A densidade demográfica é relativamente elevada e ronda os 83 hab/Km², estando a população urbana (35%) mais concentrada nas cidades da Praia (62 000 hab.) e do Mindelo (47 000 hab.).

Segundo o recenseamento geral da população e habitação de 2000, em Cabo Verde a população residente era de 434.625 indivíduos, dos quais 55% residiam no meio urbano. Santiago é a ilha mais populosa, com cerca de 54% da população total. Seguem-se São Vicente e Santo Antão com 15% e 11%, respectivamente. A capital do país, Cidade da Praia, concentra 23% da população residente. A taxa de crescimento demográfico foi, na última década, de 2.4% ao ano, sendo a taxa de fertilidade de 4 crianças por mulher. A população é jovem com 68,7% com idade inferior a 30 anos.

De acordo com o mesmo recenseamento, 91.281 habitantes tinham entre 15 e os 25 anos, o que representava cerca de 21,1% da população total do país. Se considerar a população menor de 25 anos, ela representa cerca de 63,3% da população total.

A população activa era de aproximadamente 166 mil indivíduos, dos quais 46% do sexo feminino. Dos activos, cerca de 22% encontravam-se empregados. Existem mais homens empregados (72 mil) do que mulheres empregadas (58 mil) e mais mulheres desempregadas (19 mil) do que homens desempregados (17 mil).

Não obstante o crescimento económico contínuo que Cabo Verde tem vindo a conhecer nos últimos anos, a criação de emprego não tem acompanhado o ritmo do crescimento da população activa do país. Como consequência, o desemprego tem vindo a conhecer um agravamento nos últimos anos, com particular incidência na juventude.

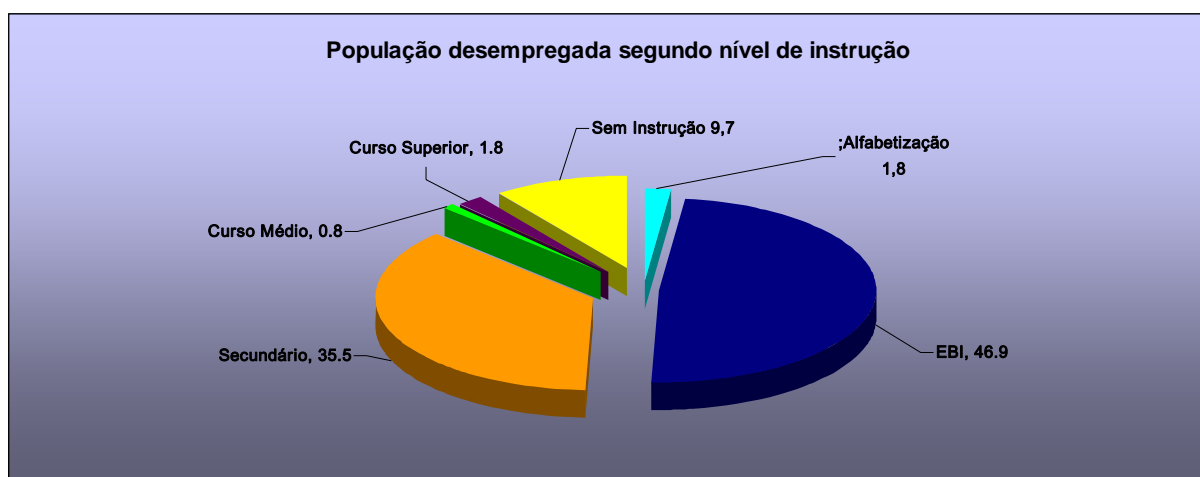
Em 2000, a taxa de desemprego no país atingia cerca de 17,4% da população activa, concentrando-se de forma particular entre os jovens. Nesta ocasião, o desemprego afectava mais as mulheres (68%) do que os homens (32%).

Em 2005, a taxa de desemprego no país sobe para 24,4%, o que significa um aumento de sete pontos percentuais num período de cinco anos.

No que se refere à categoria demográfica mais atingida, os dados mostram que, de facto, a faixa etária dos 15 aos 24 anos é dos mais atingidos pelo desemprego (48%), seguido pela faixa dos 25 aos 44 anos com 41%.

É de ressaltar que o perfil dos jovens desempregados é essencialmente composto por aqueles que têm como nível de escolaridade o Ensino Básico Integrado e o Ensino Secundário. De facto, do total dos desempregados, 46,9% tinham o Ensino Básico Integrado enquanto que 35,5% possuíam o Ensino Secundário. Estes dados mostram que a escolarização de *per si* não constitui uma garantia de emprego. Antes, são competências (*skills*) específicas é que definem o grau de competitividade no mercado de trabalho. Neste contexto, a formação técnica e profissional associadas ao ensino formal se mostram cruciais.

Gráfico nº1-Repartição da população desempregada segundo o nível de instrução



Fon

te: INE (2006)

Neste sentido, embora seja fundamental continuar a aposta na formação primária e secundária, torna-se cada vez mais crucial a implementação de cursos de formação técnica e profissional que efectivamente habilitam para o exercício de uma actividade profissional e que possibilitem a reconversão profissional em função de mudanças na economia e na sociedade.

O PIB real *per capita* é de US\$1420 em 2002, marcando uma evolução significativa em

relação ao crescimento de 1990 – US\$902². O crescimento do PIB reflecte-se na mudança das condições de vida da população. Sendo assim, a esperança de vida é de 72 anos nas mulheres e de 66 anos nos homens. Cabo Verde ficou classificado entre os 175 países, ocupando a posição 103.^a no *ranking* do Índice do Desenvolvimento Humano – IDH. Segundo o IPH – Índice da Pobreza Humana baixou de 28,8% em 1990 para 17,7% em 2002³.

Todavia, fala-se aqui de um fenómeno estrutural de fortes relações com o sistema de produção, fracos recursos naturais, baixo nível de escolaridade, entre outros factores dependentes. Este Arquipélago padece de vários constrangimentos, entre eles a escassez de terreno arável e a crónica falta de água, que afectam o seu normal desenvolvimento⁴.

É de realçar, ainda, a forte incidência da pobreza nos meios rurais. Confrontando com os dados do Censo 2000⁵, 73,2% dos agregados familiares no meio rural têm um nível de conforto muito baixo contra 3,4% e 0,3% de alto e muito alto. Em contra partida, apenas 26% da população urbana tem um nível de conforto muito baixo.

Cabo Verde tem uma economia muito vulnerável e dependente do exterior. A agricultura é praticamente insignificante, condicionada sobretudo pela falta de chuva e escassez de terras cultiváveis (apenas 9% da superfície

A economia cabo-verdiana é dominada pelo sector dos serviços, 71,6%, seguido do sector secundário (indústria e construção), 17,2% e o sector primário ocupa 11,2% do PIB⁶.

A pesca sempre teve grande importância sócio-económica para as comunidades costeiras de Cabo Verde, já que oferece meios de subsistência e, devido à vocação marítima do povo cabo-verdiano, possibilidades de emprego. Por ser fonte de proteína animal de baixo custo para a população e por sua relativa abundância nos mares de Cabo Verde, o peixe aparece como componente importante na alimentação da população, tendo papel decisivo na questão da segurança alimentar do povo cabo-verdiano.

² IRDF de 2002. in Doc. Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza, Praia Set.04, p. 7.

³ PNUD, Relatório Nacional Sobre o Desenvolvimento Humano Cabo Verde – 2004, p. 17

⁴ Documento Estratégico de Crescimento e Redução da Pobreza, Praia, Nov. 2004, p.7, Versão Simplificada.

⁵ Condição de Vida dos Agregados Familiares, Censo 2000, pp. 94-95.

⁶ Estratégia de Desenvolvimento para o Horizonte 2015, Ed. MAAP e FAO, Versão Simplificada p.4.

De acordo com os dados da Divisão Estatística do INDP (2006), em Cabo Verde, existia 75 portos/comunidades piscatórias, 3.087 pescadores e 1029 botes, sendo 765 com motores e 264 sem motores o que representa uma taxa de motorização das embarcações de pesca de 74%.

A ilha de Santiago, apesar de ser a com maior peso em termos de número de portos/comunidades, pescadores e de botes, é a que tem uma taxa de motorização das embarcações de pesca mais baixa, ou seja, de apenas 57%.

A participação da pesca na formação do Produto Interno Bruto (PIB) de Cabo Verde foi de 1,5%, em 1992. Embora ainda não apresente, quantitativamente, valor expressivo para o PIB, é um sector económico imediatamente explorável, que, de acordo com Ministério das Finanças e do Plano - MFP (1996), vem sendo eleito como sector estratégico para o desenvolvimento económico do país, à medida que participa, significativamente, no total das exportações de mercadorias, ao mesmo tempo em que combate o desemprego, que aflige principalmente os mais jovens e os de baixo nível de educação e formação, a fome e a subnutrição do povo do arquipélago, quebrando o círculo vicioso da pobreza – baixa renda, desnutrição, baixa produtividade no trabalho e problemas de saúde, que levam ao desemprego e à permanência da pobreza.

O sector das pescas tem papel fundamental na questão da segurança alimentar, já que contribui, também, para diminuir a dependência da importação de alimentos do exterior e, em certas proporções, garantir retorno em divisas, que poderão ser recolocadas na economia para dinamizar outros sectores e promover o desenvolvimento económico.

Relativamente aos objectivos da boa governação e a Estratégia do Crescimento e Redução da Pobreza, traçados pelo actual Governo, encontram-se em desenvolvimento/execução os seguintes Planos, dos quais, o Concelho de Santa Cruz incluirá, enquanto beneficiário:

- Plano Nacional da Educação;
- Plano De Acção Nacional para o Ambiente II (PANA II);
- Plano Estratégico Nacional (PNE);
- Plano Estratégico da Agricultura;

- Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico;
- Plano Estratégico da Justiça;
- Estratégia Nacional de Segurança Alimentar;
- Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza;
- Estratégia de Desenvolvimento e Segurança Social;
- Plano Nacional para a Igualdade e Equidade de Género.

Deve-se ter presente que os recursos económicos de Cabo Verde dependem, sobretudo, da agricultura e da riqueza marinha. A agricultura sofre frequentemente os efeitos das secas.

As culturas mais importantes são o café, a banana, a cana-de-açúcar, os frutos tropicais, o milho, os feijões, a batata-doce e a mandioca.

O sector industrial encontra-se em pleno desenvolvimento e pode-se destacar a fabricação de aguardente, vestuário e calçado, tintas e vernizes, o turismo, a pesca e as conservas de pescado e a extracção de sal, não descurando o artesanato. A banana, as conservas de peixe, o peixe congelado, as lagostas, o sal e as confecções, são os principais produtos exportados.

A moeda corrente é o Escudo de Cabo Verde. As remessas da emigração, o auxílio externo e a gestão cuidada dos pagamentos ao exterior preservam a estabilidade da moeda cabo-verdiana.

Aproveitando o grande potencial do clima tropical quente, quase 365 dias por ano, o turismo vai começar a desempenhar um papel importante na economia, com a construção de mais unidades hoteleiras.

A economia de Cabo Verde é fortemente dependente das importações. Cerca de 80% das importações provêm da Europa, sendo Portugal o parceiro mais importante.

A maior parte da população dedica-se ao sector primário, sendo a cultura mais importante a do milho. A pesca está pouco desenvolvida, apesar da morfologia do país e da abundância de recursos.

A indústria não ocupa mais do que 4% da população activa e concentra-se na Praia e no Mindelo.

O comércio é a actividade mais característica de Cabo Verde. O índice de crescimento é surpreendente para o qual contribui a flexibilidade diplomática, o patriotismo dos emigrantes, a estabilidade política e o elevado investimento na educação.

1.3. Visão de desenvolvimento de Cabo Verde

Desde a sua independência em 1975, Cabo Verde lançou-se num programa de desenvolvimento nacional, primeiro com o envolvimento do Estado na economia, num sistema de partido único e, posteriormente, num processo de reformas sucessivas visando inserir o país na economia de mercado e num regime de democracia multipartidária. A partir da década de 1980, os sucessivos governos prosseguiram as reformas em duas direcções - económica e política, com resultados positivos. Cabo Verde, hoje, é um estado democrático com uma história de mais de uma década de democracia multipartidária, com vários actos eleitorais realizados e transições pacíficas e, uma efectiva participação da sociedade civil na governação.

As reformas económicas, com enfoque na criação de um sector privado forte, permitiram a que Cabo Verde tenha uma das economias mais estáveis e bem sucedidas da África subsahariana. O rendimento per capita é um dos mais elevados da África Ocidental. Como características distintivas da economia cabo-verdiana, destacam-se a estabilidade macro-económica, os baixos índices da inflação e a diminuição do défice fiscal. Por outro lado, os indicadores sociais vêm registando evidentes progressos, sendo a destacar o aumento da esperança de vida e o acesso ao ensino primário e secundário que já abarca a quase totalidade dos indivíduos das respectivas faixas etárias.

Não obstante, os progressos alcançados, tanto no domínio político como económico, Cabo Verde, como qualquer outro pequeno país insular, manifesta um elevado grau de vulnerabilidade, o que se deve sobretudo à sua localização e condição geográfica.

Com escassos recursos naturais ou fontes não renováveis de energia e, dominado pelo clima sahariano, as oportunidades para a expansão da sua economia são limitadas. As condições ecológicas desfavoráveis, têm sido a causa principal para os fluxos de emigração durante várias gerações, assim como um factor determinante da pobreza.

O sucesso de Cabo Verde, desde a independência tem sido, sobretudo, o resultado da conjugação de uma ajuda externa generosa e das remessas dos emigrantes. Ora, são estes factores, conjugados com boa governação e os resultados das reformas económicas, que estão na base da história de sucesso de Cabo Verde.

Com a globalização cada vez mais enraizada e a emergência de uma economia ultra-competitiva, apenas sobrevivem as nações onde a aquisição do conhecimento se traz com maior rapidez. Neste contexto, a situação de Cabo Verde representa um enorme desafio dado a sua forte dependência em relação a dois factores-chave que não estão sob seu total controlo: ajuda externa e remessas dos emigrantes. Estes factores contribuíram para o desenvolvimento do país no passado mas podem não continuar a fazê-lo no futuro, e mesmo que continuem a prestar esse concurso podem não ser a melhor via para a transformação de Cabo Verde a longo prazo.

A adopção de novas tecnologias, pode também esbater a importância da situação geográfica de que Cabo Verde beneficiou nos séculos passados. Devido aos avanços tecnológicos registados no domínio dos transportes, Cabo Verde pode perder este mercado. O número de aviões e barcos que escalam Cabo Verde para reabastecimento e o benefício de outros serviços pode continuar a baixar face ao avanço tecnológico. Como resultado de tudo isto, os desafios com que Cabo Verde se debate, são cada vez de maior envergadura.

Juntando estes factores, à circunstância de Cabo Verde dispor de escassos recursos financeiros, fica claro o porquê da decisão do Governo de se envolver na formulação de uma estratégia de crescimento e de redução da pobreza. O propósito central dos esforços de transformação de Cabo Verde é o crescimento económico, a erradicação da pobreza e a promoção de uma economia de fortes índices de crescimento e auto-sustentada e assente numa ampla base de produção económica.

O Governo de Cabo Verde, iniciou em 2001 uma série de exercícios de reflexão em colaboração com o sector privado e a sociedade civil. Estes exercícios incluíram a formulação das Grandes Opções do Plano (GOP's) para estabelecer as opções quanto ao futuro do país, um grupo de reflexão para pensar a estratégia de crescimento e identificar os futuros mecanismos do crescimento da economia cabo-verdiana e a realização de um fórum para a

criação de consensos sobre as necessidades e sobre como transformar Cabo Verde. Outros exercícios foram desenvolvidos, como sejam a elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento e a formulação de uma estratégia preliminar de redução da pobreza.

As Grandes Opções do Plano assentam na promoção da boa governação, na promoção da capacidade empreendedora, da competitividade e do crescimento, no desenvolvimento do capital humano e das infra-estruturas básicas e económicas e na promoção de uma política global de desenvolvimento social.

A estratégia de crescimento e transformação a longo prazo deverá ancorar-se nas vantagens que a situação geográfica do país oferece. A ideia principal é o aproveitamento das vantagens que oferecem o mar e o espaço aéreo. A estratégia de transformação, para ser bem sucedida exige infra-estruturas adequadas para a promoção do transporte aéreo e marítimo. As condições dos portos e aeroportos, devem ser melhoradas.

A estratégia, prevê o desenvolvimento de várias indústrias ligadas ao mar incluindo o processamento e a comercialização de produtos do mar e propõe o aproveitamento das vantagens competitivas ligadas ao transporte de mercadorias por via aérea, o transporte de passageiros, o aproveitamento das vantagens de uma zona franca e o controle de tráfego aéreo. As Grandes Opções do Plano - GOPs (2002), apontam como desafio do governo "fazer com que os cabo-verdianos ascendam a um patamar de rendimento económico e de qualidade de vida que valorize a sua dignidade humana, seguindo uma política económica que garanta um desenvolvimento sustentado, compatível com a solidariedade social, regional e intergeracional, que seja consentâneo com a sustentabilidade ambiental e assente num padrão de crescimento, ancorado em crescentes ganhos de produtividade, enfim um desenvolvimento que minimize a pobreza e a exclusão social e seja portador de equidade e de justiça social".

Com base nesses princípios, foram estabelecidos os seguintes eixos de enquadramento das políticas públicas consubstanciados nas Grandes Opções do Plano (2002-2005) que são:

- promover a boa governação como factor de desenvolvimento, reformando o Estado, intensificando a democracia e reforçando a cidadania;
- promover a capacidade empreendedora, a competitividade e o crescimento; alargar a base produtiva;

- desenvolver o capital humano e orientar o sistema de ensino/formação para as áreas prioritárias do desenvolvimento;
- promover uma política global de desenvolvimento social, combatendo a pobreza e reforçando a coesão e solidariedade; e
- desenvolver infra-estruturas básicas e económicas e promover o ordenamento do território para um desenvolvimento equilibrado.

O Documento de Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza – DECRP (2004), visa-se assim, um desenvolvimento económico e social sustentado do país, ancorado na estabilidade macroeconómica, na liberdade de iniciativa e na inclusão social.

Com base nestes princípios, a estratégia a ser seguida pelo Governo incidirá sobre o desenvolvimento de um quadro propício ao desenvolvimento económico e ao investimento privado, à promoção da boa governação, à realização das infra-estruturas essenciais à produção de bens e serviços e ao desenvolvimento dos serviços sociais de base, induzindo assim, um crescimento forte e sustentado.

É de realçar que 2007 é considerado o ano charneira no percurso de desenvolvimento das ilhas visto que é o último ano de Cabo Verde como membro do grupo dos Países Menos Avançados (PMA), para passar a fazer parte, em 2008, o grupo dos Países de Rendimento Médio.

1.4. Desafios de desenvolvimento de Cabo Verde

Cabo Verde é um dos países que aceitou o desafio lançado pela Organização das Nações Unidas (ONU) para implementar um conjunto de acções estratégicas para que, até o ano de 2015, os Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento (OMD) sejam realizados.

O Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 2002-2005, elaborado na base nas Grandes Opções, identifica como grandes desafios que se colocam ao país num horizonte de médio prazo, os seguintes:

- a manutenção dos equilíbrios macro - económicos fundamentais;
- o aprofundamento e consolidação das reformas estruturais;
- o alargamento e o aprofundamento da base produtiva, nomeadamente pela via da criação de vantagens competitivas da economia;
- o crescimento económico e a redução da taxa de desemprego.

O DECRP, em articulação com o PND, reforça a dimensão do combate da pobreza como parte integrante do processo de crescimento e clarifica o papel do Estado e do sector privado. O protagonismo conferido ao sector privado, como dinamizador do crescimento, pressupõe na verdade uma governação que permita a criação de um clima favorável ao desenvolvimento e à utilização racional, eficaz e transparente dos bens públicos, ao mesmo tempo que cria condições mobilizadoras do investimento privado. O aumento da competitividade da economia requer a melhoria da envolvente sócio económica onde operam as empresas, incluindo a estabilidade macro-económica, a eficiência da Administração Pública, o estímulo ao investimento externo, a oferta de infra - estruturas de qualidade, geradoras de externalidades positivas para a iniciativa privada.

O Programa do Governo, aponta explicitamente para “um novo equilíbrio social baseado no resgate do princípio da solidariedade” exigindo igualmente a redução das desigualdades sociais, o aumento da coesão social, a redução da pobreza, a protecção da terceira idade, o desenvolvimento da solidariedade inter - geracional e o reforço da coesão familiar como forma privilegiada de garantir o desenvolvimento social equilibrado e, de proteger, nomeadamente, as crianças e os jovens.

A dimensão do desenvolvimento regional é tida em conta mediante o reforço de políticas e medidas activas de integração nacional e regional, condição de um desenvolvimento económico e social, equilibrado e solidário.

Cabo Verde está fortemente empenhado na realização dos Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento (OMD), iniciativa adoptada pelas Nações Unidas em Setembro de 2000. Alguns objectivos já foram alcançados, enquanto que outros resultarão, naturalmente, da implementação da estratégia de redução da pobreza.

O objectivo de garantir a educação primária para todos está realizado, devendo, no entanto, prosseguir-se os esforços em vista à melhoria da qualidade do sistema educativo e ao encorajamento dos alunos a terminarem o ciclo secundário ou o ensino profissional. A redução da mortalidade infantil regista uma tendência positiva, sendo de esperar que, o objectivo da sua redução em dois terços, seja ultrapassado.

A melhoria da saúde materna está a ser conseguida, convindo, no entanto, um melhor conhecimento das causas das mortes maternas que se registam. As medidas de combate contra o VIH/SIDA prosseguem, com resultados positivos, mas sem que se tenha conseguido conter a sua propagação. Das importantes medidas que vêm sendo adoptadas em vista a assegurar um ambiente sustentável, espera – se alcançar resultados substanciais e, no concernente ao acesso à água potável, cerca de 82% da população já é servida.

O desafio maior de Cabo Verde, será a redução da pobreza. Segundo o Instituto Nacional de Estatística, a tendência de redução da pobreza absoluta, mostra que caso o PIB continue a crescer aos níveis da década passada, a incidência da pobreza absoluta tende a reduzir-se para metade do valor verificado em 1988/1989, tal como estipulado nos Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento.

A situação é, porém, diferente no que se refere à evolução da pobreza relativa. Na verdade, a tendência actual da pobreza afasta Cabo Verde do objectivo de redução para metade da pobreza relativa em 2001. A redução da pobreza do nível actual para metade em 2010 pressupõe uma redução média anual da taxa de pobreza de 9%.

O relatório de situação, elaborado pelo governo, sobre os objectivos do milénio admite que “o desafio é enorme e a probabilidade de sucesso relativamente limitada, atendendo às condições prevaletentes e se não forem desenvolvidas políticas articuladas e integradas que façam inverter, rapidamente, a tendência geral”.

O mesmo relatório, considera que, no que concernente à pobreza extrema, as perspectivas são mais pessimistas, apontando para uma taxa de 30% em 2015, se a tendência actual se mantiver. Com efeito, situando-se a pobreza extrema actualmente em cerca de 20%, a redução para 8% em 2010 e 7% em 2015, implica uma taxa média de redução anual 11%.

As perspectivas de redução, até 2015, dos níveis de pobreza e extrema pobreza para 15% e 7%, respectivamente, estarão comprometidas, se não for possível alterar as tendências do passado recente.

A estratégia de redução da pobreza, na base dos progressos registados pelo país na realização dos Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento (OMD), contribui com medidas que permitirão acelerar a sua consecução no horizonte 2015.

O ritmo necessário para atingir cada um dos OMD dependerá da margem a superar e das lições tiradas do dinamismo dos diferentes indicadores de acompanhamento dos progressos realizados.

De acordo com o Relatório do Milénio para o Desenvolvimento, são desafios de desenvolvimento de Cabo Verde os seguintes:

- **Reduzir a pobreza absoluta e a fome**

O agravamento da pobreza relativa em Cabo Verde que se verificou na década 1990, apesar do contexto de forte crescimento real do PIB, implica uma política determinada e orientada para reverter a tendência e permitir ao país reduzir para metade a percentagem da população pobre e muito pobre até ao horizonte 2015 ou, pelo menos, em prazos razoáveis. A fome não é um problema preocupante em Cabo Verde, ainda que o país continue marcado pelo espectro da insegurança alimentar.

Em Cabo Verde, segundo os dados do IDRF (2002), 37% da população do país era pobre em 2002 e 20% muito pobre. Esses dados mostram que a pobreza tanto a relativa como a extrema aumentou de forma significativa entre 1989 e 2002.

Quando se analisa a dimensão da pobreza a nível dos agregados familiares, constata-se que em 2002 cerca de 28% vivem em situação de pobreza e 14% em situação de pobreza extrema.

De acordo com o Relatório sobre o Desenvolvimento Humano de Cabo Verde (2004:15),

A pobreza em Cabo Verde não parece ser um problema essencialmente de acesso aos equipamentos e aos serviços colectivos ou de precariedade extrema de condições de vida, mas sobretudo um problema de oportunidade de acesso à actividade económica e ao rendimento (...). Contudo, o acesso aos equipamentos sociais e serviços de uma parte dos lares não pobres é sempre maior e a diferença é bastante significativa, sobretudo em relação aos muitos pobres.

Os desafios colocados pelos OMD é o de reduzir a população vivendo em pobreza extrema para a metade, o que significa que em Cabo Verde ela deva ser reduzida para cerca de 47.000 habitantes.

Na perspectiva de se atingir as metas fixadas para se alcançar o OMD, impõe-se o desenvolvimento de um conjunto de estratégias e implementadas em parceria tanto no domínio da redução da pobreza como da diminuição da insegurança alimentar.

- **Assegurar a educação primária universal**

De acordo com o Relatório Municipal dos Progressos Realizados para Atingir os OMD (2006), no domínio da educação, avanços significativos foram já desenvolvidos tanto a nível do ensino básico como do secundário. Já nos anos noventa, o país tinha já atingido uma forte taxa de escolarização a nível do ensino primário, com uma taxa líquida de escolarização superior a 95%, o que significa que já se havia conseguido o acesso universal ao ensino obrigatório que, depois, veio a ser aumentado para seis anos com idêntica taxa de escolarização.

Os desafios a nível da educação estão na consolidação das elevadas taxas de escolarização, a diminuição das taxas de retenção e a melhoria dos recursos educativos, a sua redistribuição a nível nacional e a qualificação do pessoal docente é uma necessidade permanente e imperiosa, de forma a responder às necessidades das escolas dos municípios periféricos.

Um outro grande desafio, segundo o mesmo relatório, é o de qualidade. Pois, com a universalização do acesso e permanência e, sobretudo, a perspectiva do alargamento do ensino obrigatório para oito anos, deve-se garantir a qualidade de ensino oferecido, condição

indispensável para a formação de recursos humanos e de cidadãos que respondam os desafios do desenvolvimento do país.

- **Promover a igualdade dos sexos e a autonomia das mulheres**

A legislação nacional, desde a Constituição da República passando pela legislação ordinária não apenas salvaguardando a igualdade de todos os cidadãos independentemente do sexo como também prevê um conjunto de mecanismos e instrumentos que coíbem a discriminação, a violência e a desigualdade com base no género.

A igualdade entre os géneros, está assegurada em matéria de educação primária. Todavia, as mulheres continuam a registar progressos na sua autonomia, ainda que permanecem mais expostas que os homens ao analfabetismo e ao desemprego. De um modo geral, são elevados os progressos realizados em matéria de igualdade dos sexos e de autonomia das mulheres. A condição feminina está institucionalizada, com uma presença das mulheres nas instituições do Estado (Parlamento, Governo), em constante aumento.

De acordo com o Relatório Municipal dos Progressos Realizados para Atingir os OMD, os maiores desafios a vencer no domínio da promoção da igualdade de género encontram na remoção dos obstáculos sócio-culturais e que, por arrastamento, têm implicações em outras dimensões da vida económica, política e social da mulher. Sendo assim, a aposta fundamental deverá alicerçar-se na educação das novas gerações assente num novo paradigma e relações de género.

- **Reduzir a mortalidade infantil**

O perfil epidemiológico de Cabo Verde encontra-se em processo de transição com as doenças não transmissíveis a conhecerem um crescimento continuado, com tendência inversa para as infecto-contagiosas.

Quanto à mortalidade infantil, a situação de Cabo Verde tem melhorado de forma continuada e sustentada nas últimas décadas. Pois, é de destacar que, em relação aos últimos anos, verifica-se que a mesma se situa em 21 e 20,2 por mil nados vivos, em 2004 e 2005, respectivamente.

A tendência é positiva, seja no que se refere à mortalidade das crianças de menos de 5 anos, seja na redução da mortalidade infantil. A vulnerabilidade do país exige, no entanto, uma vigilância permanente, devendo-se, entre outras medidas, continuar a rotina vicinal e melhorar as condições de parto nos hospitais. O objectivo de reduzir, de dois terços, a mortalidade infantil até 2015, pode ser atingido, à condição de serem reforçadas as políticas passadas que propiciaram os resultados actuais.

Os maiores desafios têm a ver com a sustentabilidade das acções no domínio da mortalidade infantil passa por uma educação para a saúde que privilegia acções de natureza preventiva, fazendo diminuir os factores de risco, nomeadamente comportamentais. Igualmente, a melhoria das condições de vida das populações, o que passa pela diminuição progressiva de populações a viverem na pobreza constitui um elemento de extrema importância nesta matéria.

- **Melhorar a saúde materna**

A taxa de mortalidade materna tem oscilado nos últimos anos entre os 20/100.000 em 2003, 36,9/100.000 em 2004 e 14,5/100.000 em 2005, o que não permite dizer que se trata de uma tendência de Crescimento ou redução.

É destacar que, a mortalidade materna em Cabo Verde, situa-se a um nível baixo, comparativamente, com o resto da África subsahariana.

Deve-se ter presente que, a melhoria da saúde materna, faz parte dos objectivos em que os progressos são sensíveis, pelo que, a realização durável deste objectivo, implicará esforços no acompanhamento da saúde materna em todas as fases, no que se incluem visitas médicas no quadro da saúde reprodutiva, consultas sobre o VIH-SIDA e um melhor conhecimento das causas das mortes maternas.

- **Combater o VIH/SIDA, o paludismo e outras doenças**

O primeiro Caso de Sida diagnosticado foi em 1986 e o total cumulativo de casos do VIH/SIDA até 31 de Dezembro de 2005 é 1712 e o total cumulativo de casos de SIDA é de

922, sendo 833 para o sexo masculino e 829 para o sexo feminino, tendo já provocado 493 óbitos. Verifica-se a presença de ambos os vírus-HIV1 e HIV2. A proporção dos casos de transmissão vertical é de 10% e a taxa de prevalência estimada nos usuários de drogas é de 6,1% e a principal forma de transmissão é a sexual que representa 80% dos casos registados

Atendendo a que a luta contra o VIH-SIDA, ainda não permitiu parar a propagação desta epidemia em Cabo Verde, uma vigilância acrescida e mudanças de comportamento, são determinantes neste sentido, tendo em conta a sua fraca prevalência actual. Quanto à tuberculose, a taxa da sua incidência baixou consideravelmente entre 1989 e 2002, com a taxa de mortalidade ligada à esta doença a seguir a mesma tendência positiva do mesmo período. Ademais, bons resultados têm sido também conseguidos no tratamento desta doença. O paludismo está controlado, excepto nos anos de forte pluviosidade.

A prevalência contraceptiva, ou seja a proporção de mulheres em idade fértil que usa actualmente um método anticoncepcional passou de 16% em 1988, a 37% em 1998 e a 44% em 2005.

A prevalência do HIV em Cabo Verde é de 0,8%, sendo 1,1% para os homens e 0,4% para as mulheres.

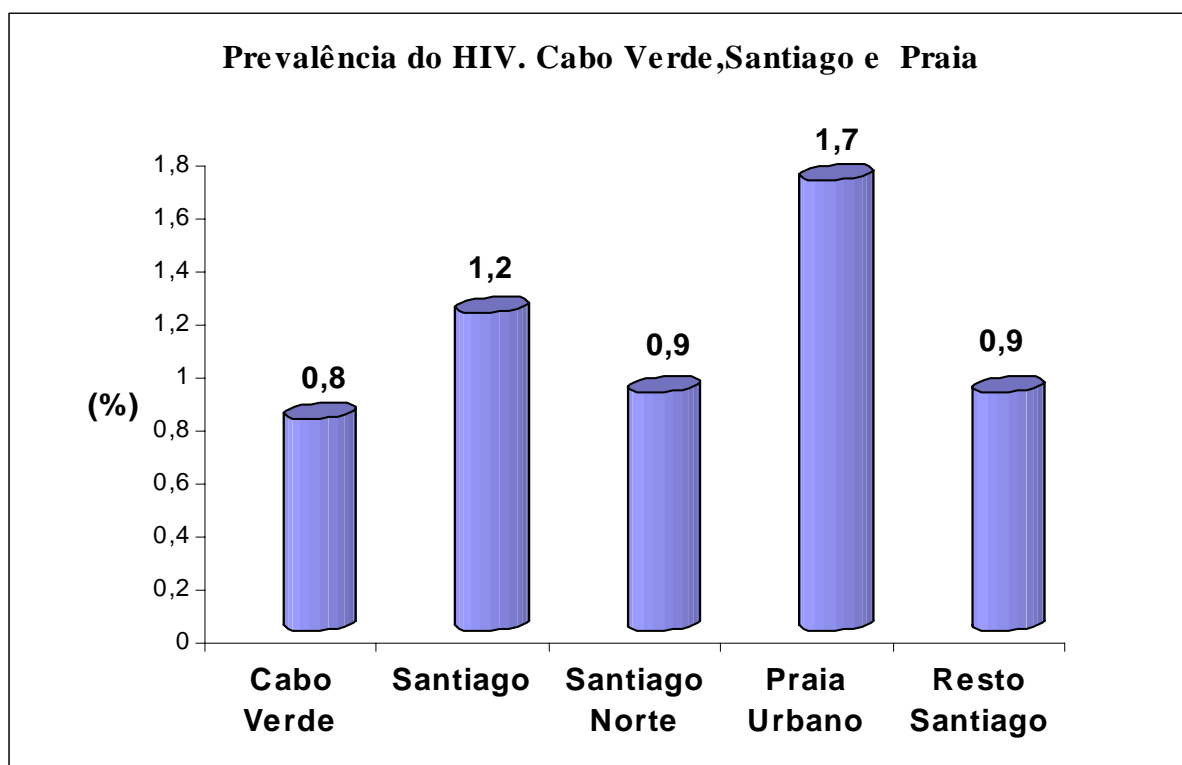
O gráfico nº2 ilustra a situação referente a do HIV em Cabo Verde e na Ilha de Santiago e Praia.

No, Concelho de Santa Cruz e, em particular, na comunidade piscatória de Cutelinho devido ao uso exagerado de bebidas alcoólicas e de outras drogas, há maiores riscos, nomeadamente a prática de relações sexuais sem protecção, o que pode conduzir a infecções como hepatites ou VIH e outras infecções sexualmente transmissíveis.

A prevalência do HIV é mais elevada na Praia Urbano, Concelho da Praia, onde cerca de 1,7% da população estudada tem sida, sendo 1,2% na ilha de Santiago e 0,9% na região sanitária Santiago Norte.

O nível de prevalência do HIV, em Cabo Verde é superior ao do Senegal que é de 0,7% mas inferior ao do Mali que é de 1,8%.

Gráfico nº 2- Prevalência do HIV em Cabo Verde e na Ilha de Santiago e Praia



Fonte: INE (2006)

No que diz respeito a situação da anemia, é de dizer que cerca de 52 de cada 100 crianças de idade compreendida entre os 6 e os 59 meses tem anemia e curioso, a anemia parece afectar mais a meninas do que os rapazes. Cerca de 55% das meninas tem anemia, cerca de cinco pontos percentuais acima dos rapazes.

É de frisar que cerca de 62% das crianças dessas idades, filhas de adolescentes dos 15-19 anos tem anemia, sendo que 6 de cada 100 tem anemia severa.

De acordo com o 2º IDSR, a prevalência da anemia é particularmente elevada na região sanitária Santiago Norte, onde duas em cada três crianças, dos 6 aos 59 meses, têm anemia.

Em relação às outras doenças, a política nacional de saúde realça que as preveníveis pela vacinação deixaram de constituir um problema de saúde pública.

Os grandes desafios a vencer, são os obstáculos de natureza sócio-cultural e comportamental, a pobreza, as desigualdades de género, alguma diferenciação em relação ao acesso à educação e a oportunidades de formação.

- **Assegurar um ambiente durável**

O crescimento demográfico da população, bem como a pressão que o mesmo exerce sobre a biodiversidade, a água, o saneamento e o habitat, revela a necessidade de trabalhar para um ambiente sustentável. Pois, progressos consideráveis vêm sendo conseguidos na protecção da biodiversidade. Quanto ao acesso à água potável, dela beneficiavam 82% da população em 2002, pelo que é realizável o objectivo de elevar esta taxa a 100% em 2015, na condição de se corrigirem as disparidades regionais.

- **Criar uma parceria mundial para o desenvolvimento**

Segundo o Relatório dos Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento (2004:43), as transformações políticas e económicas em Cabo Verde beneficiaram de apoios de parceiros do desenvolvimento bilaterais e multilaterais.

Os vários programas e projectos realizados integrando os princípios do desenvolvimento humano sustentável incorporam os objectivos de desenvolvimento enunciados em 2000 na Declaração do Milénio.

O estabelecimento de uma parceria para o desenvolvimento, estão assentes sobre as estratégias de transformação de Cabo Verde na senda do desenvolvimento durável, harmonioso, com um equilíbrio ambiental, orientado para a melhoria contínua das condições de vida dos cabo-verdianos, através de grandes investimentos na formação e qualificação profissional dos recursos nacionais.

1.5. Objectivos gerais e sectoriais de desenvolvimento de Cabo Verde

O conceito de estratégia de crescimento e de redução da pobreza (ECRP), é abrangente e cobre tanto as políticas de carácter macro-económico (orçamental, monetária e cambial), de gestão pública e boa governação, como as políticas sectoriais e micro - económicas, visando os grupos alvos da população mais pobre. Assim, a ECRP agrega, de uma forma integrada, quer o conjunto dos programas sectoriais, quer o programa macro - económico que lhe serve de base.

Note-se que as políticas de redução da pobreza têm por objectivo prioritário a redução da pobreza absoluta, isto é, assegurar aos pobres a satisfação das suas necessidades essenciais.

Neste contexto, a estratégia de redução da pobreza assumida por Cabo Verde integra também a noção de equidade, na medida em que, melhorando a situação dos pobres, engendra uma distribuição de recursos mais igualitária. Tal estratégia, tem um efeito positivo sobre o crescimento económico e, conseqüentemente, sobre a incidência e a natureza da pobreza.

A arquitectura da ECRP está centrada num conjunto de políticas focais e num conjunto de eixos estratégicos, onde se evidenciam as políticas que assumem um carácter prioritário na promoção do crescimento económico e na redução da pobreza.

Essas políticas enquadram os cinco eixos de intervenção estratégica e programática que constituem, por sua vez, as modalidades concretas de intervenção pública e que encontram expressão nas políticas sectoriais focalizadas no combate à pobreza.

A definição dos objectivos de política associados a cada um dos eixos da estratégia de redução da pobreza decorreu do perfil da pobreza elaborado pelo INE, em particular dos factores que explicam a sua evolução na última década. Teve-se em conta um completo diagnóstico sócio-económico realizado especificamente para apoiar o desenho da ECRP.

Os objectivos da ECRP, estão sistematizados em torno de cinco grandes eixos estratégicos:

Eixo 1: promover a boa governação, reforçando a sua eficácia e garantindo a sua equidade;

Eixo 2: promover a competitividade para favorecer o crescimento económico e a criação de empregos;

Eixo 3: desenvolver e valorizar o capital humano;

Eixo 4: melhorar e desenvolver as infra-estruturas básicas, promover o ordenamento do território e salvaguardar o ambiente; e

Eixo 5: melhorar o sistema de protecção social, reforçar a sua eficácia e garantir a sua sustentabilidade.

Estes eixos estratégicos coincidem, em geral, com os do PND, sendo formulados de um modo mais focalizado nas políticas de crescimento e de combate à pobreza. Ou seja, não se substituem ao PND, que permanece como o quadro de referência geral para as políticas públicas, antes evidenciam uma recentragem nos vectores de política com maior impacto sobre a pobreza. A ECRP assenta numa visão multisectorial das intervenções públicas e das iniciativas em parceria com a sociedade civil e com o sector privado.

A actual estrutura de planeamento em Cabo Verde é, porém, uma estrutura sectorizada, apesar da existência de alguns programas de cariz multisectorial.

CAPÍTULO II: DESENVOLVIMENTO LOCAL EM CABO VERDE

2.0. Breves considerações

Do ponto de vista administrativo, o território cabo-verdiano está actualmente dividido em 22 concelhos onde funcionam as Câmaras Municipais cujos membros são eleitos por um período de quatro anos.

De acordo com a Revista Santa Cruz (1995), Apesar de a Independência Nacional ter conferido a Cabo Verde um estatuto novo, o de Estado Independente e Soberano, os municípios pouco ou nada ganharam com isso, em termos de autonomia. Pelo contrário, como o próprio figurino de Delegado do Governo indica, o Poder Local, encontrava-se dissolvido no Poder Central.

No entanto, já nos finais da década de 80, o Governo Central fez publicar a Lei de Bases das Autarquias Locais que consagravam, à luz de novos valores políticos e filosóficos do Estado de Cabo Verde, já independente, os princípios de descentralização, autonomia e responsabilização das populações pela gestão dos assuntos que mais directamente lhes afectam, da transparência e da democracia participativa.

Segundo o Ministério da Descentralização, Habitação e Ordenamento do Território – MDHOT (2007), o Poder Local em Cabo Verde está mais reforçado e está-se a fazer a reprodução do Orçamento participativo, um projecto que conta com um ambiente político confluyente com os seus objectivos.

Para MDHOT, a favor da reprodução do Orçamento participativo, operam a instauração da democracia política nos anos 90 e a vantagem de se ter dado sequência ao histórico reconhecimento das autarquias como instituições públicas fundamentais ao desenvolvimento local, assumindo diversas e novas funções no quadro do processo de descentralização em curso.

Considerando efectiva a possibilidade legal de participação da população na gestão municipal – prevista nos estatutos municipais e também na Lei-Quadro sobre a descentralização –, vantagens iniciais e fundamentais, encontram-se alicerçadas: vontade política e possibilidade legal.

Para assistiu-se a um longo período em que o desenvolvimento se baseava em elementos como:

- uma tendência economicista excessiva mito de crescimento económico baseado na sobreavaliação das actividades e dos objectivos económicos;
- uma tendência a quantificação excessiva, fundamentalmente os aspectos quantitativos de partida;
- o industrialismo, defendendo a indústria e o crescimento industrial como os motores do desenvolvimento;
- a convicção total nos méritos do progresso tecnológico como alavanca sem igual do desenvolvimento;
- as tendências para massificar e homogeneizar, com a consequente tradução para a designação generalizada da cópia dos padrões e modelos de países, grupos ou classes desenvolvidos (considerados como superiores) que funcionam como marcos de referência;
- a sobreavaliação da cidade como espaço produtivo que leva a congestionamento e ao reforço de subprodutos urbanos; e
- aprofundamento no desenvolvimento individual em detrimento do colectivo.

2.1. Nova concepção de desenvolvimento local

A origem do desenvolvimento local situa-se no contexto da crise económica dos anos oitenta, quando se assume a incapacidade do modelo Keynesiano para dar respostas económicas adequadas para resolver a crise.

Segundo a Agenda 21(2006:335), “ el desarrollo local encuentra todo su sentido en el ámbito comunitário”.

O desenvolvimento local é um processo de diversificação e enriquecimento das actividades económicas e sociais de um determinado território a partir da mobilização e a coordenação dos seus recursos que são produtos dos esforços da sua população, e que pressupõe a existência de um projecto de desenvolvimento integrado nos seus componentes económicos, sociais, culturais e ambientais, transformando um espaço de proximidade física num espaço de solidariedade activa.

Deve-se ter presente que não há territórios condenados ao subdesenvolvimento. Pois, o que existem são territórios sem projectos, uma vez que o desenvolvimento local é resultado de acções voluntárias e não de acções assistenciais.

A nova concepção do desenvolvimento local é diferente da visão tradicional de progresso. Os princípios fundamentais nos quais se baseia o desenvolvimento local são:

- a necessária participação de todos os agentes sociais e económicos de um território no processo de desenvolvimento;
- a existência de uma capacidade de resposta para as ameaças e para os estímulos do exterior, ou seja, para o desenvolvimento;
- a solidariedade entre as diferentes dimensões – singular, colectivo e ambiental – e as capacidades de inovação, adaptação e regulação; e
- a diferenciação para defender uma identidade activa respeitando as outras entidades, sem que a defesa de uma identidade para o território suponha a anulação ou o afogamento dos restantes elementos que identificam este território.

É de realçar que as acções de desenvolvimento local procuram algumas linhas de desempenho orientadas para:

- a substituição dos modelos baseados no Estado protector que utiliza as ajudas económicas e sociais do exterior para o território;

- os incentivos para a promoção de circuitos de pequena dimensão em assuntos económicos, políticos, ecológicos e sociais, procurando assim, melhorar a flexibilidade do sistema económico e social da região, particularmente na sua capacidade inovadora e adaptativa para fazer face ao exterior; e
- fortalecer a tomada de decisões desde a base com um aumento no peso dos decisores a nível regional e local no processo de desenvolvimento.

O princípio fundamental é que o desenvolvimento local se apoia em potencialidades locais que podem vir a ser revalorizadas. Assim, são otimizados os recursos locais que qualquer sociedade possui, mobilizando-os a nível local, embora seja sempre necessário ter presente conexões com contextos mais amplos.

Para otimizar o desenvolvimento local, deve-se considerar alguns aspectos fundamentais:

- a subutilização do espaço, tanto em extensão como em diversidade;
- ter em conta a parte qualitativa dos recursos humanos que inclui o conhecimento dos habitantes, além da parte quantitativa;
- tirar proveito das redes de relações sociais existentes, criando outras novas; e
- potenciar o património cultural, histórico, artístico e eco-sistémico.

2.2. Políticas de desenvolvimento local em Cabo Verde

Segundo as Grandes Opções do Plano - GOPs (2002), as mudanças tecnológicas, económicas, sociais, culturais e ideológicas supuseram um impulso novo para o desenvolvimento económico caracterizado pelo papel crescente que as entidades locais desempenham. Pressupõe-se, principalmente, a incursão com força nas políticas macroeconómicas no espaço físico mais próximo para o cidadão, o seu território/município.

A administração local é o pilar fundamental e o actor principal das políticas de desenvolvimento local.

Este novo enfoque baseado, principalmente, no aproveitamento dos recursos endógenos (humanos, naturais e de infra-estruturas), sempre entendidos como ponto de partida e nunca de chegada para um novo tipo de desenvolvimento centrado “na coisa local” e que hoje já é conhecido com o nome de “Modelo de Desenvolvimento Local”.

De acordo com a Colectânea de Legislação Municipal Cabo-verdiana (2003:8), a descentralização e o reforço do poder local são temas de actualidade e, não se pode falar de desenvolvimento durável ou sustentável sem se falar da necessidade que os estados modernos têm em descentralizar e/ou partilhar as responsabilidades com as estruturas e os órgãos locais democraticamente eleitos pelas populações de forma a criar, por um lado, um ambiente propício à participação das populações no processo de desenvolvimento do seu território e, por outro, um melhor exercício da governação.

De acordo com as GOPs, esta posição nova de crescimento e desenvolvimento económico, baseado na micro-economia, contempla três tipos de políticas económicas inter-relacionadas e conectadas entre elas:

- **políticas económicas sectoriais**

Em primeiro lugar, as políticas sectoriais cujos objectivos devem ser, entre outros, a melhoria de eficiência de produtividade nos três sectores produtivos. As melhorias permanentes na formação e qualificação da força de trabalho, junto com as inovações tecnológicas, o seu controle e difusão constituem os pilares básicos do desenvolvimento local.

Neste aspecto, é decisiva a participação de todos os agentes sociais que agem no território - empresários, organizações administrativas, trabalhadores, associações e agrupamentos, sindicatos, administrações públicas, entidades financeiras, entre outros.

Sem uma boa articulação entre esses agentes, dificilmente se pode alcançar os resultados pretendidos.

- **Políticas territoriais**

A dimensão territorial está a ganhar uma grande importância pelo que não é possível entender o desenvolvimento local, sem se ter em consideração o papel que joga a dimensão local (o território).

As políticas territoriais permitem decifrar tanto o enquadramento do desempenho espacial dos três sectores produtivos, como a liderança do mercado de trabalho, com destaque para o desenvolvimento local que ainda incluirá políticas que facilitam a utilização e a forma de administrar e negociar os recursos endógenos, nomeadamente, a mão-de-obra qualificada, as infra-estruturas, os recursos naturais).

Portanto, são as políticas territoriais que permitirão criar um ambiente económico local favorável.

- **políticas meio-ambientais**

São as políticas meio-ambientais que fixam o marco de actuação das anteriores (sectoriais e territoriais), defesa e melhoria dos recursos naturais (água, ar e terra).

As políticas meio-ambientais estão adquirindo um impulso, cada vez mais ascendente, muito vinculadas às novas demandas sociais dos cidadãos, orientadas para um crescimento e desenvolvimento económico local como via e numa única direcção, mas que leva duas palavras implícitas, com muito conteúdo qualitativo: qualidade e respeito ecológico.

A manutenção do meio ambiente constitui um factor estratégico para o desenvolvimento local, não só porque supõe uma melhoria importante da qualidade da vida da população, mas também e, principalmente, porque a qualidade do ambiente se tornou uma vantagem competitiva para a localização e situação das empresas.

As políticas económicas dirigidas a deter a deterioração do meio ambiente e proteger a qualidade dos recursos naturais estão adquirindo, progressivamente, um valor estratégico no desenvolvimento local.

2.3. Considerações finais

A descentralização e o desenvolvimento local são processos de natureza política recente na maior parte dos países e estão presentes na realidade social e no debate político de várias sociedades, constituindo assim, actualmente, eixos estratégicos para o reforço da democracia e a promoção do bem-estar social e económico das comunidades locais.

Em Cabo Verde, a descentralização vem sendo uma construção colectiva, funcionando como o principal promotor e dinamizador do desenvolvimento local, pelo que constitui um factor determinante de desenvolvimento do país.

Na década dos anos 90 começou-se a desenhar os contornos jurídico-institucionais de um verdadeiro poder local em Cabo Verde com a publicação de um conjunto de diplomas que constituíram os alicerces sobre os quais se iria edificar o poder local autónomo e democrático no país.

A Lei que define as Bases das autarquias Locais, a Lei Eleitoral Municipal, a Lei que define as Regras Orientadoras da Organização e Funcionamento dos Municípios, a Lei que cria os Gabinetes de Apoio Técnico Inter-Municipais, constituíram avanços decisivos no caminho rumo à implementação da democracia local.

Desde então, várias outras legislações de carácter municipal ou nacional, com impacto significativo nos Municípios, foram criados para a consolidação do poder local cabo-verdiano em áreas como as atribuições e competências dos municípios, as finanças locais, o ordenamento do território e o planeamento urbanístico, a habitação, o desenvolvimento turístico, entre outros.

CAÍTULO III: HISTÓRIA DO CONCELHO DE SANTA CRUZ E O SEU DESENVOLVIMENTO

3.1. Enquadramento geral e divisão administrativo

Localizado na parte leste da ilha de Santiago, o Município de Santa Cruz é um dos oito Concelhos da Ilha, cobrindo uma superfície total de 109,8 Km², dos 991 km² que constituem a sua superfície total. Faz fronteira a Norte com o Concelho de S. Miguel, a Oeste com o de São Lourenço dos Órgãos, a Sul com o de São Domingos e a Este com o mar.

O concelho é constituído por uma única freguesia, a de São Tiago Maior, sendo esta dividida em três zonas administrativas – Zona Norte, Zona Centro e Zona Sul – com sedes em Cancelo, Vila de Pedra Badejo e Achada Fazenda, respectivamente (Mapa nº1, Anexo nº2).

3.2. História do Concelho de Santa Cruz

O Concelho de Santa Cruz, com sede na Vila de Pedra Badejo, foi criado em 1971 pela desanexação de duas freguesias do concelho da Praia, pelo Decreto-Lei nº 108/71, de 29 de Março, com o objectivo de responder às exigências de ordem comercial e produtiva a nível da agricultura e pesca, permitindo, assim, um rápido escoamento de produtos. A autarquia local começou a dar os seus primeiros passos ainda muito antes da independência do país.

De acordo com o decreto que lhe conferiu a existência, a criação do concelho ficou a dever-se à “necessidade de possibilitar às populações contactos rápidos com a sede do Concelho, quer como sede das freguesias onde os problemas deviam ser resolvidos”.

As autoridades coloniais da época tiveram que rever a divisão administrativa de algumas freguesias, nomeadamente as de S. Salvador do Mundo e de S. Miguel Arcanjo, anteriormente pertencentes aos Concelhos de Santa Catarina e do Tarrafal, respectivamente, que perderam importantes zonas a favor da freguesia de S. Tiago Maior.

A freguesia de S. Salvador do Mundo, depois de ceder parte do seu território ao Concelho de Santa Cruz, passou a pertencer ao de Santa Catarina até 2005, altura em que passou a ser um Município, enquanto que S. Lourenço dos Órgãos e S. Tiago Maior, tradicionalmente integrados no Concelho da Praia, passaram a fazer parte do de Santa Cruz. Em 2005, a

freguesia de S. Lourenço dos Órgãos foi elevada a categoria de Concelho e o de Santa Cruz passou assim a ser constituído apenas pela freguesia de Santiago Maior.

O município foi baptizado com o nome “ Santa Cruz”, designação por que é conhecida uma localidade da Freguesia de S. Tiago Maior, fugindo normalmente à tradição que consistia em adoptar o nome do povoado, vila ou cidade da freguesia onde está instalada a sede. É o caso do município de Santa Catarina, e dos municípios de S. Filipe, na Ilha do Fogo, do Tarrafal, na Ilha de Santiago, e do Porto Novo, na Ilha de Santo Antão, no primeiro caso.

Acredita-se que a adopção deste novo critério ficou a dever-se à influência do antigo proprietário da ex-Sociedade Comercial e Industrial Santa Filomena (Socofil), o Engenheiro Almeida Henriques.

Segundo algumas pessoas mais esclarecidas da época, Almeida Henriques só não implantou a sede nas suas terras, onde mais tarde o Estado deveria construir um importante porto de escoamento de bananas para Portugal, por não ter conseguido convencer as autoridades provinciais de então, o que era muito difícil, devido ao facto de a localidade de Santa Cruz não possuir infra-estruturas mínimas. A povoação de Pedra Badejo que foi elevada à categoria de vila, era a única que reunia condições para o efeito.

A Vila de Pedra Badejo, por sua vez, teria ganho o nome do pequeno promontório homónimo, onde antigamente se pescava o exótico e muito saboroso peixe conhecido por badejo. Por essa altura, como tudo indica, a sede da freguesia de S. Tiago Maior residia pelos lados da Ribeira Seca.

S. Tiago Maior é uma das mais antigas freguesias da ilha. Já na segunda metade do séc. XVI, ela figurava entre as sete freguesias da Ilha, nomeadamente S. João da Ribeira de Antónia, provavelmente hoje S. João Baptista, pertencente ao Concelho de Santiago de Ribeira Grande; Santa Catarina do Mato; S. Lourenço, na Ribeira dos Órgãos; S. Miguel, na Ribeira dos Flamengos; S. Tiago, na Ribeira Seca; São Nicolau Tolentino, na Ribeira de São Domingos e Nossa Senhora da Luz, na Ribeira dos Alcatrazes, hoje conhecida por Baía, pertencente ao Concelho de S. Domingos.

O Concelho, à semelhança do que acontece com o resto do país, não dispõe de recursos naturais que não sejam os recursos marinhos e os limitados solos aráveis nas planícies onde se

prática agricultura de regadio, o que devido a salinização das águas dos poços e dos furos dificulta a prática dessa actividade económica.

Santa Cruz festeja o seu dia de município, em 25 de Julho, data que coincide com os festejos do Santo Padroeiro da freguesia, S. Tiago Maior.

A grande maioria dos habitantes do concelho vive em áreas rurais, encontrando-se extensas plantações de bananeiras, papaieiras e coqueiros, demonstrando a fertilidade do solo quando a água é abundante.

As duras condições de vida têm levado grande parte da população de Santa Cruz a migrar principalmente para a cidade da Praia, bem como para as ilhas do Sal e da Boa Vista, em busca de trabalho e de melhores condições de vida. É um concelho gravemente afectado pelo desemprego e pelo analfabetismo, embora a situação tenha vindo a ser melhorada.

Cerca de 1/3 da população activa de Santa Cruz dedica-se à agricultura, à criação de animais e à silvicultura. O comércio, a construção civil e a administração pública têm uma importância secundária.

A precariedade da ocupação é uma realidade para cerca de 47% da população. O turismo está a dar os primeiros passos e tem um futuro promissor, grandemente facilitado pela proximidade da cidade da Praia.

3.3.Panorama do Concelho de Santa Cruz e da comunidade piscatória de Cutelinho

Em decorrência das suas características em termos ambientais e sócio-económicos, o Concelho, apesar dos avanços e das perspectivas futuras, apresenta determinados constrangimentos ao seu desenvolvimento.

3.3.1. Dinâmica demográfica

Em 2000, o Concelho de Santa Cruz contava com 25.415 habitantes para em 2006 passar a ter 28.339 habitantes e estima-se que, em 2010, terá 30.556, tendo assim um peso de 5,8% em relação à população total de Cabo Verde.

A taxa de crescimento médio anual da população em Cabo Verde e no concelho de Santa Cruz é de 2,4%, prevê-se que, a mesma, em 2010, será de 1,9%.

É de realçar que a comunidade piscatória de Cutelinho contava, em 2000, com 1.042 habitantes e, estima-se que, em 2007, tem 1.217.

3.3.2. Situação socio-económica

Segundo o Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (2006), há desenvolvimento social, lá onde existir mais justiça social, mais democracia e mais bem-estar individual, o que pode ser resumido na seguinte fórmula:

$$Y = S + A + C + T + E + R + D$$

Em que:

- S – Saúde
- A – Alimentação
- C – Alojamento
- T – Tranquilidade
- E – Acesso ao saber
- R – Acesso ao rendimento
- D – Democracia

Os dados do INE (2006), mostram que a taxa de mortalidade geral no Concelho de Santa Cruz era de 3,4 por mil habitantes inferior a média nacional que era de 5,1 por mil.

Em 2005, a taxa média anual de mortalidade infantil, em Cabo Verde, era de 20,2 por mil nados vivos, enquanto que, no Concelho de Santa Cruz, a mesma era de 7,5 por mil nados vivos.

Com base nesses dados e na esperança média de vida, pode-se afirmar que as pessoas do Concelho de Santa Cruz tem uma vida longa e boa saúde. Pois, a esperança média de vida tem vindo a aumentar, desde 1970 e, em 2007, a mesma é de cerca de 72,3 anos, sendo maior nos indivíduos do sexo feminino, 76,5 anos, do que nos de sexo masculino, 68, 6 anos.

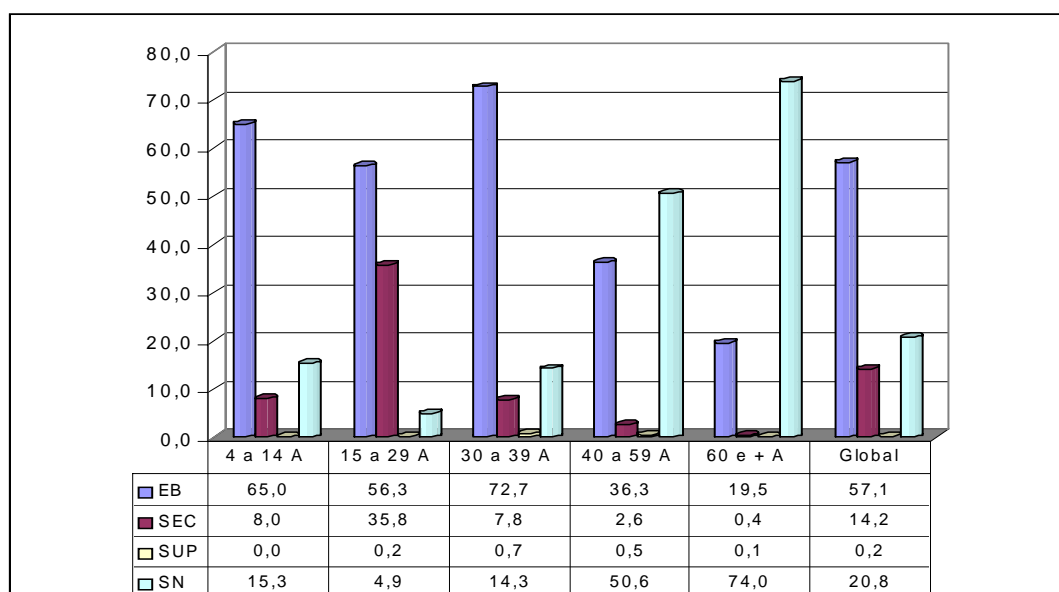
De acordo com os dados do INE (2002), relativos a situação nutricional, em Cabo Verde, 67% das pessoas dos 18 aos 60 anos de idade, estão livres da ameaça de fome e 2% têm défice crónica de energia, enquanto que no interior da Ilha de Santiago de que o Concelho de Santa Cruz faz parte, 77% das pessoas nessa faixa etária estão livre de fome e apenas 1% tem défice crónica de energia.

Em Cabo Verde, o défice habitacional básico em 2000, era superior ao do Concelho de Santa Cruz, sendo de 48 e 35,5%, respectivamente, contrariamente ao que se verifica na comunidade piscatória de Cutelinho (Mapa nº1, Anexo nº1).

Segundo o censo (2000), as oportunidades de acesso ao saber no ensino básico, no Concelho de Santa Cruz, de uma forma geral e, na comunidade piscatória de Cutelinho, em particular, é superior a todos os outros níveis em todas as faixas etárias e, à medida que se aumenta o nível de escolaridade ou de formação, as mesmas são menores. A taxa de analfabetismo era de 32,9%.

O gráfico nº 3 apresenta as oportunidades de acesso ao saber no Concelho de Santa Cruz em dois mil

Gráfico nº 3-Oportunidades de acesso ao saber no Concelho de Santa Cruz em 2000



Fonte: INE (Censo, 2000)

Em 2006, a taxa líquida de escolarização em Cabo Verde era de 98,0% e no Concelho de Santa Cruz era de 96,0%, sendo 96,1% para os indivíduos do sexo feminino e 96,3% para os do sexo masculino.

De acordo com o Censo (2000), na comunidade piscatória de Cutelinho, 34 crianças concluíram o pré-escolar, 216 pessoas tinham o ensino básico e apenas 3 pessoas possuíam o ensino secundário.

No que diz respeito a taxa de participação nas eleições legislativas, a situação é mais equilibrada, na medida em que em 2001, a mesma foi de 62,1%, tanto a nível nacional como no Concelho, com uma ligeira diminuição em 2004, em que as mesmas, em Cabo Verde e em Santa Cruz foram de 59 e 63,5%, respectivamente.

De igual modo, as taxas de participação nas eleições presidenciais, de 1996 a 2006, foram superiores à média nacional. Em 2006, a taxa de participação, nesse município foi de 62,15, enquanto que em Cabo Verde foi de 59%.

No Concelho, as actividades económicas predominantes são a agricultura, a pecuária e a pesca.

A agricultura de regadio é praticada com maior expressão nas principais bacias hidrográficas do Concelho – Ribeira Seca e dos Picos. No entanto, devido às últimas secas, a extracção de inertes nas praias do mar, a sobre-exploração de águas subterrâneas (poços e furos) e a prática do sistema de rega por alagamento, a actividade agrícola tem vindo a degradar-se pelo facto dos poços e ribeiras estarem a diminuir o seu caudal de água e, consequentemente, a gradual salinização dos solos.

A criação de gado constitui uma actividade complementar à agricultura e tem tido grande importância na economia do Concelho.

Na comunidade piscatória de Cutelinho, a pesca e a agricultura são praticadas em paralelo, contribuindo para o equilíbrio socio-económico.

As pessoas desta comunidade piscatória vivem, essencialmente, da pesca, o que devido ao tipo de embarcação e a baixa taxa de motorização, o rendimento é fraco.

Na Vila de Pedra Badejo, há um pequeno cais de pesca, um dos dois Centros Técnicos e Sociais dos Pescadores existentes no Concelho, que, apesar das dificuldades, está a prestar serviços aos pescadores, 36 botes de pequenas dimensões e 126 pescadores. A taxa de motorização dos botes é de 42%, superior à média do Concelho que é de 24%, mas mais baixa do que a média nacional, o que dificulta grandemente a pesca no alto mar onde há mais bancas de peixes (Mapa nº2, Anexo nº1).

Tabela nº 1- Frota pesqueira , n.º de pescadores afectos a pesca artesanal e taxa de motorização das embarcações de pesca no Concelho de Santa Cruz

<i>Nº de Portos/ Comunidades</i>	<i>Nº de Botes</i>	<i>Nº de Botes Com Motor</i>	<i>Nº de Botes Sem Motor</i>	<i>Taxa de Motorização</i>	<i>Nº de Pescadores</i>
Achada Fazenda	2	1	1	50%	6
Achada Laje	1	0	1	0,0%	3
Achada Ponta	28	3	25	11%	48
Porto Fundo	5	0	5	0,0%	15
Porto Mangui	4	0	4	0,0%	12
Cancelo	6	2	4	33%	18
Porto Fundo	5	0	5	0,0%	15
Pedra Badejo	36	15	21	42%	126
Concelho de Santa Cruz	87	21	66	24%	243

Fonte: Elaboração própria (2007)

Devido aos vícios, nomeadamente o alcoolismo e o uso abusivo de outras Drogas e ao baixo rendimento, as pessoas dessa comunidade não conseguem adquirir os bens e serviços indispensáveis à satisfação das suas necessidades, tornando assim, vulneráveis às doenças sexualmente transmissíveis.

De acordo com o relatório da Delegacia de Saúde de Santa Cruz- DS-SC (2006), dos 32 casos dos infectados com o VIH/SIDA fichados, no Concelho, até 31 de Dezembro desse ano, cerca de 50% são da comunidade piscatória de Cutelinho.

No Concelho, taxa de desemprego, em 1990 e em 2005, era de 18%, menor do que a média nacional, que era de 25 e 24%, respectivamente

O perfil da pobreza em Santa Cruz é visto como a ausência de riqueza, com as consequentes privações, nomeadamente de bens de primeira necessidade, como a falta de água potável e canalizada, baixo rendimento que se reflecte na privação da quantidade e qualidade de alimentação adequada e segura, da educação, do vestuário, do tratamento das doenças e aquisição de medicamentos, más condições de habitabilidade e de saneamento básico, a elevada taxa de analfabetismo, entre outras.

Com base no Inquérito dos Rendimentos e das Despesas Familiares -IDRF – (2002), o Concelho é considerado o segundo mais pobre do país com 54,7% da pobreza, menos 1% que o Concelho de São Domingos com 55.8, o último classificado.

Esta análise é feita com base nos estudos locais feitos pelo INE, determinando a incidência, a profundidade e a intensidade da pobreza. Sendo assim, pode-se mesurar as dimensões da pobreza em Cabo Verde em três perspectivas diferentes:

São pobres, todos aqueles que sofrem privações por falta de recursos, bens e serviços e que vivem com menos de 43.250,00, por ano, em Cabo Verde.

Tendo em consideração o total dos pobres (54,7%), deduz-se que, desta percentagem, em 2000, 22,8% da população sofria maior privação de bens e serviços e dos recursos, vivendo com menos de 33.389,00 por ano.

A diferença entre os pobres em 2000, era de 12,3%, isto quer dizer que dos 54,7%, a diferença entre os menos pobres e os mais pobres é de 12,3%. A incidência da pobreza era superior a 50% em todas as zonas do Concelho sem contar com a Vila de Pedra Badejo, excepto a comunidade piscatória de Cutelinho; Saltos Abaixo e Serrelho, em que se verificam menos de 50% e com uma taxa menor que a verificada no Concelho.

Comparando a proporção entre os pobres e os ricos, o índice de consumo registado através do **coeficiente do Gini** é de 0,427° na escala de [0-1], o que significa que, as famílias não gastam igual e a diferença no consumo entre os ricos e os pobres é de 42,7%.

A profundidade da pobreza é de 0,22, superior à média nacional que é de 0,13 (Mapa nº3, Anexo nº2).

A semelhança do que se verifica com a profundidade da pobreza, a incidência da pobreza é superior à média nacional que é de 36,7%. (Mapa nº2, Anexonº2).

Segundo os dados da CNE (2004), a taxa de participação nas eleições, no Concelho de Santa Cruz em 2000 e 2004, foi de 67,6 e 63,8%, respectivamente, superior à média nacional que foi de 60,3 e 57,55%.

3.4. Ambiente e saneamento

A semelhança dos outros os Concelhos do País, Santa Cruz depara com limitações em termos de recursos ambientais e nota-se que os mesmos não são utilizados de forma racional. Face a esta situação, o SAASA, afirma que há necessidade urgente de se adoptar medidas de forma a atenuar a situação e, se possível invertê-la.

De acordo com o Relatório do SAASA-SC (2006), existem constrangimentos na área de saneamento, quando comparados com os avanços obtidos na vertente da água potável e ligações domiciliárias.

A cobertura em termos de água nos domicílios já atingiu níveis satisfatórios, ao contrário do que se verifica com a evacuação de excreta e das águas residuais.

3.5. Nível de participação e tecido associativo

Sem negligenciar os mecanismos participativos em práticas nas diversas administrações locais, o atelier sobre o Orçamento Participativo realizado na Cidade da Praia, Ilha de Santiago, em Outubro de 2006, onde estiveram presentes a quase totalidade dos presidentes

das Câmaras Municipais e os seus representantes, chegou-se a sugerir uma “escola de cidadania” que exercitasse a participação e a reivindicação, confirmando assim, a existência de uma deficiente participação cidadã na gestão da “coisa pública”. Segundo o relatório do encontro, as possíveis causas dessa situação deve-se à pobreza, o alto índice de desemprego, as disputas entre lideranças comunitárias e o analfabetismo.

A importância do associativismo como um importante veículo de participação cidadã, é reconhecida no processo de desenvolvimento comunitário, apesar das relações de conflito entre as associações locais e as Câmaras Municipais que se prendem, entre outras razões, com a identificação de competências de cada um desses colectivos locais.

Segundo Bartolomé (2002:98-99) *“las comunidades locales, los barrios y las ciudades se reconocen como espacios privilegiados para el desarrollo de una ciudadanía activa, de participación e implicación”*.

Na comunidade piscatória de Cutelinho, o movimento associativismo é razoável, se comparado com o que se verifica a nível do Concelho. Pois, dos 62 grupos e associações existentes, cinco, nomeadamente os grupos desportivos “Scorpion Vermelho” de Santa Cruz, Velha Guarda, teatral “Estrela da Noite”, Associação Juvenil para o Desenvolvimento de Cutelinho, e a Cooperativa de Pesca “Robom Baleia”, são dessa comunidade.

Apesar da existência desses grupos nessa comunidade, a participação em acções voluntárias é fraca, na medida em que não há um forte envolvimento por parte das pessoas em acções que contribuam para a melhoria das suas condições de vida.

Essa situação deve-se ao baixo nível de escolaridade, à falta de sensibilização por parte de entidades competentes, nomeadamente, a Câmara Municipal, o Centro da Juventude, o Centro de Iniciativa Juvenil “Katchás”, a Cruz Vermelha, a Delegação do Ministério da Educação e Ensino Superior, a MORABI, a OMCV, a Bornefonden, a Delegacia de Saúde do Concelho de Santa Cruz, entre outras, situação que se verifica em todas as comunidades piscatórias em Cabo Verde

3.6. Potencialidades e constrangimentos no sector da pesca no Concelho de Santa Cruz

De acordo com o Diagnóstico da Situação Sócio-económica do Concelho de Santa Cruz – DIAG -CSC (2006:66), a semelhança do que acontece a nível nacional, o sector da pesca apresenta algumas potencialidades que são:

- quantidade e qualidade de pescado, embora pouco explorado; e
- existência de uma associação de pescadores e peixeiras com equipamentos e interesse pela inovação.

Apesar dessas potencialidades, o sector depara-se com alguns constrangimentos como:

- falta de equipamentos de pesca;
- pesca artesanal;
- industrialização do sector da pesca incipiente; e
- inexistência de uma empresa vocacionada na área.

3.7. Considerações Finais

No Concelho de Santa Cruz, no geral e, na comunidade piscatória de Cutelinho, em particular, apesar das suas potencialidades e das melhorias conseguidas a todos os níveis, é necessário realizar investimentos na educação, formação, informação e sensibilização e nas actividades geradoras de rendimento de forma a, por um lado, aumentar a participação cidadã e, por outro, melhorar a situação socio-económica da população e preservar o ambiente.

CAPÍTULO IV: ASPECTOS GERAIS DA PESQUISA

4.0. Breves considerações

Neste capítulo, apresentamos a contextualização, justificativa e relevância da pesquisa, os objectivos, os resultados esperados, a explicitação das hipóteses e a pergunta que vai nortear a investigação, o marco Teórico e empírico, o espaço amostral e os sujeitos de pesquisa, para além dos aspectos referentes aos procedimentos metodológicos.

4.1. Contextualização da pesquisa

Em Cabo Verde, nos últimos anos, tem-se dado grande atenção ao desenvolvimento comunitário e, este deve ser sustentável. Sendo assim, é necessário fazer estudos considerando a educação e o capital social como dispositivos para explicar e impulsionar o desenvolvimento económico, humano e social, tendo sempre, em consideração, a preservação do meio ambiente.

O capital social é uma das bases das principais estratégias de desenvolvimento económico, humano e social, nas próximas décadas. As comunidades, regiões e os países mais desenvolvidos, serão os melhores preparados para formar cidadãos dispostos a trabalharem colaborativamente e organizadas para promover associações voluntárias para o desenvolvimento comunitário. Por isso, tanto a ideia de capital social como a de cooperação têm sido, nos últimos anos, destacadas por organismos internacionais, como um aspecto fundamental do estoque de capital das sociedades. Pois, várias são as experiências que devem ser aproveitadas e trabalhadas em benefício de Cabo Verde.

Nas grandes Opções do Plano - GOPs (2002), a valorização dos recursos humanos, figura como a terceira das cinco Grandes Opções e, visa desenvolver o principal recurso de que o país dispõe - o Homem cabo-verdiano. A valorização dos recursos humanos passa, antes de mais, pelo acesso maciço e facilitado à informação, ao ensino, à formação e à educação de qualidades, pensando assim, sobretudo, na formação do capital humano. Pois, é necessário saber em que medida a educação pode contribuir para a formação do capital social de forma a garantir desenvolvimento sustentável das comunidades piscatórias em Cabo Verde.

Atendendo que qualquer processo de desenvolvimento é dinâmico, o que pressupõe mudanças e transformações, no que diz respeito às atitudes/comportamentos e valores da comunidade, faz-se sentido a operacionalização de um trabalho de sensibilização, de organização e de educação para que haja a formação de capital social e uma participação efectiva, assim como uma apropriação do processo de desenvolvimento da comunidade por parte de todos os agentes.

4.2. Justificativa e relevância da pesquisa

Em Cabo Verde, como forma de reforçar a confiança, a solidariedade e o exercício da cidadania, por parte dos cidadãos e das organizações da sociedade civil, foi implementado, de 2003 à 2005, na Ilha de Santiago, nos Concelhos da Praia, São Domingos, Santa Catarina, Santa Cruz e Calheta de São Miguel, o projecto sobre o voluntariado denominado de “Projecto de Corpo Jovem para o Ambiente”, contando com o financiamento dos Sistemas das Nações Unidas e do Governo de Cabo Verde.

Dada a sua importância para a formação do Capital Social e o Desenvolvimento Sustentável de Cabo Verde, a partir de 2006, vai ser alargada, a nível nacional, com a designação do programa, contando, igualmente, com o financiamento do Governo de Cabo Verde e do Sistema das Nações Unidas.

A investigação sobre “Educação e Capital Social para o Desenvolvimento Sustentável da Comunidade Piscatória em Cabo Verde”, mais concretamente na comunidade piscatória de Cutelinho, situada na Vila de Pedra Badejo, Concelho de Santa Cruz, é pertinente e, justifica-se pelo facto de ser uma comunidade com uma população total estimada, em 2007, em 1.217 habitantes, sendo 565 do sexo masculino e 652 do sexo feminino dependem, quase que, exclusivamente, da pesca e da comercialização do pescado, vivendo, na sua maioria, em condições socioeconómicas precárias e degradantes.

Pois, é de acrescentar que, esta comunidade piscatória foi escolhida, pelo facto de eu ser do Concelho de Santa Cruz e, como Professor do Ensino Básico Complementar, no ano lectivo de 1993/94, e na em Achada Campo situado na proximidade da comunidade de Cutelinho e da Escola Secundária “Alfredo da Cruz e Silva”, desde 1998 e, na qualidade do Coordenador do Centro da Juventude de Santa Cruz, de 2002 à 2007, sinto-me tocado pelas condições

sócio-económicas precárias das famílias e, sobretudo, dos jovens e dos adolescentes que, recorrem, na maioria das vezes, ao consumo exagerado do álcool e das outras drogas, o que pode contribuir, grandemente, para o aumento da taxa de incidência do Vírus do VIH/Sida e de outras doenças sexualmente transmissíveis.

Com base nessas considerações, o suporte motivacional que justifica a escolha do tema em estudo, baseia-se em quatro aspectos fundamentais:

- 1º Importância e actualidade do tema;
- 2º Necessidade pessoal em aprofundar os conhecimentos adquiridos durante o ano curricular do Doutoramento em Educação e Desenvolvimento Humano, contribuindo assim, futuramente, para a melhoria da minha prática profissional;
- 3º Dar a conhecer a relação existente entre a educação e o capital social e o desenvolvimento sustentável da comunidade piscatória em Cabo Verde; e
- 4º Contribuir para o desenvolvimento sustentável das comunidades piscatórias em Cabo Verde.

Partindo do pressuposto dessas reflexões e, acreditando que a educação é a base para a formação do capital social e, por conseguinte, do desenvolvimento sustentável das comunidades piscatórias em Cabo Verde, a investigação resume-se nas seguintes perguntas de partida:

- 1- Em que medida é que a educação contribui para a formação do capital social?**
- 2. Será o capital social o factor determinante para o desenvolvimento sustentável da comunidade piscatória em Cabo Verde?**

4.3.Objectivos da pesquisa

Esta investigação tem por:

4.3.1 Objectivo geral

Este trabalho de investigação tem por objectivo geral Evidenciar o nível da educação e do capital social e relacioná-lo com o desenvolvimento sustentável da comunidade piscatória em Cabo Verde.

4.3.2.Objectivos específicos

O presente trabalho tem os seguintes objectivos específicos:

- Conhecer e dar a conhecer o nível de educação e do capital social na comunidade piscatória de Cutelinho; e
- Relacionar o nível de educação e do capital social com o desenvolvimento sustentável da comunidade piscatória de Cutelinho;

4.4.Explicitação da hipótese

Este estudo, parte-se da hipótese de que o desenvolvimento sustentável de qualquer comunidade piscatória está directamente relacionado com o nível de capital social e, este depende, por sua vez, da educação, sendo que a comunidade que demonstrar maior nível de capital social entre os indivíduos, as organizações da sociedade civil e as instituições, é a que, mais facilmente, alcançará, o maior grau de desenvolvimento económico, humano e social, garantindo assim, uma boa qualidade ambiental.

4.5. Marco teórico e empírico

4.5.1. Definição de conceitos

- **Educação**

Segundo Arénilla et alii. in Dicionário de Pedagogia (2000:167), numa vasta aceitação a educação designa o conjunto de influências do ambiente, as dos homens ou as das coisas,

chegando a transformar o comportamento do indivíduo que as experimenta: é aplicada ao adestramento dos animais, fala-se da educação da vida.

Para esses Pedagogos, num sentido restrito, educação designa a influência de uma geração sobre as crianças, os jovens ou os adultos para deles fazer seres inseridos numa dada sociedade. Tem o homem como objecto (em geral jovens) e como agente (em geral adultos).

O termo educação surge no princípio do século XVI. Em vez da sua verdadeira etimologia (*educare*, alimentar, educar), os humanistas preferem a de *educare* (fazer sair, tirar para fora) associando assim, no mesmo conceito as significações de criação e de instrução. Esse conteúdo semântico Implica:

- uma abertura de toda a existência humana no seu desenvolvimento (educação pré – escolar, escolar e permanente) e nas suas preocupações (educação religiosa, política, moral, musical, desportiva, etc.) – na instituição escolar, o termo educação (educação moral, musical, física, etc.) é o equivalente de disciplina, matéria de ensino;
- uma diversidade de intervenientes (família, escola, igreja, partido, associação, etc.) e de formas (informal com a escola dita paralela, institucional com o sistema educativo);
- uma tensão particularmente sensível no sistema educativo entre as finalidades humanas (predominância das “humanidades”, do enciclopedismo, da cultura no sentido do desenvolvimento do indivíduo) e as finalidades utilitaristas (predominância de uma educação técnica, profissional, cívica no sentido de uma integração sócio – económica);
- a tentação de uma subordinação da educação às forças dominantes da sociedade: religiosas, liberais, totalitárias; e
- a produção de um conjunto de elementos culturais, que se faz sentir nos esquemas de pensamento e de acção, características de cada comunidade, classe ou sociedade - o etos em Max Weber, a compleição física em Bourdieu, a personalidade de base em Kardiner e Liton-, citados no Dicionário de Pedagogia (2000:167).

- **Sector**

O conceito de “sector” usado no documento ECERP de Cabo Verde para o período de 2005-2007, coincide na prática com o de Ministério. Significa que, na prática, caberá a cada Ministério assegurar a implementação da ECRP no respectivo sector, priorizando as actividades e os projectos que têm um maior impacto previsível sobre o crescimento e a pobreza.

- **Capital**

Capital é uma palavra forte e, como conceito, é um dos mais importantes e mais controversos nas Ciências Sociais. Karl Marx, definiu-o como o produto da mais-valia (trabalho não-pago) produzida pelo trabalhador e apropriada pelos donos dos meios de produção. Em comum com a economia clássica ficava a ideia de que capital é o produto do trabalho utilizado para a produção de outros bens. O termo capital é a matriz económica e ideológica de uma época da humanidade, a do capitalismo, que permanecerá alguns séculos. Remete-nos a mercado, propriedade privada, trabalho assalariado, recursos económicos, riqueza e miséria.

Para além desses significados económicos, tem sido usado o termo capital, ainda que com críticas, em outras áreas de acção humana. Economistas lembram que riqueza e crescimento não dependem apenas de recursos naturais e/ou financeiros. Pois, a capacitação humana é fundamental para que habilidades económicas sejam desenvolvidas. A isso se deu o nome de capital humano.

A partir dos anos 1990, o Banco Mundial passou a distinguir, na avaliação de projectos de desenvolvimento quatro formas de capital: *capital natural*, isto é, os recursos naturais de que é dotado o país; *capital financeiro*, aquilo que é produzido pela sociedade e que se expressa em infra-estruturas, bens de capital, capital financeiro, imobiliário, entre outros; *capital humano*, definido pelos graus de saúde, educação e nutrição de um povo; e, finalmente, *capital social* que expressa, basicamente, a capacidade de uma sociedade de se estabelecer laços de confiança interpessoal e redes de cooperação com vista a produção de bens colectivos.

• Capital social

Segundo Putnam (1996:177), capital social pode ser definido como “(...) características de organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as acções coordenadas”.

A ideia de capital social reconfigura a noção convencional de capital, uma vez que tenciona uma re-socialização da economia e uma re-politização dos espaços público e privado, ampliando a influência do actor social. Pois, o indivíduo não é visto isoladamente, mas sim em interacção, como um construtor de laços de coesão, a partir dos quais facilita acções coordenadas para lidar com dilemas colectivos.

A formação do conceito de capital social é, na verdade, uma síntese de várias contribuições, nas quais é possível:

- Promover trajectórias socio-económicas diversas a partir da observação prática das mudanças institucionais que se preocupam em regiões e países onde predominam laços humanos horizontais;
- Gerar oportunidades de desenvolvimento, escala de participação organizada e sustentabilidade dinâmica do território a partir de redes sociais de negociação;
- Maior compartilhamento entre investimento económico e social, pensando a política económica e social de forma conjunta;
- Redesenhar o espaço público a partir da negociação entre múltiplos interesses em sociedades democráticas; e
- Construir uma percepção de que desigualdades devem ser combatidas a partir de projectos alternativos, dando suporte e vitalidade às iniciativas comunitárias de desenvolvimento.

De acordo com o Banco Mundial, capital social refere-se às instituições, relações e normas que dão qualidade às relações interpessoais numa dada sociedade. A coesão social é vista

como factor crítico para a prosperidade económica e para o desenvolvimento sustentado. Pois, considera-se o Capital Social como argamassa que mantém as instituições e as comunidades em contacto entre si e as vinculam ao cidadão visando a produção do bem comum.

- **Bonding Social Capital**

Narayan (1999), chama de *Bonding Social Capital*, que se refere à “cola” que permite que os grupos se mantenham unidos através de valores, normas e instituições compartilhados. No entanto, os membros desses grupos podem estar excluídos de outros grupos, aqui o que ocorre é a carência de *Bridging Social Capital*, que se refere às “pontes” que levam os membros de um determinado grupo a participar de grupos heterogéneos, que são de natureza mais frágeis, mas que, entretanto, mais provavelmente promoverão a inclusão social. Os mesmos laços que ligam também podem excluir. Grupos poderosos podem restringir o acesso, como no caso do rígido sistema de castas na Índia. As sociedades podem ser ricas em capital social dentro dos grupos, mas não terem ligações entre grupos heterogéneos, assim a falta de capital do tipo “ponte” pode caracterizar uma sociedade onde impere a pobreza, a corrupção e o conflito.

- **Comunidade**

O termo comunidade é utilizado, frequentemente para designar pequenos agregados rurais (aldeias, freguesias) ou urbanos (quarteirões, bairros) e os grupos profissionais (comunidade médica, comunidade científica, etc.), as organizações (comunidade escolar) ou os sistemas complexos como países (comunidade nacional), regiões (comunidade europeia) ou mesmo o mundo visto como um todo (comunidade internacional ou mundial).

Uma característica que une todas estas designações é a presença de uma dada semelhança que confere uma identidade ao sistema designado por comunidade, que determina uma fronteira entre os elementos que lhe pertencem aos que lhe são alheios.

Segundo a definição dada no Dicionário de Ciências Económicas e Sociais (2001:67), a comunidade é uma colectividade caracterizada por vínculos intensos, forte coesão (espírito de corpo, objectivos comuns), espírito de solidariedade entre os seus membros face ao exterior, sem no entanto excluir tensões internas.

A comunidade assim definida pode referir-se a realidades diversificadas: entidades locais (comunidades rurais ou piscatórias), agrupamentos voluntários (igrejas, associações), minorias étnicas ou religiosas.

Segundo Ader-Egg (1980:45) citado em Carmo (2004:73-74) “ *La comunidad es una agrupación organizada de personas que se perciben como unidad social, cuyos elementos participan de algun rasgo, interés, elemento, objetivo o función común, con consciencia de pertenencia, situados en una determinada área geográfica en la cual la pluralidad de personas interacciona más intensamente entre si que en otro contexto*”.

Subjacentes a esta definição estão duas ideias forças:

- a de um agregado social com um conjunto de interesses vitais comuns, com uma elevada densidade social, traduzida numa forte consciência de pertença; e
- a de uma proximidade geográfica que permite uma estruturação sólida de tais interesses.

Segundo Carmo (2004:74), na sociedade contemporânea, duas circunstâncias têm contribuído para fazer renascer a reflexão sobre o conceito de comunidade: a conjuntura social e política e o desenvolvimento das novas tecnologias de informação e comunicação.

Após um longo período em que esteve relativamente latente, a questão comunitária foi recentemente reacendida em virtude da explosão multicultural, ocasionada pela concentração de grandes massa populacionais portadoras de diferentes culturas, e da alteração da balança de poder decorrente do fim da guerra-fria simbolicamente marcada pela queda do muro de Berlim em 1989.

Por outro lado, a levada densidade social indispensável à existência de uma comunidade deixou de ser determinada pela presença física das pessoas que a ela pertencem. Com efeito, a generalização das novas tecnologias de informação e comunicação (NTICs) permite uma interacção de qualidade em situação de presença virtual dos protagonistas, dando origem à formação de comunidades telemáticas ou ciber-comunidades em que a barreira da distância deixou de existir.

- **Comunidade piscatória**

Define-se por comunidade piscatória toda a comunidade em que a actividade económica predominante da população está ligado directa ou indirectamente ao sector das pescas, o que não se aplica de forma linear ao caso de Cabo Verde em que há várias comunidades que são consideradas piscatórias e as actividades económicas predominantes estão ligados aos outros sectores.

- **Desenvolvimento**

Segundo o Desarrollo Local y Agenda 21 (2006:8), *“desarrollo significa enfrentarse con un concepto polisémico, que ha sufrido muy diversas, incluso encontradas, interpretaciones a lo largo de historia. Por de pronto, conviene diferenciar el verdadero desarrollo del desarrollismo, expresión esta última que da cuenta más fielmente de las concepciones y estrategias que, en general, han guiado las grandes políticas económicas en la segunda mitad del siglo xx: producir más, consumir más, y aceptar que más es siempre mejor”*.

Para o INE (2005), o desenvolvimento é o processo de criação de riquezas e de ampliações de condições de bem-estar da população de forma sustentável, ou seja, sem comprometer o nível de satisfação das próximas gerações.

- **Desenvolvimento comunitário**

O termo desenvolvimento comunitário tem sido utilizado com diversos sentidos de acordo com o contexto histórico e social em que se inscreve. No entanto, na acepção técnica que hoje se lhe reconhece, é em 1950 que é consagrado no Documento das Nações Unidas intitulado Progreso Social através do Desenvolvimento Comunitário. Pois, define-se o desenvolvimento comunitário como um processo tendente a criar condições de progresso económico e social para toda a comunidade. Com a participação activa da sua população e a partir da sua iniciativa.

Segundo Ezequiel Ander-Egg (1980:69) citado em Carmo (2004:77), caracteriza-o como uma técnica social de promoção do homem e de mobilização de recursos humanos e institucionais, mediante a participação activa e democrática da população, no estudo, planeamento, e

execução de programas ao nível de comunidade de base, destinados a melhorar o seu nível de vida.

- **Desenvolvimento sustentável**

O desenvolvimento sustentável é, teoricamente, inspirado no desejo de conciliar o aumento do bem-estar das gerações presentes com a salvaguarda do ambiente para as gerações futuras.

O desenvolvimento sustentável é perspectivado no muito longo prazo. Pois, trata-se de responder às necessidades das gerações actuais sem que fique comprometida a possibilidade de responder às gerações vindouras.

O actual modelo de crescimento económico gerou enormes desequilíbrios; se, por um lado, nunca houve tanta riqueza e fartura no mundo, por outro lado, a miséria, a degradação ambiental e a poluição aumentam dia-a-dia. Diante desta constatação, surge a ideia do Desenvolvimento Sustentável (DS), buscando conciliar o desenvolvimento económico com a preservação ambiental e, ainda, ao fim da pobreza no mundo.

Segundo a *Agenda 21* (2006), a humanidade de hoje tem a habilidade de desenvolver-se de uma forma sustentável, entretanto é preciso garantir as necessidades do presente sem comprometer as habilidades das futuras gerações em encontrar suas próprias necessidades". Pois, é necessário garantir um desenvolvimento em harmonia com as limitações ecológicas do planeta, ou seja, sem destruir o ambiente, para que as gerações futuras tenham a oportunidade de existir e viver bem, de acordo com as suas necessidades, tendo sempre presente a melhoria da qualidade de vida e das condições de sobrevivência.

Acredita-se que seja possível, e é exactamente o que propõem os estudiosos em Desenvolvimento Sustentável (DS), que pode ser definido como: "equilíbrio entre tecnologia e ambiente, relevando-se os diversos grupos sociais de uma nação e também dos diferentes países na busca da equidade e justiça social".

Para se alcançar o Desenvolvimento Sustentável, a protecção do ambiente tem que ser entendida como parte integrante do processo de desenvolvimento e não pode ser considerada isoladamente.

4.5.2. Antecedentes históricos

A Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável possui em sua essência uma ideia simples com implicações complexas, pois, após vivermos durante séculos sem nos preocuparmos com o esgotamento dos recursos naturais do planeta, temos que aprender, agora, a viver de forma sustentável. O grande desafio é estimular mudanças de atitude e comportamento nas populações, uma vez que as capacidades intelectuais, morais e culturais do homem nos impõem responsabilidades para com outros seres vivos e para com a natureza como um todo.

A Década dá ênfase ao papel central da educação na busca comum pelo desenvolvimento sustentável. Pois, é necessário um conjunto de parcerias que reúne uma grande diversidade de interesses e preocupações, como instrumento de mobilização e advocacia. E é um veículo de responsabilidade pelo qual os governos, organizações internacionais, sociedade civil, o sector privado e comunidades locais ao redor do mundo podem demonstrar seu compromisso prático em aprender a viver sustentavelmente a nível comunitário.

Ao longo de uma existência de cerca de meio século o Desenvolvimento Comunitário atravessou diversas fases procurando adaptar-se aos condicionalismos da conjuntura.

As suas raízes, de acordo Ander-Egg (1980:62) citado em Carmo (2004:78), situam - se no período que mediou as duas guerras mundiais, a partir das práticas experimentadas em dos diferentes contextos empíricos:

- a prática de formação de líderes locais, desenvolvida no sistema colonial britânico de administração indirecta; e
- a experiência americana de organização comunitária, como resposta aos inúmeros problemas de desorganização social, de anomia e de comportamento desviado que se registaram nessa época, fruto das consequências da industrialização, da urbanização, da imigração e das dificuldades sócio – económicas do pós-guerra, culminando com a crise de 1929.

Depois, da segunda guerra mundial que o desenvolvimento comunitário estabeleceu-se como método complementar de intervenção social para fazer aos problemas sociais da conjuntura. Com efeito, o conflito destroçara os alicerces económicos e sociais dos antigos beligerantes, vencedores e vencidos, fazendo emergir um complexo conjunto de problemas de desorganização social de anomia e de comportamento desviado.

Essa situação, situação carecia de método de intervenção social mais poderoso que os usados até então, exigindo a criação de sinergias decorrentes da cooperação entre os recursos estatais e os exíguos meios das comunidades locais.

Em 1948 realizou-se uma conferência internacional em Cambridge sobre a administração em África, em que se reconheceu a utilidade do desenvolvimento comunitário como instrumento de desenvolvimento dos territórios em vias de descolonização.

Em 1950, foi publicado o relatório da ONU intitulado Progresso social através do Desenvolvimento Comunitário que legitimou este sistema de intervenção social de acordo com a Comunidade Internacional.

Seis anos mais tarde em Baarn, Países Baixos, realizou-se um seminário que consagrou a noção de região-problema como conceito fundamental do desenvolvimento comunitário. A importância desta designação reside na consciência da exiguidade dos recursos para fazer face às necessidades sociais, realçando o interesse de identificar zonas de maior intensidade de problemas sócio-económicos a fim de nelas se concentrarem os meios disponíveis.

Em 1958, no seminário realizado em Palermo (Itália), deu-se um novo passo na construção desse domínio cognitivo através da ligação da investigação à acção. Com efeito, pode afirmar-se que nesse encontro, o Desenvolvimento Comunitário se consagra como campo da Ciência Aplicada dotado de instrumentos de estudo e diagnóstico, a par de estratégias de actuação empírica existentes empíricas na época.

Pois, em 1959, em Bristol (Reino Unido), fecha-se a primeira fase do ciclo de vida desta técnica de intervenção com a realização de um seminário sobre a aplicação do Desenvolvimento Comunitário às zonas urbanas alargando a sua área de actuação, até aí mais focada no desenvolvimento de zonas rurais e, por conseguinte, das comunidades piscatórias.

Em Cabo Verde, no âmbito local e comunitário, constata-se a necessidade de um amplo engajamento social em favor de sociedades que gerindo assim, ao mesmo tempo, harmonia e equidade. Em sociedades desse tipo, a educação pode desempenhar um papel muito eficaz, mas a ausência desse contexto, a educação é apenas uma vantagem para aqueles que já são favorecidos.

Em qualquer sociedade, é necessário uma educação que se rege pelos princípios da escola comunitária, em que se torna participante de uma pedagogia do desenvolvimento local e comunitário e de uma educação para a formação do capital social e para o desenvolvimento, entendidas como dimensão complementares e substantivas de qualquer projecto que se adapte a novas formas de relações escola-comunidade, tal como sugere Sirvent (1984), uma acção educativa mediante a qual se pode:

- Compreender a educação como uma necessidade vital e contínua durante toda a vida dos indivíduos e dos grupos;
- Considerar a comunidade e os seus membros com capacidade de aprendizagem e de transformação ao longo de toda a existência;
- Reconhecer que existem outras formas e recursos educativos emergentes da comunidade e que podem operar além dos recursos da escola;
- Estimular a possibilidade destes recursos serem potencializados através de uma acção integrada em torno de um microssistema de educação;
- Valorizar as culturas próprias da comunidade e as suas experiências como fontes de um conhecimento válido, pelo menos como ponto de partida para uma modificação das suas condições de vida;
- Reconhecer as próprias potencialidades criativas da comunidade e a sua existência, sem esperar constantemente por soluções vindas do exterior;

- Advertir que os seus problemas, as suas carências e as suas dificuldades são comuns a um amplo grupo social, de forma que intentos de soluções individuais não conduzem verdadeiramente à resolução do problema, uma vez que só intentos conjuntos, comunitários e solidários terão perspectivas de êxito;
- Considerar as características da cultura popular e da lógica do pensamento popular na organização de situações de aprendizagem em grupo e comunitário;
- Promover a participação da comunidade no diagnóstico, no delineamento, na implementação e na avaliação do plano de educação comunitária;
- Revalorizar o tempo livre como espaço para uma acção educativa “ não formal”, considerando-a como uma área de maior viabilidade social e política, com o objectivo de favorecer uma acção cultural educativa; e
- Aplicar técnicas de aprendizagem inovadoras, orientadas para o desenvolvimento reflexivo e para a promoção cultural-educativa dos grupos e da comunidade.

Analistas americanos questionam a importância excessiva atribuída aos objectivos individualistas. Etzioni considera que é preciso ressaltar os valores comunitários, e não os valores individualistas, e as responsabilidades tanto quanto os direitos. Para ele “ a moral da cobiça deve ser substituída por um devotamento à família e por uma participação na vida comunitária sem recompensa material.

Pois, deve-se ter presente que a educação como processo a longo prazo, no qual a pluralidade de objectivos é uma característica irreduzível, constitui o vínculo entre o passado e o futuro das gerações. Aquilo que se faz hoje, será determinante para o tipo de sociedade que se deseja ver instaurar-se, tanto no que se refere aos seus valores quanto ao bem-estar material, cultural e social dos cidadãos.

As relações das instituições educativas com as comunidades locais em que se situam os seus edifícios, deverão ser contempladas com contexto de obrigações e de desafios mais congruentes com a integração plena da escola na vida comunitária e, com ela, das práticas que

permitem reconhecer e atribuir às comunidades o maior protagonismo possível na formação (escolar e social) da nova cidadania, seguindo a direcção por Giroux (1993).

Um protagonismo que perante um mundo próximo da crise ecossocial, carente de perspectiva civilizadora, de homens sem qualidades (Barcellona, 1992), possibilitando, tal como indica Capella (1993) “ a reconstrução dos veículos: na procura de novos laços entre as pessoas; de vínculos livres, não mediados pelo Estado. A construção de associações voluntárias e pessoais, a reaprendizagem da solidariedade, da ajuda, da compreensão entre pessoas, a consideração pela sua diversidade, uma educação diferente daquela que nós temos”.

Entende-se, em qualquer dos casos, que não se trata-se de suprimir o papel dos Estados, nem a sua capacidade de regulação social, mas sim de questionar o seu intervencionismo dirigista, vertical, inibidor da cidadania, e, portanto, de imaginar, as suas contribuições a favor dos direitos que a convivência – em sociedades desiguais – não se pode garantir.

Nas décadas de 80 e 90, grande parte dos economistas buscavam saber a razão pela qual algumas regiões cresciam e se desenvolviam e outras não e, por que o desenvolvimento é heterogéneo entre as regiões, mesmo que estas regiões tivessem condições similares em termos de factores produtivos – capital físico, tecnologia e mão-de-obra.

Nota-se que as regiões onde se promove relações horizontais de reciprocidade e cooperação, ao invés de relações verticais de autoridade e dependência; cria redes de solidariedade, confiança e tolerância; e possibilita elevados níveis de participação nas associações apresentam maiores possibilidades de se desenvolverem. Ficou evidente que é insuficiente considerar apenas os aspectos materiais e tangíveis da vida económica, devendo-se levar em consideração alguns aspectos intangíveis da sociedade e as suas relações sociais (Woolcock 1998).

Putnam (1993), indica que, as regiões bem sucedidas, são compostas de comunidades com fortes laços de reciprocidade, com presença de densas redes de engajamento cívico, onde a cooperação é voluntária. Isso facilita a acção das instituições e o resultado é a eficiência

económica. O capital social gera condições para que a democracia se instale e se fortaleça, como também propicia melhores resultados económicos.

Ainda, de acordo com Putnam (1993), a cooperação espontânea é facilitada pelo capital social e ilustra esse princípio: o sistema de poupança informal chamado *associação de crédito rotativo*, que é constituído por um grupo de pessoas que fazem contribuições regulares e mensais para um fundo. Cada mês, um dos membros recebe o total recolhido naquele mês. Aquele membro continuará a fazer suas contribuições mensais e só receberá o total mensal novamente quando todos os membros do grupo tiverem recebido um montante total mensal. Esse sistema é uma combinação de sociabilidade e formação de capital em pequena escala. Em Cabo Verde funciona um sistema de poupança parecido, chamado de *mutualismo* e encontra-se presente em algumas comunidades piscatórias.

Para Mayorga *et alii* (2004), as comunidades com maiores níveis de capital social, são mais propensas a se desenvolverem do que as comunidades com baixos níveis de capital social. Isso se deve ao benefício que surge do acumulo de articulações sociais e ao grau de organização da sociedade, gerando melhorias na qualidade de vida da população e criando alternativas para superar os problemas existentes na região. Sendo assim, a existência de capital social e, a consequente qualidade de vida, tornam-se elementos chave na resposta sobre as disparidades de desenvolvimento das comunidades.

Para Lin (1999), capital social existe porque os indivíduos investem em relações sociais para obter retornos. As redes sociais são eficazes porque os recursos nela enraizados fortalecem o fluxo de informações entre indivíduos e organizações; permitem acesso a actores com posições e localizações de influência estratégicas nas organizações; credenciam os indivíduos que participam da rede diante das organizações; e reforçam identidade e reconhecimento, fortalecendo a auto - estima e a reputação na sociedade.

Sendo assim, para que haja o desenvolvimento das comunidades piscatórias de forma sustentável, é necessário elevar o nível de capital social das mesmas, o que passa, necessariamente, pela educação.

A formação de capital social passa pela educação. Ser privado da educação, é ser privado de instrumentos essenciais para a vida moderna, de competências e de instrumentos necessários para participar num mundo tecnológico, em que o saber é um elemento essencial de transformação do meio onde os homens vivem. Na falta desse saber, as pessoas se marginalizam em relação à sua própria sociedade e, sendo assim, perdem a oportunidade de participar e, a sociedade pode perder tudo o que elas poderiam proporcionar de valioso.

Segundo Caride (1998) e Caride e Meira (1998), in Caride (2005), a forma como os diferentes delineamentos ideológicos, sociopolíticos e metodológicos insistem em reivindicar o desenvolvimento social dos povos a partir daquilo que é “comum” às pessoas (considerando aspectos tão variados como a paisagem, os modos de vida, a cultura, os sistemas de produção, os sentimentos ou as vivências que compartilham numa determinada geografia), tratando-se de validar modelos e processos as opções da educação - e, portanto, das escolas, no que diz respeito à satisfação de três objectivos principais:

- Avançar a nível das possibilidades oferecidas pela promoção do reencontro das comunidades locais consigo mesmas, sem que isso diminua a sua capacidade de abertura ao mundo, garantindo a sobrevivência do território e dos colectivos sociais que os habitam, incluindo uma disponibilidade adequada e o uso dos seus recursos naturais; assim como respeito pelos valores que permanecem latentes nas diferentes manifestações do património artístico e cultural legado pelas gerações precedentes. Isto pressupõe que se compatibilizem as dimensões locais com as internacionais, a representação micro com a visão macro, a sociedade civil com o Estado, a auto-estima com o espaço pelo outro, a tradição com a modernidade, num imprescindível exercício de diálogo social e de leitura ecossistémica;
- Responsabilizar e envolver as comunidades locais nos processos de mudança e transição social, confrontando as suas problemáticas, as suas necessidades e as suas demandas com as possibilidades e as limitações (geográficas, demográficas, infraestruturais, económicas, tecnológicas, etc.) da realidade da qual fazem parte; ampliando as suas capacidades de iniciativa e de crítica sem que, por princípio, se renuncie aos benefícios que derivam do conhecimento de um desenvolvimento cada vez mais autónomo e sustentável; e

- Afirmar em cada pessoa o seu protagonismo como agente e não apenas como destinatário, dos processos de mudança social, no seu imediato e na perspectiva de uma sociedade cada vez mais interdependente e globalizada. Porque, o desenvolvimento, refere -se às pessoas e não apenas aos objectos, com todas as consequências que isso comporta, em particular para a educação, à qual se pede para tornar realidade a sua caracterização como um processo extensível ao longo de toda a vida, aprendendo mediante esta (Baert e Jansen, 1997); porque, talvez, como assinala Colom (1998:47), a educação “é o único instrumento que tem a seu cargo esta nova proposta das gerações vindouras”.

É de realçar que a presença de diferentes níveis de capital⁷ comunitário pode explicar diferença de comportamento nas comunidades piscatórias. A existência de capital social permite aos indivíduos recursos ou um bem colectivo por meio de uma transacção que envolve reciprocidade, em que todos se beneficiarão na medida em que cresce o grau de confiança e de solução alcançado.

Para Santos Rego (2005:5), o ritmo do câmbio social e a emergência de novas necessidades tem influído no surgimento dunha esfera de redes civis e institucións cidadás que, pouco a pouco, permitiron a possibilidade dunha substitucións parcial da dicotomia esfera pública-esfera privada por uma outra nova, esfera cooperativa/esfera cívica, da que sobreviria mais espontaneidade e alternativas antiburocráticas”, o que deve ser aplicado para o desenvolvimento comunitário.

Pois, desenvolvimento de qualquer comunidade passa, necessariamente, pela educação, solidariedade e cooperação, ou seja, pelo capital social e, sendo assim, deve-se ter presente, como afirma Santos Rego e Lorenzo Moledo (2006) que “ As relacións de cooperación e solidariedade téñense manifestado sempre desde os niveis mais básicos de convivencia (relacións de amizade, de vecindade) ata niveis mais complexos, asentándose sobre a acción

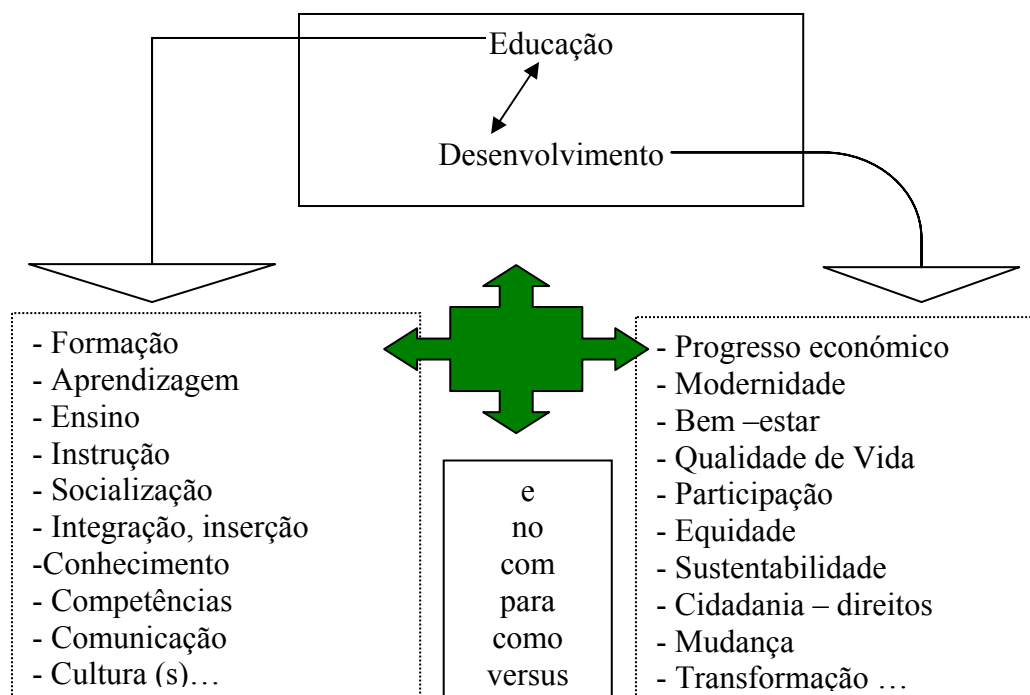
⁷ Segundo PUTNAM (1996), o capital social se constitui por um conjunto de características específicas da organização social, tal como laços de confiança, normas, sistemas, redes de interacção e cadeias de relações sociais.

cívica e ajuda mutua”, e isso, passa-se pela educação que segundo Aristóteles e Piaget (1975), citado em Coomonte e outros (1999), “a primeira tarefa da educação é formar a razão, formar personalidades realmente lógicas e donas da sua razão. Mas a formação da lógica ou aprendizagem de autoformação é prova insuficiente e incompleta se não for acompanhada de uma consequente formação da razão moral ou autogoverno ”.

4.5.3. Modelos teóricos de desenvolvimento comunitário

O gráfico nº 4 mostra a relação entre educação e desenvolvimento.

Gráfico n.º 4 – Relação educação-desenvolvimento

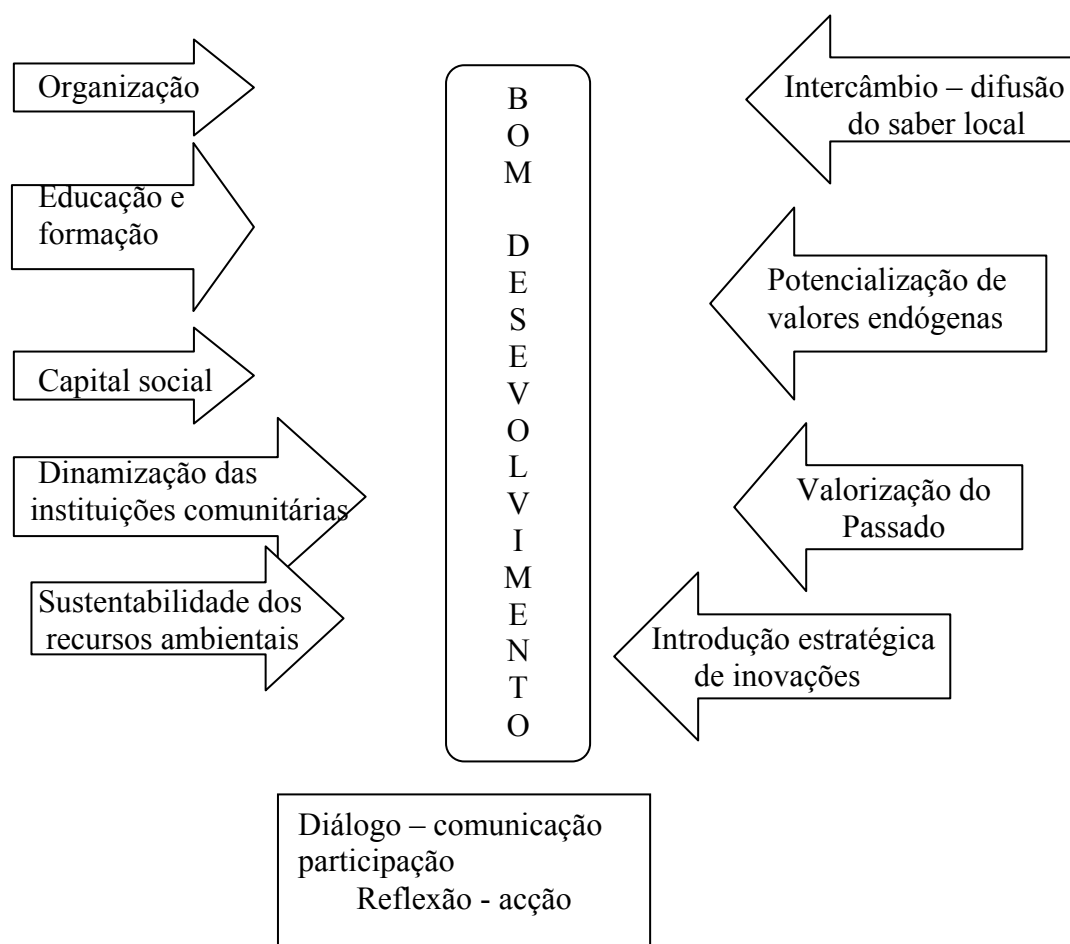


Fonte: Caride (2006)

Segundo Caride (2005:11), “...nunca podemos ni debemos situarnos al margen de como y con qué intensidad se producen sus variadas interacciones (educación y desarrollo, educación en el desarrollo, educación con desarrollo, educación para el desarrollo, educación como desarrollo, educación versus desarrollo.”

No gráfico nº5, estão apresentadas as tarefas para um bom desenvolvimento comunitário – local.

Gráfico nº5-Tarefas para um bom desenvolvimento comunitário-local



Fonte: Caride (2006)

Para que esse tipo de desenvolvimento se efective é necessário, por um lado a organização, educação e formação, capital social, dinamização das instituições comunitárias, sustentabilidade dos recursos ambientais e, por outro, o intercâmbio e difusão do saber local, potencialização dos valores endógenos, valorização do passado e introdução de estratégias de inovação, tendo sempre o diálogo-comunicação e reflexão-acção entre os diferentes actores de desenvolvimento.

4.6. Espaço amostral e sujeitos de pesquisas

O presente trabalho trata-se de um estudo de caso realizado na comunidade piscatória de Cutelinho, situada na Vila de Pedra Badejo, Concelho de Santa Cruz.

Segundo INE (Censo, 2000), a população residente, na comunidade em estudo, dos 15 aos 64 anos de idade era de 497 habitantes, aplicando a taxa de crescimento médio anual de 2,4%, estima-se que a mesma, em 2007, nessa faixa etária, é de 581 habitantes, constituindo assim, a nossa população de estudo. Pois, tratando-se de uma população finita e, sendo assim, utilizar-se-á a seguinte fórmula para o cálculo da amostra⁸:

$$n = \frac{\sigma^2 pqN}{e^2(N-1) + \sigma^2 pq}$$

Em que:

n = Tamanho da amostra;

σ = Nível de confiança escolhido, expresso em número de desvios-padrão;

p = percentagem com a qual o fenómeno se verifica;

q = percentagem complementar;

N = Tamanho da população; e

e = Erro máximo permitido.

Utilizando o desvio-padrão igual a 2 em relação à média estabelecida, uma margem de erro de 4,5%, o que é aceitável numa pesquisa social que trabalha, geralmente, com uma estimativa de erro de 3 e 5%, o nível de confiança estabelecido será de 95,5%, o tamanho de amostra é de 127 sujeitos dos 15 aos 64 anos de idade, sendo 87 sujeitos foram aplicados os questionários, 30 feitas as observações participantes, o que representa cerca de 22% da população da comunidade, e foram entrevistados 10 responsáveis dos Serviços, da Organização não Governamental no Concelho de Santa Cruz e dos grupos e associações da comunidade piscatória de Cutelinho.

⁸ GIL, Métodos e técnicas de pesquisa social, São Paulo, 5ª edição, 1999, pág. 107.

4.7. Metodologia

No campo da investigação, há duas possibilidades de análise - a quantitativa e a qualitativa-, cada uma dessas análises com as suas especificidades, sendo a primeira de carácter mais estatístico e a segunda de carácter mais interpretativo.

O método positivista ou quantitativo procura os feitos ou as causas dos fenómenos sociais com independência dos estados subjectivos dos indivíduos, enquanto que a fenomenologia ou método qualitativo trata de analisar o conteúdo da própria consciência.

A diferença entre esses dois métodos, não se limita só no uso da linguagem oral, escrita ou numérica, mas também na realização do plano de trabalho, na busca e selecção de informações e, principalmente, na análise a que esta está sujeita como suporte de significados.

É de frisar que a investigação quantitativa é extremamente significativa no que concerne a sofisticação de métodos e multiplicidade de técnicas, enquanto que a investigação qualitativa busca, numa primeira instância, compreender a realidade, já que o fazer investigativo tem as suas bases bem fincadas no contexto social e cultural.

Considerando o tipo de trabalho a ser investigado, o processo metodológico adoptado para a realização desta investigação sedimentou -se num proceder guiado por um enfoque quantitativo e qualitativo na relação, organização e análise dos dados.

A abordagem metodológica teve como princípio fundamental a tentativa de relacionar a educação e o capital social com o desenvolvimento sustentável da comunidade piscatória em Cabo Verde. Partindo, deste pressuposto, adoptou-se as abordagens quantitativa e qualitativa, acreditando-se na complementaridade dos dois métodos de investigação

Deve-se realçar que se considera necessário o envolvimento e a participação no meio a investigar, na medida em que só assim pode-se entender como os sujeitos da pesquisa interpretam a realidade e reagem perante as mais diversas e complexas situações. Espera-se que os resultados surjam da interacção do investigador e dos participantes, uma vez que esta interacção tem como objectivo não só estudar e analisar a realidade, como também, na medida

do possível, transformá-la no sentido de contribuir para a melhoria das condições de vida dos sujeitos da investigação e da própria comunidade onde se encontram inseridos.

4.7.1 Instrumentos de recolha de informação

A informação foi recolhida com base no estudo documental, observação participante, questionário/inquérito e entrevista.

4.7.1.1. Estudo documental

Por documentação, refere-se os documentos básicos que definem as directrizes sobre a educação, o capital social e relações das mesmas com o desenvolvimento sustentável das comunidades piscatórias em Cabo Verde.

4.7.1.2. Observação participante

Foram feitas deslocações e observações sistemáticas à comunidade piscatória de Cutelinho, participando nas actividades e acções para a recolha de informação, tendo sempre, em consideração os aspectos centrais do tema em estudo.

Para o feito, foram realizados, em diferentes situações e momentos, reuniões, palestras e encontros/debates, envolvendo os membros da comunidade e as instituições que trabalham directa ou indirectamente para o desenvolvimento da comunidade piscatória de Cutelinho.

As questões das observações participantes foram, igualmente, feitas tendo em consideração indicadores utilizados no inquérito e nas entrevistas.

4.7.1.3. Questionário/Inquérito

Foi aplicado o questionário/inquérito para conhecer o nível de educação e do capital social dos membros da comunidade em estudo e relacioná-lo com o desenvolvimento sustentável da comunidade piscatória de Cutelinho.

Segundo Gil (1999, p.128), o questionário é uma técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevados de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objectivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas e situações vivenciadas.

4.7.1.4.Entrevista

Para a obtenção de informação, utilizou-se a técnica de entrevista para conhecer a opinião dos responsáveis das ONGs, dos Serviços sedeados no Concelho de Santa Cruz e dos responsáveis dos grupos e das associações da comunidade piscatória de Cutelinho, permitindo assim, o cruzamento dos dados das mesmas com os das observações participantes e dos questionários/inquéritos feitos aos sujeitos da pesquisa.

Segundo Gil (1999), a entrevista é a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objectivo de obter os dados que interessam à investigação.

CAPÍTULO V: RESULTADOS DO TRABALHO EMPÍRICO

5.1. Síntese e comentários das avaliações das observações participantes feitas aos sujeitos de pesquisa

De Dezembro à Maio de 2007, fez-se as observações participantes à 30 pessoas dos 15 aos 64 anos de idade, pertencentes às famílias diferentes, para se ter uma imagem geral sobre o nível de capital social das pessoas da comunidade piscatória de Cutelinho, com base nos seguintes indicadores:

- **Participação em associações e nos projectos comunitários**

Foram consideradas variáveis relacionadas à participação da comunidade ou algum outro membro da família em associações de desenvolvimento da comunidade piscatória de Cutelinho ou nas actividades de outras associações e projectos que podem contribuir para o desenvolvimento dessa comunidade.

- **Percepções subjectiva de confiança**

Para quantificar esse indicador, utilizou-se variáveis relacionadas com o grau de confiança entre os membros da comunidade piscatória de Cutelinho;

- **Presença de redes de conexão e de solidariedade**

Utilizou-se variáveis para captar a frequência em que os membros da comunidade se ajudam entre si em casos de necessidades.

- **Inclusão e sociabilidade**

Para medir esse indicador, recorreu-se às variáveis relacionadas com a frequência em que os entrevistados conversam com os seus vizinhos e desenvolvem actividades recreativas; e

- **Acção voluntária**

Medida por variáveis que medem a frequência em que o inquirido ou outro membro da sua família participa em tais actividades.

A escolha desses indicadores deve-se ao facto de o capital social estar relacionado a aspectos da organização social, tais como grupos, redes, normas e confiança, que facilitam a constituição e a cooperação para o benefício comum.

Para a observação e avaliação do índice de capital social, considerou-se três níveis de pontuação, sendo para:

- Nível 3 (superior à média), se os indicadores forem bons.
- Nível 2 (médio), se os indicadores forem razoáveis.
- Nível 1 (inferior à média), se os indicadores forem fracos.

A consideração de uma dada categoria como sendo de qualidade superior, média ou inferior foi determinada pela média aritmética simples das pontuações obtidas nos diferentes itens, na escala de 1 à 3 pontos.

Da análise das observações feitas, chegou-se as seguintes conclusões:

- a participação da comunidade ou membro da família em associações de desenvolvimento da mesma ou nas actividades de outras associações e nos projectos que podem contribuir, directa ou indirectamente para o desenvolvimento dessa comunidade referente ao nível 1(inferior à média) é de 53,33%, 33,33 e 13,33% para os níveis médio e superior à média, o que se pode afirmar que é, uma forma geral, fraca. Essa fraca participação deve-se à falta de informação, de sensibilização, de formação em voluntariado e mobilização social;

- O grau de confiança para nível 1 é de 47% e para os níveis 2 e 3 é de 33 e 20%, respectivamente. O grau de confiança entre as pessoas da comunidade piscatória de Cutelinho é fraco, sobretudo no que diz respeito as questões financeiras.
- O grau de conexão e de solidariedade é razoável. Em casos de necessidades, as pessoas ajudam entre si, exigindo, na maioria das vezes, uma retribuição futura. A mesma, ainda, não atinge o nível desejado, uma vez que para o nível 1 é de 33% para os níveis 2 e 3 é de 40 e 27%, respectivamente. Sendo assim, pode-se afirmar que há redes de conexão e solidariedade, só que devem ser reforçadas;
- o grau de inclusão e de sociabilidade é fraca, na medida em que, 47% dos sujeitos observados estão no nível 1(inferior à média) e apenas 30% para o nível médio e 23% para o nível médio-superior. Pois, apesar das pessoas da comunidade falarem entre si e participarem nas actividades recreativas, a mesma é, sobretudo, em termos de assistências. Sendo assim, é necessário reforçá-la no que diz respeito a participação efectiva na organização e na realização das actividades recreativas; e
- A participação das pessoas em acções voluntárias respeitante ao nível 1 é de 40%, o que se pode afirmar que é fraca. A situação agrava-se, sobretudo quando a iniciativa não parte da comunidade, o que se deve ao baixo nível de escolaridade, a falta de informação, de sensibilização e formação em voluntariado e mobilização social e cidadania.

5.2. Síntese e comentários dos questionários dirigidos aos sujeitos de pesquisa

Os procedimentos metodológicos dos questionários obedeceram as bases estabelecidas no modelo conceptual do estudo. Entretanto, nas colectas dos dados feitas através dos questionários, foi levado em consideração o grau de subjectividade das informações fornecidas pelos inqueridos, o que, seguramente, reflectiu na interpretação dos resultados. Nesse sentido, foram quantificadas, da melhor forma possível, as respostas, as quais, muitas

vezes, dadas pelos inquiridos de forma qualitativa. Pois, em qualquer pergunta, existem opções de respostas positivas (sempre), negativas (não) e intermediárias (às vezes), e o valor atribuído às respostas positivas é maior que o das respostas intermediárias que, por sua vez, é maior que o das respostas negativas.

Considerado o capital social como sendo um componente superestrutural, o que associado aos outros capitais contribuirá para o desenvolvimento sustentável de qualquer comunidade, foram aplicadas as seguintes equações de desenvolvimento e do Índice de Capital Social, muito utilizadas pelo Banco Mundial:

$$D = f(Ke, Kn, Kh, Ks) \quad (1)$$

Em que:

- D= Desenvolvimento;
- Ke= Capital económico;
- Kn= Capital natural;
- Kh=Capital humano; e
- Ks= Capital social.

O nível de capital social dos grupos foi medido através de um índice com o uso dos indicadores que medem o capital social estrutural e cognitivo e do indicador de acção voluntária.

Para a realização da pesquisa foram utilizados dados primários colectados por meio de aplicação do questionário/inquérito adaptado do Banco Mundial.

Para a quantificação das respostas, foi obtido o índice de capital social (ICS) das famílias da comunidade de Cutelinho, com base na seguinte fórmula:

$$ICS = \frac{1}{n} \sum_{j=1}^n \left[\frac{\sum_{i=1}^m E_{ij}}{\sum_{i=1}^m E_{\max i}} \right] \quad (2)$$

Em que:

- ICS= índice de capital social;
- E_{ij} = escore do i - ésimo indicador, alcançado pelo j – ésimo membro da comunidade;
- $Emáxi$ = escore máximo atingível pelo indicador i ;
- $i= 1, \dots, m$ número de indicadores;
- $j=1, \dots, n$ número de membros da comunidade; e

Colocando o índice, foi obtido a constituição de cada indicador no ICS, dada por:

$$Ci = \frac{\sum_{i=1}^n E_{ij}}{n \left(\sum_{i=1}^m Emáxi \right)} \quad (3)$$

Em que **Ci** é a contribuição do indicador **i** na formação **ICS**. O indicador, nada mais é do que um parâmetro (ou variável) relacionado ao capital social inserido no questionário, ou seja, uma pergunta onde o entrevistado poderá responder **sempre, às vezes ou não**.

Os questionários, foram aplicados na comunidade de Cutelinho, de forma aleatória, de acordo com os critérios utilizados nas entrevistas e nas observações participantes.

Depois de seleccionadas e quantificadas as variáveis representativas de cada indicador, foi calculado o índice que mede o capital social na comunidade em estudo. Esse índice, que varia de zero a dois, permitiu identificar a participação relativa de cada variável na sua composição final.

Para concluir o índice, foi necessário estabelecer um valor para a resposta dada pelo inquirido às perguntas. Pois, em qualquer pergunta, o inquerido respondeu “sempre”, “às vezes” e “não”. Com a resposta, foi estabelecido qual o valor de cada alternativa para construir o índice. Sendo assim, utilizou-se a seguinte classificação das respostas: zero para “não”; um para “às vezes”; e dois para “sempre”.

Apesar de subjectiva, essa classificação seguiu-se a lógica de atribuir valores maiores para respostas positivas e nenhum valor para respostas negativas.

Para tratamento dos dados obtidos dos questionários, utilizou-se o programa estatístico SPSS versão 13.

Da análise dos dados dos questionários aplicados à 87 membros da referida comunidade dos 15 aos 64 anos de idade.

De acordo com a Tabela nº2, das 87 pessoas inquiridas, 25 pessoas, correspondentes a 28,7% do total apresentaram um baixo índice de capital social, 45 pessoas (51,7% dos inquiridos) com um nível médio de capital social e em apenas 19,5% dos mesmos esse índice é elevado.

Tabela nº2 – Nível de capital social na comunidade piscatória de Cutelinho

Capital social	Frequência	Percentagem	Percentagem acumulada
Baixo	25	28,70	28,70
Medio	45	51,70	80,50
Alto	17	19,50	100,00
Total	87	100,00	

Fonte: Elaboração própria (2007)

A tabela nº 3 mostra a influência da habilitação literária no índice de capital social.

Tabela nº3 – Influência da habilitação literária no índice de capital social

Habilitação	Índice de Capital Social			Total
	Baixo	Médio	Alto	
Não respondeu	7	6	0	13
Não frequentou a escola	7	11	3	21
EBI incompleto	5	13	4	22
EBI completo	4	5	4	13
1º Ciclo do Ensino Secundário	0	2	2	4
2º Ciclo do Ensino Secundário	2	8	4	14
Total	25	45	17	87

Fonte: Elaboração própria (2007)

Da análise da Tabela nº3,conclui-se que o índice do capital social varia na razão directa à da habilitação literária. Apenas 14% dos inquiridos com menor habilitação literária apresentam

alto índice de capital social, enquanto os de maior habilitação literária tem esse índice mais elevado. Pois, à medida que aumenta a habilitação literária dos inquiridos, EBI completo, 1º Ciclo do Ensino Secundário e 2º Ciclo do Ensino Secundário, o índice de capital social aumenta. Estes resultados, indicam evidências de que a educação é uma variável importante para aumentar o estoque de Capital Social na comunidade.

De acordo com os resultados apresentados da Tabela nº4, nota-se que, de uma forma geral, na comunidade piscatória de Cutelinho, o Índice de Capital Social é de 0,49, o que é muito baixo e, sendo assim, dificulta o desenvolvimento da mesma.

Tabela nº4-Participação relativa de cada variável na composição do índice de capital social

Questionário	Participação relativa na formação do índice de capital	Valor (%)
Q1	0,019	3,82
Q2	0,018	3,72
Q3	0,024	4,84
Q4	0,023	4,69
Q5	0,024	5,00
Q6	0,018	3,67
Q7	0,014	2,96
Q8	0,030	6,12
Q9	0,024	4,95
Q10	0,020	4,08
Q11	0,025	5,20
Q12	0,008	1,58
Q13	0,014	2,80
Q14	0,034	7,04
Q15	0,027	5,51
Q16	0,020	4,18
Q17	0,017	3,47
Q18	0,016	3,31
Q19	0,006	1,22
Q20	0,028	5,81
Q21	0,026	5,41
Q22	0,018	3,77
Q23	0,033	6,83
Total	0,490	100%

Fonte: Elaboração própria (2007)

As variáveis que têm maior peso na formação do capital social são, por ordem decrescente, diálogo entre as pessoas da comunidade (Q14); o grau de aceitação das pessoas das outras comunidades (Q23); ajuda à pessoa que tiver acidente (Q8); sentir-se a vontade para falar sobre um determinado assunto mesmo que os outros discordem (Q20); visita aos vizinhos (Q15); fazer as pazes, em caso de desavenças com os vizinhos (Q21); e pedir ajuda para cuidar de criança caso precisar de viajar (Q11).

É de realçar que a participação em eventos (Q12), ser membro activo da organização da comunidade (Q13) e tomar parte nos projectos da comunidade (Q19) são os três indicadores mais críticos e que condicionam o aumento do estoque de capital social na comunidade piscatória de Cutelinho, o que dificulta o desenvolvimento dessa comunidade.

Esse resultado é preocupante uma vez que indica uma certa fraqueza nos indicadores tão importantes na composição do capital social, que são a sociabilização e a participação das pessoas na resolução dos problemas da comunidade e, sendo assim, no seu processo de desenvolvimento. Mas, pode-se melhorar esses indicadores, inclusive a inclusão e a sociabilidade, na medida em que a variável falar com as pessoas da comunidade (Q14) tem, no conjunto das variáveis, o maior peso na composição do índice de capital social, demonstrando que há um bom relacionamento entre as pessoas dessa comunidade.

A informação ou o acesso à informação (Q16) é relativamente baixo, tendo uma participação de 4,18% na composição do ICS. Sendo um factor importante para a formação do capital social, traz preocupação pelo facto de que condiciona o fluxo de informação e formação de redes sociais de comunicação e, inclusive, limita a percepção de “cidadania” e pouca valorização da virtude cívica.

A percepção subjectiva de confiança é fraca, na medida em que, a segurança na comunidade (Q6) e a confiança nas pessoas da comunidade (Q7) tem um peso muito baixo na composição do ICS. Sendo assim, constitui um entrave ao desenvolvimento, uma vez que a confiança é indispensável para a mobilização de recursos, a implementação de projectos e a resolução dos problemas da comunidade.

Sendo que a confiança apresenta défice no estoque de capital social e levando em consideração a quebra na reciprocidade, necessita-se de maior intervenção de governos e ONGs que trabalham na comunidade, de forma a eliminar ou a diminuir esse círculo vicioso que dificulta a reciprocidade.

Os resultados indicam que a disponibilidade de ajudar o outro (Q4) e (Q8) e a disponibilidade de ajuda do vizinho (Q9) e (Q11) têm um peso razoável na formação do ICS, mas precisam-se de ser melhoradas para que se reforce a presença de redes de conexão e de solidariedade, visto que são aspectos relevantes para melhorar o estoque de capital social nas comunidades piscatórias.

A ajuda voluntária ao grupo da comunidade (Q5), ser membro activo da organização da comunidade (Q13) e participação nas acções comunitárias (18), apresentam valores relativamente baixos, o que demonstra uma fraca cooperação voluntária que promova acções que objectiva a produção de benefícios mútuos. Pois, a confiança é importante para o reforço da cooperação voluntária, o que é muito baixo nessa comunidade, na medida em que a mesma é de 2,96%.

5.3. Síntese e comentários das entrevistas dirigidas aos sujeitos de pesquisa

Foram aplicados 10 (dez) entrevistas aos informantes-chaves que trabalham directamente com a comunidade piscatória de Cutelinho, nomeadamente o Responsável e Técnico do Instituto Nacional das Pescas no Concelho de Santa Cruz, o Presidente do Clube Desportivo “Scorpion Vermelho” da comunidade piscatória de Cutelinho, o Presidente-Substituto da Câmara Municipal de Santa Cruz, os Delegados dos Ministérios da Saúde e da Educação e Ensino Superior no Concelho de Santa Cruz, o Presidente do Concelho Local da Cruz Vermelha, o Coordenador do Centro da Iniciativa Juvenil “Katchás”, a Responsável da Bornefonden da Zona Centro do Concelho de Santa Cruz, o Presidente da Cooperativa de Pesca “Robom Baleia” e o Responsável do Centro Técnico e Social dos Pescadores e Presidente da MORA-POLAR – Associação de Pescadores e Peixeiras de Pedra Badejo.

As entrevistas foram feitas tendo em consideração os indicadores utilizados nas observações participantes e no questionário. Da análise das entrevistas, chegou-se a seguinte conclusão:

- No que diz respeito a participação das pessoas da comunidade de Cutelinho em associações, a maioria dos entrevistados considera que é razoável ou fraca e os restantes entrevistados avaliam que a mesma não corresponde ao nível desejado, não se verifica uma participação activa e efectiva ou é muito fraca. Para os entrevistados, isso deve-se ao baixo nível de escolaridade, a falta de informação, formação, sensibilização incentivo, a pouca confiança nos dirigentes dos grupos e a estratégia utilizada para envolver as pessoas nas associações e nos projectos comunitários.
- Segundo os entrevistados, o grau de confiança entre as pessoas da comunidade piscatória de Cutelinho é, de uma forma geral, fraco, sobretudo a nível financeiro, o que se deve, sobretudo, ao baixo nível de escolaridade, sobretudo dos pescadores e das peixeiras.
- De acordo com os entrevistados, o baixo nível de confiança dificulta a mobilização de recursos e a implementação de projectos com benefícios mútuos para os membros da comunidade.
- Em casos de necessidades, as pessoas da comunidade de Cutelinho ajudam entre si, quando as mesmas não exigem grandes compromissos e, geralmente, esperam a retribuição. Essas ajudas, verifica-se, com maior frequência, no seio dos pescadores e das peixeiras. Apontam o individualismo e o egoísmo como sendo as principais razões que dificultam uma ajuda mais efectiva entre as pessoas dessa comunidade. Sendo assim, é necessário melhorá-las para a resolução ou, pelo menos, a minimização dos problemas da comunidade.
- A maioria dos entrevistados considera que a participação das pessoas da comunidade de Cutelinho em actividades recreativas é razoável. Pois, essa participação é maior em termos de assistências das pessoas nessas actividades e, sendo assim, é necessário um envolvimento e uma participação mais efectiva na organização e realização das mesmas.
- Os entrevistados, na sua maioria, considera que as pessoas da comunidade de Cutelinho participam em acções voluntárias só que a mesma é fraca ou muito fraca,

devido sobretudo, ao baixo nível de escolaridade, a falta de sensibilização, informação, formação em voluntariado e mobilização social.

CONCLUSÃO

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A discussão sobre capital social tem chamado atenção para a importância da cooperação, da confiança, da solidariedade, da participação e das acções voluntárias entre as pessoas como condições indispensáveis para o desenvolvimento dos países, das regiões e das comunidades.

Com esta investigação, conclui-se que o capital social é um instrumento que opera solidariamente e reflecte uma maneira integrada de agir e de interagir que tem na confiança e na cooperação as moedas da boa sociedade e, isso, passa necessariamente pela educação.

As duas grandes funções que a instituição educativa, em Cabo Verde e, em particular, no Concelho de Santa Cruz e nas comunidades piscatórias, deveria desenvolver para a construção das identidades e dos projectos pessoais e comunitários são:

- desenvolver a personalidade do sujeito, o que passaria por desenvolver ao máximo as capacidades dos alunos, dotá-los de instrumentos e recursos necessários para assumirem um comportamento autónomo e responsável e serem capazes de enfrentar os problemas com flexibilidade e espírito inovador; e
- estabelecer os parâmetros de relação entre o sujeito e os outros, o que passaria pela aprendizagem de valores, normas e regras de conduta inerentes à inserção dos alunos numa cultura ou modo de pensar e agir de âmbito mais vasto, mas também pela apropriação de capacidades expressivas e comunicativas próprias dos processos que sustentam as relações interpessoais e sociais.

Pois, não é possível pensar as funções e os métodos da educação nas sociedades contemporâneas sem pô-los em relação com a cidadania democrática.

É de realçar que a educação para a cidadania há-de ser a educação para a complexidade e abertura.

A noção de deveres ou responsabilidades é-lhe, entretanto, inerente, no sentido em que um conjunto vasto de direitos implica a partilha de um compromisso comum.

A construção gradual e sustentada de um ambiente organizacional e de uma rede de práticas democraticamente orientadas-referidas aos valores da inclusão social, da participação e co-decisão, do respeito recíproco, da garantia dos direitos, da abertura à diferença, da justiça e da equidade, da solidariedade entre as pessoas e os grupos, entre outros, e pondo em acção processos democráticos de escuta, expressão, negociação, resolução de conflitos, partilha de objectivos comuns, descentralização de poderes e responsabilidades, envolvimento colectivo—constitui, não apenas uma oportunidade, mas uma cada vez maior urgência de revalorização da escola e do trabalho escolar, no contexto das sociedades contemporâneas.

O capital social se for bem definido e valorizado, pode-se constituir num instrumento conceptual e prático para a consolidação de políticas comunitárias, para o desenvolvimento sustentável e para a revitalização da sociedade civil e da democracia e é um instrumento que opera solidariamente. Reflecte uma maneira integrada de agir e de interagir que tem na confiança e na cooperação as moedas da boa sociedade.

No presente trabalho de investigação, foi analisado o nível de educação e de capital social na comunidade piscatória de Cutelinho situada na Vila de Pedra Badejo, Concelho de Santa Cruz e conclui-se que o mesmo é baixo, sobretudo devido ao baixo nível de escolaridade, a falta de sensibilização, informação e formação cívica das pessoas, o que dificulta grandemente a resolução dos problemas da comunidade e, conseqüentemente, o desenvolvimento sustentável da mesma.

Numa sociedade cuja cultura política valoriza a confiança interpessoal é mais propícia a produzir o bem comum e a prosperar. A cooperação voluntária, por sua vez só é possível em sociedades que convivem com regras de reciprocidade e com sistemas de participação, o que passa, necessariamente pela educação.

Na comunidade piscatória de Cutelinho, para que se possa melhorar a satisfação das necessidades básicas da população, no que diz respeito a educação, alimentação, saúde, entre outras, precisa de ser melhorada a solidariedade, a confiança e a sociabilidade entre as pessoas

da, entre estas e as das outras comunidades e a participação das mesmas em associações de desenvolvimento, nas actividades e nos projectos comunitários.

Para que se concretize esses objectivos, recomenda-se:

- adopção de políticas que possam aumentar o nível de educação e do estoque de capital social comunitário propiciando o surgimento de iniciativas colectivas baseadas na cooperação e confiança;
- o desenvolvimento de acções de empowerment das pessoas visando o aumento de seu capital social e de uma participação autónoma no processo de tomada de decisões;
- a redução das desigualdades sociais cuja natureza ou amplitude impediria, precisamente, a satisfação dos direitos e a possibilidade da participação;
- a criação de mecanismos de coordenação intersectorial dos programas e projectos direccionados à comunidade;
- o desenvolvimento de acções de reforço das competências técnicas e sociais aos membros da comunidade;
- o desenvolvimento de acções de reforço do empreendedorismo na comunidade piscatória de Cutelinho, permitindo assim uma inserção activa no mercado de trabalho;
- a definição e implementação de políticas activas de emprego direccionadas e focalizadas aos membros da comunidade piscatória com maiores dificuldades de inserção no mercado de trabalho; e
- a promoção do associativismo e voluntariado direccionado ao reforço organizacional das pessoas e a busca de uma maior participação cidadã nos processos de tomada de decisão.

LIMITAÇÕES DO ESTUDO

O estudo permitiu traçar um perfil sobre o nível de educação e de capital social e a sua relação com o desenvolvimento sustentável da comunidade piscatória de Cutelinho.

Uma investigação desta natureza, pode apresentar várias limitações, nomeadamente:

- o questionário pode, eventualmente, ter omitido aspectos relativos ao estoque do capital social; e
- a escolha das variáveis que obedeceu a alguns critérios que partiram de referência de outros estudos similares, da adequação das mesmas à realidade sócio-económica de Cabo Verde e da eleição de outras que se julgou pertinentes para os objectivos que se pretendiam alcançar.

Pois, são alguns dos factores que podem, em certa medida, condicionar os resultados do estudo, sem, contudo, colocar em causa os objectivos previamente formulados e as metas que se pretendia, com este trabalho de investigação.

SUGESTÕES PARA FUTUROS TRABALHOS DE INVESTIAÇÃO

Os resultados da investigação permitiram fazer um retrato geral sobre o nível de educação e de capital social e a sua relação com o desenvolvimento sustentável da comunidade piscatória de Cutelinho.

O potencial de investigações na área não se esgota com os resultados do presente estudo.

Assim, recomenda-se que outros estudos similares sejam realizados abrangendo as outras comunidades piscatórias em Cabo Verde, de forma a se poder estabelecer comparações entre essas realidades socio-económicas.

PLANO DE ACÇÃO

Para que se possa implementar as recomendações do estudo e contribuir para o desenvolvimento sustentável da comunidade piscatória de Cutelinho e a prossecução dos Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento (OMD), elaborou-se o presente plano indicativo de acção que será implementado, a partir de Outubro de 2007, por um período de dois anos.

- **Objectivo geral**

Este plano de acção tem por objectivo geral contribuir para a melhoria do nível da educação, do capital social e do desenvolvimento sustentável da comunidade piscatória de Cutelino.

- **Objectivos específicos**

Constituem, entre outros, os objectivos específicos do presente plano de acção, os seguintes:

1. Desenvolver acções de reforço das competências técnicas sociais aos membros da comunidade;
2. Desenvolver acções de reforço do empreendedorismo na comunidade, permitindo assim, uma inserção activa das pessoas no mercado de trabalho;
3. Contribuir para a melhoria da saúde das pessoas;
4. Promover e desenvolver as actividades desportivas;
5. Contribuir para a investigação, promoção e divulgação da cultura.
6. Desenvolver acções de empowerment das pessoas visando o aumento de seu capital social e da participação autónoma no processo de tomada de decisões;
7. Contribuir para a preservação do meio ambiente, particularmente na comunidade piscatória de Cutelinho.

8.Promover o associativismo e o voluntariado direccionados ao reforço organizacional das pessoas e a busca de uma maior participação cidadã nos processos de tomada de decisão.

- **Eixos estratégicos**

O plano de acção está estruturado com base nos seguintes eixos estratégicos:

Eixo estratégico 1 – Educação e Formação centradas na aquisição de competências e valores.

Eixo estratégico 2 – Emprego e empreendedorismo.

Eixo estratégico 3 – Saúde, Desporto e Cultura.

Eixo estratégico 4 – Participação Política e Cultura de Paz.

Eixo estratégico 5 – Associativismo e Voluntariado.

Eixo estratégico 6 – Ambiente

- **Resultados esperados**

Com este plano de acção visa, em função dos eixos estratégicos definidos e dos objectivos preconizados, alcançar, entre outros, os seguintes resultados:

Resultado 1: Aumentadas a capacitação técnica, a formação profissional e de gestão, realizadas em articulação com os diversos parceiros e intervenientes.

Resultado 2: Aumentado e melhorado o nível da educação, em especial a educação ambiental e para os valores éticos.

Resultado 3: Capacitadas as pessoas em empreendedorismo.

Resultado 4: Mobilizados os recursos e criadas as empresas.

Resultado 5: Feitas a educação e comunicação para a mudança de comportamentos no domínio da saúde, em articulação com a Delegacia de Saúde de Santa Cruz e outros parceiros e intervenientes.

Resultado 6: Contribuído para a promoção e o desenvolvimento dos desportos.

Resultado 7: Contribuído para a promoção do associativismo e dinamização de iniciativas culturais.

Resultado 8: Definidos e implementados os dispositivos de participação cívica e política.

Resultado 9: Concebidos e implementados os programas de educação para a paz e tolerância.

Resultado 10: Promovidas e capacitadas as associações e organizações da comunidade.

Resultado 11: Contribuído para a preservação do ambiente.

Resultado 12: Criadas as condições para uma maior implicação dos parceiros de desenvolvimento.

- **Acções estratégicas**

Tendo em consideração o horizonte de implementação do plano de acção serão desenvolvidas, entre outras, as seguintes acções estratégicas:

Para o Resultado 1: Aumentadas a capacitação técnica, a formação profissional e de gestão, realizadas em articulação com os diversos parceiros e intervenientes.

- Identificar as áreas privilegiadas de formação técnica e profissional destinadas aos membros da comunidade.

Para o Resultado 2: Aumentado e melhorado o nível da educação, em especial a educação ambiental e para os valores éticos.

- Definir um plano priorizando as acções de educação, em especial a educação ambiental e para valores éticos, em articulação com os outros parceiros e intervenientes.

Para o Resultado 3: Capacitadas as pessoas em empreendedorismo.

- Reforçar acções de formação e capacitação no domínio da gestão de micro e pequenas empresas.
- Definir e implementar acções de formação e capacitação em empreendedorismo.

Para o resultado 4: Mobilizados os recursos e criadas as empresas.

- Mobilizar recursos para a criação de empresas.
- Procurar linhas de financiamento para empresas com bonificação das taxas de juro.
- Implementar serviços de assistência técnica, nomeadamente na realização de estudos de viabilidade económica, elaboração de projectos, montagem do sistema de contabilidade e na prospecção de mercados.

Para o resultado 5: Feitas a educação e comunicação para a mudança de comportamentos no domínio da saúde, em articulação com a Delegacia de Saúde de Santa Cruz e outros parceiros e intervenientes

- Definir um plano/estratégia integrado de comunicação para o impacto sobre os comportamentos centrados, sobretudo, na camada juvenil, favorecendo comportamentos socialmente considerados adequados.
- Desenvolver acções de informação e formação de pares.
- Desenvolver acções junto às medias para a promoção de debates sobre a saúde.

Para o resultado 6: Contribuído para a promoção e o desenvolvimento dos desportos.

- Criar os programas de iniciação desportiva.
- Incentivar a prática desportiva feminina.
- Desenvolver actividades de sensibilização para utilização das infra-estruturas desportivas.
- Dinamizar acções de formação no domínio da gestão desportiva;

Para o resultado 7: Contribuído para a promoção do associativismo e dinamização de iniciativas culturais.

- Dinamizar grupos culturais existentes.
- Promover a investigação cultural tradicional.
- Definir acções de capacitação dos grupos culturais.
- Realizar concursos culturais, designadamente no domínio do teatro, música, dança e artes plásticas.

Para o resultado 8: Definidos e implementados os dispositivos de participação cívica e política.

- Definir acções no domínio da educação cívica em articulação com as instituições, associações e organizações.
- Promover acções de promoção de solidariedade social para com grupos sociais desfavorecidos.
- Promover a participação das pessoas em actividades comunitárias.
- Incentivar a cooperação com organizações públicas e privadas de solidariedade social.
- Incentivar parcerias para a promoção do voluntariado.
- Realizar acções de educação política e cidadã.
- Organizar e realizar encontros/debates e palestras sobre os principais temas políticos.

Para o resultado 9: Concebidos e implementados os programas de educação para a paz e tolerância.

- Definir acções no domínio dos direitos humanos em articulação com instituições e organizações sedeadas no Concelho de Santa Cruz e o Plano Nacional de Direitos Humanos.
- Desenvolver encontros/debates, palestras, intercâmbios sobre a tolerância.

Para o resultado 10: Promovidas e capacitadas as associações e organizações da comunidade.

- Criar novos grupos e associações na comunidade.
- Incentivar acções de intercâmbio e troca de experiências com outras organizações e associações comunitárias.
- Reforçar acções que visam a legalização das associações e organizações da comunidade.
- Definir um programa de capacitação técnica e organizacional para as associações organizações da comunidade.

Para o resultado 11: Contribuído para a preservação do ambiente.

- Promover e realizar acções de formação sobre educação ambiental.
- Realizar encontros/debates, palestras e campanhas de informação e de sensibilização sobre o ambiente.
- Promover e realizar acções que contribuam para a preservação do ambiente.

Para o resultado 12: Criadas as condições para uma maior implicação dos parceiros de desenvolvimento.

- Criar as condições para uma maior implicação dos parceiros de desenvolvimento.

- **Financiamento do plano de acção**

Para que o plano seja implementado e alcançados os objectivos traçados, a parceria e a participação comunitária são fundamentais, pois a sustentabilidade é alcançada quando o

processo de desenvolvimento pertence à própria comunidade local e é gerido por ela, não dependendo, sempre, de ajuda externa

A orçamentação dos custos de implementação do plano acção para o desenvolvimento sustentável da comunidade piscatória de Cutelinho, será feito e implementado em função de resultados e actividades em concreto e da articulação com os demais parceiros e intervenientes programas e projectos em curso ou previstos e que tenham a essa comunidade como grupo-alvo privilegiado.

A mobilização de recursos exigirá um esforço constante de vários actores sociais, tais como o Estado, o Poder Local, as ONGs e as Associações da comunidade em geral.

As actividades de *plaidoyer* vão ser desenvolvidas para, por um lado, para permitir uma melhor e mais adequada orçamentação e, por outro, associar os diversos parceiros na criação de condições financeiras para a implementação deste plano de acção.

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, Luís e MADEIRA SANTOS, Maria Emília (1991), *História Geral de Cabo Verde*, 1º Volume, Coimbra, Centro de Estudos de História e cartografia Antiga, Instituto de Investigação Científica Tropical e Direcção – Geral do Património Cultural de Cabo Verde Ed.

ANDER-EGG, E (1980), *Metodologia y Práctica del Desarrollo de la Comunidad*, Tarragona, Unieurop (10ª ed.).

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS DE CABO VERDE-ANMCV (2003), *Colectânea de Legislação Municipal Cabo – Verdiana*, 1ª Edição, Cabo Verde.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS DE CABO VERDE -ANMCV (2006), 2º *Relatório Municipal dos Progressos Realizados para Atingir os Objectivos do Desenvolvimento do Milénio*, Cabo Verde.

ARÉNILLA, Louis et. al. (2000), *Dicionário de Pedagogia*, trad. de Maria Teresa Serpa, Lisboa, Instituto Piaget Ed.

BARTOLOMÉ PINA, Margarita (Coord.) (2002), *Identidad y Ciudadanía, un Reto a la Educación Intercultural*, Narcea, S.A. Ed., pág. 98, 99.

BEILLEROT, Jacky (1985), *A Sociedade Pedagógica*, Rés – Ed. L. da.

BELL, Judith (1993), *Como Realizar um Projecto de Investigação*, Gradiva – Publicações Ed. L.da

BERTRAND, Yves e VALOIS, Paulo (1994), *Paradigmas Educacionais, Escola e Sociedade*, Agence d' Arc Ed.

CABALLO VILLAR, Maria Belén (2001), *A Cidade Educadora, Nova Perspectiva de Organização e Intervenção Municipal*, trad. de Daniel Couto, Lisboa, Instituto Piaget Ed.

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ – CMSC (1995), *Revista Santa Cruz*, nº0, José Tavares Gomes Ed., p.5 -7.

GABINETE MUNICÍPAL DO DESENVOLVIMENTO LOCAL – GMDL (2005), *Diagnóstico Sócio – Económico do Concelho de Santa Cruz*, Santa Cruz, Câmara Municipal de Santa Cruz Ed.

CARIDE, José António (2005), *Las Fronteras de la Pedagogía Social, Perspectivas Científica e Histórica*, Barcelona, Espanha, Gedisa Ed. S.A.

CARIDE, José António e GRADILLE, Rita (2006), *Compilação da Matéria sobre Educación no Desenvolvimento Comunitário, Perspectivas Pedagógico – Sociais da Sustentabilidade*, Faculdade de Ciencias da Educación da Universidade de Santiago de Compostela.

CARMO, H. (1995), *Educação para o Desenvolvimento, um Imperativo Estratégico*, in Poder e Sociedade, Lisboa, Universidade Aberta.

CAVALCANTI, C.(1995), *Desenvolvimento e Natureza, Estudos para uma Sociedade Sustentável*, São Paulo, Cortez Ed., 429 p.

COLEMAN, James (1990), *Foundations of Social theory*, Cambridge, Massachusetz: Harvard University Press.

CORREIA, António (2000), *Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460 - 1878)*, 3ª ed., IPC Ed.

DELEGAÇÃO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E ENSINO SUPERIOR DO CONCELHO DE SANTA CRUZ-DMEES-CSC (2007), *Relatório de Actividades*, Santa Cruz.

DELEGAÇÃO DO MINISTÉRIO DE SAÚDE DO CONCELHO DE SANTA CRUZ- DMS –CSC (2006), *Relatório de Actividades*, Santa Cruz.

DELORS, Jacques (Org.) (2005), *a Educação para o Século XXI, Questões e Perspectivas*, trad. de Fátima Murad, Porto Alegre, Brasil, Artmed Ed., S.A.

ECHAUDEMAISON, C.D (Coord.) (2001), *Dicionário de Economia e Ciências Sociais*, 2ª ed., tad. De irne Queirós e Maria Juventina Sousa, Potugal, Porto Ed.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION – FAO (1997), *A investigação haliêutica em Cabo Verde*, Rome.

FUKUYAMA, Francis (1992), *Trust–The Social Virtues of the Creation of Prosperity* New York, Free Press, Baer, p. 267.

_____ (1995), *Trust– The Social Values and the Creation of Prosperity*, New York, Free Press, Baer.

GABINETE DO AMBIENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ-GACMSC (2006), *Relatório de Actividades*, Santa Cruz.

GIL, António Carlos (1991), *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*, 3ª Ed., São Paulo, Atlas Ed.

_____ (1999), *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*, 5ª ed., São Paulo, Atlas Ed.

GROOTAERT, C. *et. al.*(2003), *Questionário Integrado Para Medir Capital Social*, Banco Mundial.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA -INE (2000), *Recenseamento Geral da População e Habitação*, Cabo Verde.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – INE (2001-2002), *Inquérito Demográfico sobre as Despesas e Receitas Familiares*, Cabo Verde.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA -INE (2002), *Carta da Pobreza de Cabo Verde*, Cabo Verde.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – INE (2006), *2º Inquérito Demográfico sobre a Saúde Reprodutiva*, Cabo Verde.

LAMAS, E.P.R et alii, (2000), *Contributos para uma Metodologia Mais Cuidada*, Lisboa, Instituto Piaget Ed.

LIN, Nan (1999), *Building a Network Theory of Social Capital. Connections*, Vol. 22, Nº 1, pp. 29-51.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE AGRICULTURA E PESCA-MAAP E FOUND AGRICULTURE ORGANIZATION-FAO (2005), *Estratégia de Desenvolvimento para o Horizonte 2015*, Versão Simplificada, MAAP e FAO Ed. p.4.

MINISTÉRIO DA DESCENTRALIZAÇÃO HABITAÇÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO – MDHOT (2007), *Relatório do Encontro sobre o Orçamento Participativo*, Cidade da Praia, Cabo Verde.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DO PLANO -MFP (1997), *as Grandes Opções do Plano 1997 -2000*, Cabo Verde.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DO PLANO - MFP (2004), *Relatório dos Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento*, Cabo Verde.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DO PLANO – MFP (2002), *Grandes Opções do Plano 2002 -2005*, Cabo Verde.

MINSITÉRIO DAS FINANÇAS E DO PLANO – MFP (2004), *Documento Estratégico de Crescimento e Redução da Pobreza*, Cabo Verde.

MURGA MENOYO, M^a Ángeles (Coord.) (2006), *Desarrollo Local y Agenda 21, Una visión Social y Educativa*, S.A. Madrid, Pearson Educación Ed.

NAÇÕES UNIDAS -NU (2004), *Promotion du Voluntariat pour la Gestion Durable de l' Environnement au Cap Verd*, Praia.

NAÇÕES UNIDAS -NU (2005), *Relatório de Investimento no Desenvolvimento, um Plano Prático para Atingir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio*, Nova Iorque.

NARAYAN, Deepa (1999), *Bonds and Bridges, Social Capital And Poverty*, World Bank.([http:// www.worldbank.org](http://www.worldbank.org). consultado em 22 de Março de 2005).

PROGRMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO –PUD (1997), *Relatório de Luta Contra a Pobreza*, Cabo Verde.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD (2004), *Relatório Nacional Sobre o Desenvolvimento Humano em Cabo Verde*, Cabo Verde.

PROGRMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO-PNUD (2004), *Relatório Nacional sobre o Desenvolvimento Humano em Cabo Verde*, Cabo Verde, p.17.

PUTNAM, R.D (1993), *Making Democracy Work Civic Tradition in Modern Italy*. Princeton Univ., Press.

PUTNAM, R.D.(1996), *Comunidade e Democracia*, Rio de Janeiro,Fundação Getúlio Vargas Ed, 257p.

PUTNAM, R. D. (2000), *Comunidade e Democracia, a Experiência da Itália Moderna*. 2.ed. Rio de Janeiro, Fundação Getulio Vargas Ed..

SANTOS REGO, Miguel A. e LORENZO MODELO, Maria del Mar (2006), *Compilação da Matéria sobre Sociedade Civil, Educación e Cidadnía*. Faculdade de Ciencias da Educación da Universidade de Santiago de Compostela.

SANTOS REGO, Miguel Anxo (Ed.) (2006), *Estúdios sobre Flujos Migratórios em Perspectiva Educativa Y Cultural*, Espanha, Grupo Editorial Universitário.

SERVIÇO AUTÓNOMO DE ÁGUA E SANEAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ –SAASA-CMSC (2006), *Relatório de Actividades*, Santa Cruz.

UNITED FOUND FOR POPULATION AND AGRICULTURE -UNFPA (2005), *Situação da População Mundial, a Promessa de Igualdade: Equidade em Matéria de Género, Saúde Reprodutiva e Objectivos de Desenvolvimento do Milénio*, Nova Iorque

VARA COOMONTE, António (2006), *Compilação de Matéria sobre Investigações Histórico – Educativas, Teorias e Modelos*, Faculdade de Ciencias da Educación da Universidade de Santiago de Compostela.

VICENTE LOPES, José (2002), *Cabo Verde, os Bastadores da Independência*, 2ª ed. Cidade da Praia, Spleen. Ed.

APÊNDICES

APÊNDICE Nº1-GRELHA DE OBSERVAÇÃO E AVALIAÇÃO PARTICIPANTES

Grelha de Observação e Avaliação Participantes

Grelha de observação/avaliação participante do nível de capital social na comunidade Piscatória de Cutelinho para a elaboração do Trabalho de Investigação Tutelado (TIT), no âmbito do programa de Doutoramento em Educação e Desenvolvimento Humano entre a Universidade Santiago de Compostela e a Universidade Jean Paiget de Cabo Verde.

Simão Paulo Rodrigues Varela

Cabo Verde, Fevereiro de 2007

I- Dados de Identificação

1. Lugar de Observação _____

2. Pessoas observadas _____

3. Situação/Ambiente _____

4. Data / /

II – Apresentação de grelha de observação participante

Pretende-se com a observação participante ter uma imagem geral sobre o nível de capital social das pessoas da comunidade piscatória de Cutelinho, através dos seguintes indicadores: de:

1-Participação em associações e projectos comunitários

São consideradas variáveis relacionadas com a participação da comunidade ou membro

da família em associações de desenvolvimento da comunidade piscatória de Cutelinho ou nas actividades de outras associações e nos projectos que podem contribuir para o desenvolvimento dessa comunidade.

2 -Percepções subjectivas de confiança

Para quantificar esse indicador são utilizadas variáveis relacionadas com o grau de confiança entre os membros da comunidade piscatória de Cutelinho;

3.Presença de redes de conexão e de solidariedade

Utilizou-se variáveis para captar a frequência em que os membros da comunidade se ajudam entre si em casos de necessidades.

4. Inclusão e sociabilidade para medir esse indicador, são utilizadas variáveis relacionadas à frequência em que as pessoas observadas conversam com os seus vizinhos e desenvolvem actividades recreativas;

5. Acção voluntária

Faz-se a avaliação através de variáveis que mede a frequência em que as pessoas observadas ou membro da sua família participa em tais actividades.

III – Sistema de pontuação

Considera-se três níveis de pontuação sendo para:

Nível 3 (superior à média) - se os indicadores forem bons.

Nível 2 (médio) – se os indicadores forem razoáveis.

Nível 1(inferior à média) – se os indicadores forem fracos.

A consideração de uma dada categoria como sendo de qualidade superior, média ou inferior é determinada pela média aritmética simples das pontuações obtidas nos diferentes itens, na escala de 1 à 3 pontos.

IV – Indicadores de análise das observações

Para a análise das observações, são levados em considerações as seguintes indicadoras:

1. A participação das pessoas nas associações é:

1- Fraca 2- Razoável 3 - Boa

2. O grau de confiança entre as pessoas é:

1- Fraca 2- Razoável 3 - Boa

3. Em casos de necessidades, a ajuda entre as pessoas é:

1- Fraca 2- Razoável 3 - Boa

4. A participação das pessoas em actividades sociais e recreativas é:

1- Fraca 2- Razoável 3 - Boa

5. A participação das pessoas em Acções voluntárias é:

1- Fraca 2- Razoável 3 - Boa

**APÊNDICE Nº2: GUIÃO DO QUESTIONÁRIO INTEGRADO SOBRE O CAPITAL
SOCIAL**

Guião do Questionário Integrado sobre Capital Social

Este questionário é parte integrante de um Trabalho de Investigação Tutelado, com o título, Educação e Capital Social para o Desenvolvimento Sustentável da Comunidade Piscatória em Cabo Verde, o caso da comunidade piscatória de Cutelinho, inserido no programa de Doutoramento em Educação e Desenvolvimento Humano, da Universidade Santiago de Compostela e da Universidade Jean Piaget de Cabo Verde.

O objectivo é, com base nos critérios previamente definidos, recolher a opinião, da amostra da população em estudo, sobre o nível do capital social da comunidade em estudo, e relacionar a educação e o capital social com o desenvolvimento sustentável da mesma.

Por isso, agradecemos que responda com sinceridade a todas as questões formuladas, tendo em consideração que todas as respostas serão utilizadas apenas para fins académicos, salvaguardando a confidencialidade das mesmas.

Em cada uma das perguntas que segue, circule a resposta que considere mais apropriada 0, 1 ou 2.

1. Sente – se valorizado(a) pela sua comunidade?

Não	As vezes	Sempre
0	1	2

2. Se tivesse que morrer amanhã, estaria satisfeito com o que fez durante a sua vida?

Não	As vezes	Sempre
0	1	2

3. Apanha o lixo colocado, por outras pessoas, em lugar público, na sua comunidade?

Não	As vezes	Sempre
0	1	2

4. Alguns dizem que, ajudando os outros, está a ajudar a si próprio. Você concorda?

Não	As vezes	Sempre
0	1	2

5. Ajuda o (s) grupo (s) da sua comunidade voluntariamente?

Não	As vezes	Sempre
0	1	2

6. Sente-se seguro, andar na sua comunidade, depois de anoitecer?

Não	As vezes	Sempre
0	1	2

7. Concorda que se pode confiar na maioria das pessoas da sua comunidade?

Não	As vezes	Sempre
0	1	2

8. Se uma pessoa qualquer tiver acidente, convidar-lhe -á a entrar na sua casa para lhe ajudar?

Não	As vezes	Sempre
0	1	2

9. Pode -se obter ajuda do vizinho, quando precisar?

Não	As vezes	Sempre
0	1	2

10. A sua comunidade pode ser considerada um lugar seguro?

Não	As vezes	Sempre
0	1	2

11. Se tivesse ao seu cuidado uma criança e precisasse sair, durante algum tempo, pediria ajuda à um vizinho?

Não	As vezes	Sempre
0	1	2

12. Assistiu algum evento realizado na sua comunidade, nos últimos 6(seis) meses, (intercâmbio, palestra, actividades culturais, ou outras)?

Não	As vezes	Sempre
0	1	2

13. Você é um membro activo da organização da sua comunidade, participando na realização das actividades?

Não	As vezes	Sempre
0	1	2

14. Fala com as pessoas da sua comunidade?

Não	As vezes	Sempre
0	1	2

15. Visita os seus vizinhos?

Não	As vezes	Sempre
0	1	2

16. Se precisar de informação para tomar uma decisão, você sabe onde encontrar a informação?

Não	As vezes	Sempre
0	1	2

17. Nos últimos seis meses, tem ajudado algum vizinho que esteve doente ou com problema?

Não	As vezes	Sempre
0	1	2

18. Participa nas acções comunitárias (campanhas de limpeza, de sensibilização, ou outras)?

Não	As vezes	Sempre
0	1	2

19. Toma parte nos projectos da sua comunidade?

Não	As vezes	Sempre
0	1	2

20. Se discordar com o que todas as outras pessoas concordam, sentir – se – ia a vontade para falar?

Não	As vezes	Sempre
0	1	2

21. Se tiver desavenças com os seus vizinhos, procura uma forma de fazer as pazes com eles?

Não	As vezes	Sempre
0	1	2

22. Gostaria de viver entre pessoas com a forma de pensar e de viver diferente da sua?

Não	As vezes	Sempre
0	1	2

23. As pessoas de outras comunidades são bem aceites na sua comunidade?

Não	As vezes	Sempre
0	1	2

Dados Pessoais

Em cada uma das perguntas que se segue, marque com uma cruz (×) a resposta mais apropriada ou escreva no espaço vazio.

24. Qual é o seu género? ☐ 1. feminino

☐ 2. masculino

25. Qual é sua idade?..... anos

26. Você está a viver em: ☐ 1. casa própria

☐ 2. casa alugada

☐ 3.outro,indique.....

27. À quanto tempo vive na sua comunidade?..... anos

28. Com quem você vive? ☐ 1. só

☐ 2. colegas

☐ 3. família

☐ 4. outro, indique.....

29. Qual a sua habilitação literária?.....

30. Você está a estudar? ☐ se sim, em que nível

☐ não

31. Tem alguma formação? ☐ Se sim, indique o nível e a área de formação.....

.....

☐ Não

32. Você está a fazer alguma formação?

☐ se sim, indique o nível e a área de formação.....

☐ Não

33. Já participou em alguns seminários ou palestras relacionados com a sua comunidade?

☐ Se sim, indique em que áreas.....

☐ Não

34. Qual a principal fonte do rendimento da sua família?

☐ 1. salário

☐ 2. pensão

☐ 3. Outro, indique.....

35. Qual o rendimento actual da sua família?

☐ 1. menos que 28.833 cve

☐ 2. igual à 28.833 cve

☐ 3. entre 28.833 cve e 43.250 cve

☐ 4. igual à 43.250 cve

☐ 5. superior à 43.250 cve

Muito obrigado pela sua colaboração!

Simão Paulo

APÊNDICE Nº3:GUIÃO DE ENTREVISTAS

Guião de entrevistas

Este guião de entrevista é parte integrante de um Trabalho de Investigação Tutelado, com o título, Educação e Capital Social para o Desenvolvimento Sustentável da Comunidade Piscatória em Cabo Verde, o caso da comunidade piscatória de Cutelinho, inserido no programa de Doutoramento em Educação e Desenvolvimento Humano, da Universidade Santiago de Compostela e da Universidade Jean Piaget de Cabo Verde.

O objectivo é, com base nos critérios previamente definidos, recolher a opinião, da amostra da população em estudo, sobre o nível do capital social dessa comunidade, e relacionar a educação, e o capital social com o desenvolvimento sustentável da mesma.

Por isso, agradecemos que responda com sinceridade a todas as questões formuladas, tendo em consideração que todas as respostas serão utilizadas apenas para fins académicos, salvaguardando a confidencialidade das mesmas.

1. Como avalia a participação das pessoas da comunidade de Cutelinho nas associações e projectos comunitários?
2. Qual é o grau de confiança entre as pessoas da comunidade de Cutelinho?
3. Em casos de necessidades, as pessoas da comunidade de Cutelinho ajudam entre si?
4. Que apreciação faz sobre a participação das pessoas da comunidade de Cutelinho em actividades recreativas?
5. Como avalia a participação das pessoas da comunidade de Cutelinho em Acções voluntárias?

Muito obrigado pela sua colaboração!

Simão Paulo

ANEXOS

**ANEXO Nº 1 – FOTOGRAFIAS DA COMUNIDADE PISCATÓRIA DE
CUTELINHO, DO CAIS DE PESCA DE PEDRA BADEJO E DAS
EMBARCAÇÕES DE PESCA**

Foto nº1 – Comunidade piscatória de Cutelinho, Vila de Pedra Badejo, Concelho de Santa Cruz



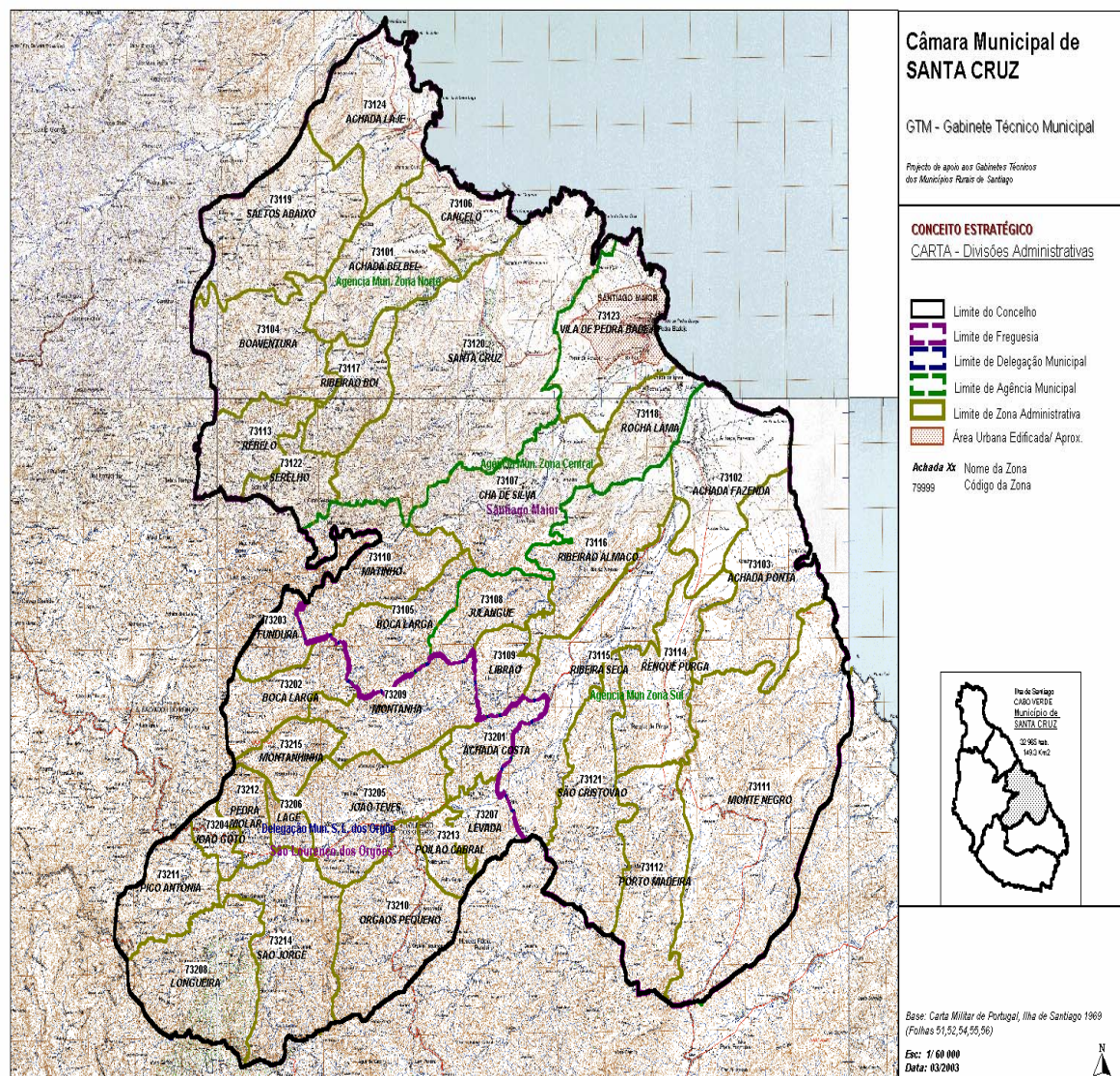
**Foto: Benvindo Tavares
Montagem: Eliseu Cardoso
Junho, 2007**

Foto nº 2 – Cais de Pedra Badejo e as embarcações de pesca



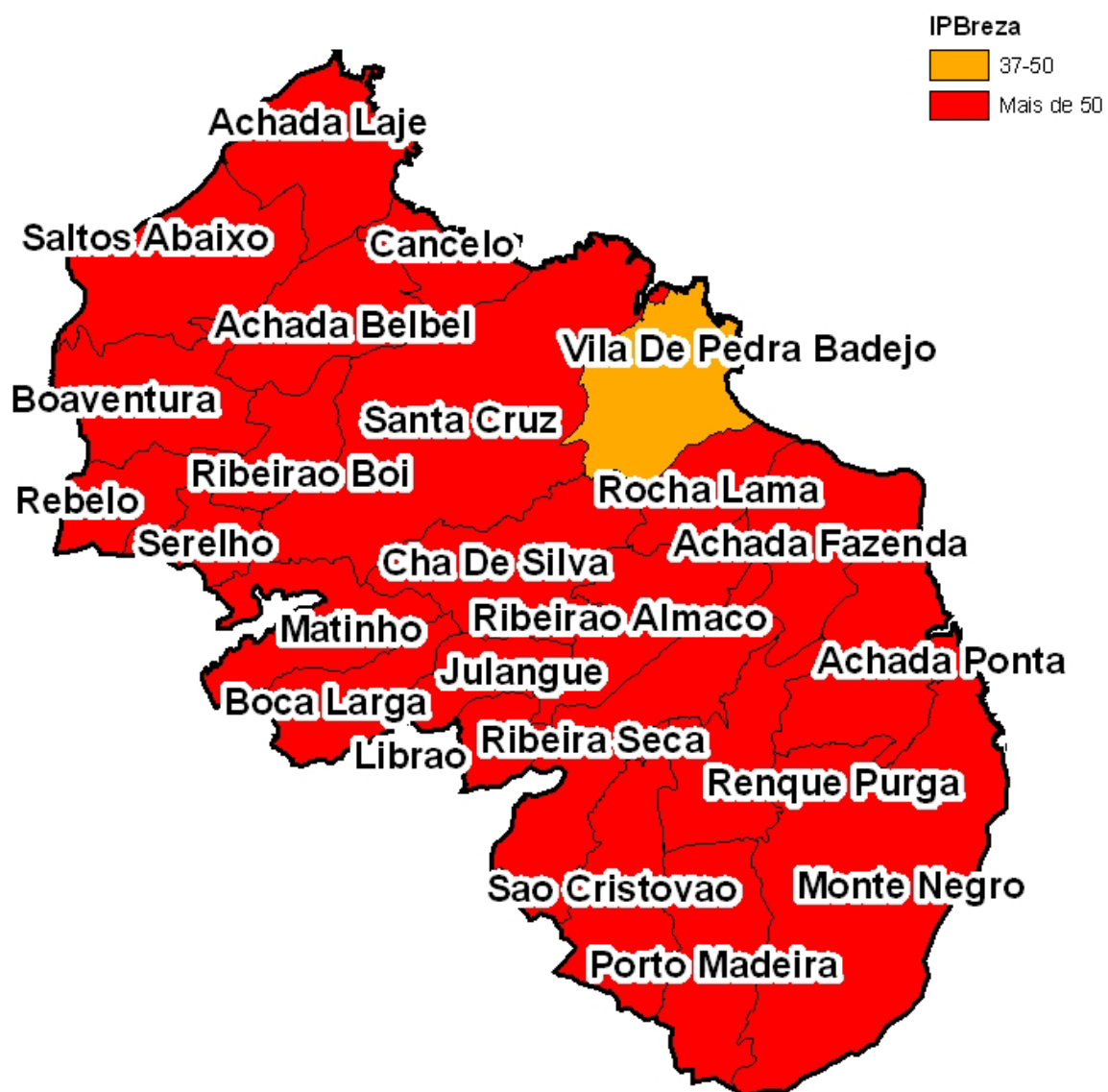
**ANEXO Nº2 – MAPAS DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA, INCIDÊNCIA E
PROFUNDIDADE DA POBREZA NO CONCELHO DE SANTA CRUZ**

Mapa nº1- Divisão administrativa do Concelho de Santa Cruz



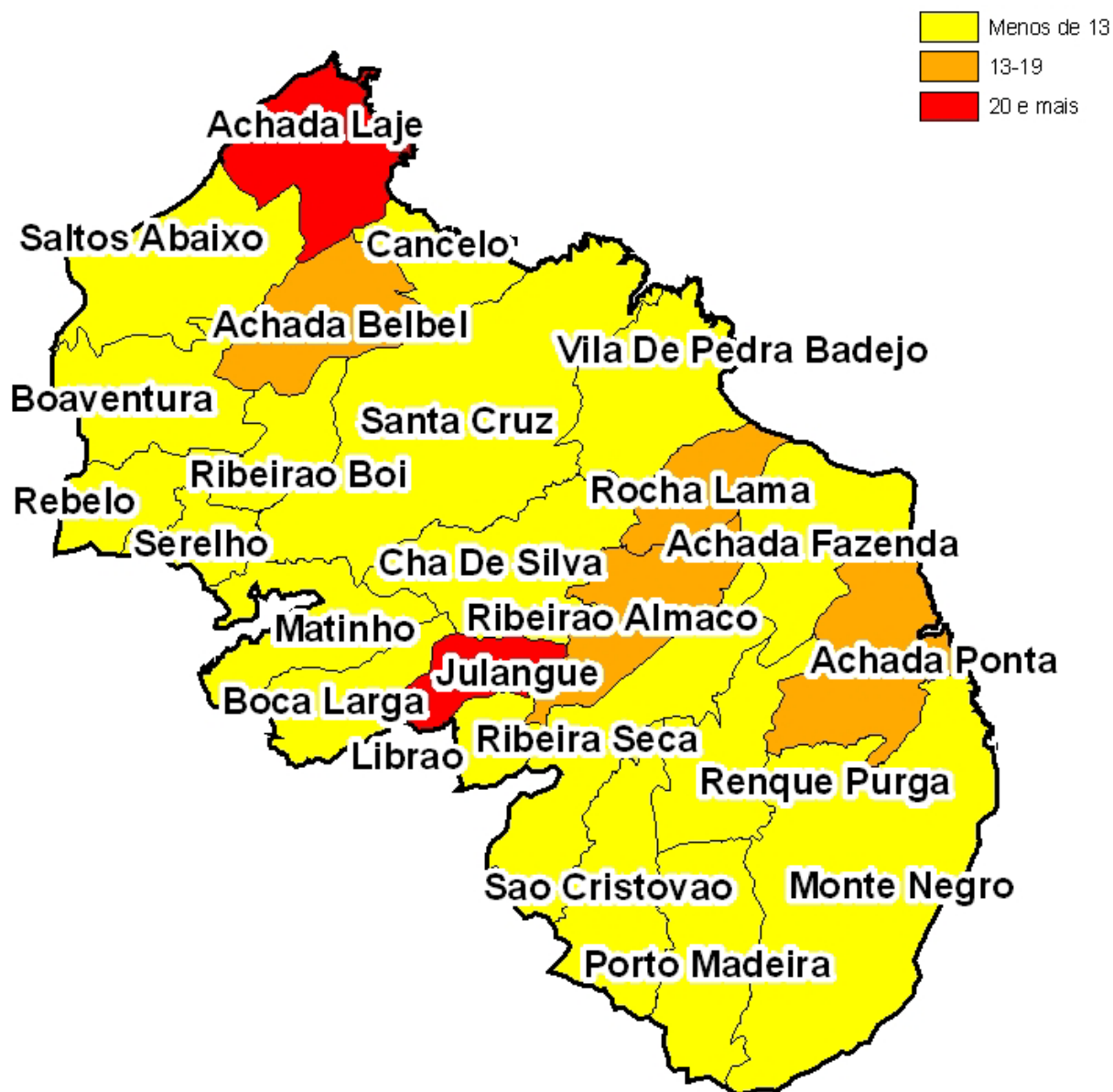
Fonte: CMSC (2006)

Mapa nº2- Incidência da pobreza no Concelho de Santa Cruz



Fonte: INE (2002)

Mapa nº3 – Profundidade da pobreza no Concelho de Santa Cruz



Fonte: INE (2002)